



**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS E EDUCAÇÃO POPULAR  
COMUNITÁRIA: JUVENTUDES ENTRE A DESIGUALDADE E O  
PROTAGONISMO**

**TAÍS LOPES DE SOUZA**

*Sob a Orientação do Professor*  
**Aristóteles de Paula Berino**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Fevereiro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719a Souza, Taís Lopes de, 1993-  
Agência de notícias das favelas e educação popular  
comunitária: juventudes entre a desigualdade e o  
protagonismo / Taís Lopes de Souza. - Seropédica; Nova  
Iguaçu, 2022.  
119 f.: il.

Orientador: Aristóteles de Paula Berino.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares, 2022.

1. Educação. 2. Educação Popular. 3. Educação Popular  
Comunitária. 4. Comunicação Comunitária. 5.  
Desigualdade e protagonismo. I. Berino, Aristóteles de  
Paula, 1968-, orient. II Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares  
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 305 / 2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.018841/2022-10

Seropédica-RJ, 25 de março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

**TAÍS LOPES DE SOUZA**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/02/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SEPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da base / dissertação.

Membros da banca:

ARISTOTELES DE PAULA BERINDO, Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

ALESSANDRA PINTO DE CARVALHO, Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

SONIA BEATRIZ DOS SANTOS, Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 26/02/2022 11:36 )  
ALESSANDRA PINTO DE CARVALHO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptLCS (12.28.01.00.00.00.87)  
Matricula: 1757618

(Assinado digitalmente em 25/02/2022 10:04 )  
ARISTOTELES DE PAULA BERINDO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptES (12.28.01.00.00.00.66)  
Matricula: 1243695

(Assinado digitalmente em 11/05/2022 11:30 )  
SONIA BEATRIZ DOS SANTOS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 014.528.637-17

Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **305**, ano:  
**2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **25/03/2022** e o código de verificação: **0194c29fa5**

Dedico esse trabalho ao  
país que não está no retrato.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela companhia em todos os momentos da vida, por plantar em meu coração o desejo de olhar para o outro, por me fazer indignar com as injustiças e por não me deixar conformar com esse mundo, mas almejar um amanhã menos desigual.

A Telma e Antonio, pelo apoio incondicional que tornou esse sonho possível e pelo imenso amor capaz de tudo resolver. Nenhuma palavra é suficiente para demonstrar minha gratidão.

A Talita e Raphael, por estarem comigo nos dias festivos e nos dias mais difíceis. Por serem família e por serem amigos.

A Claudio, pelo encontro que tornou tudo mais divertido. Por compartilhar a trajetória com cuidado, risada e música. Por estar e ser.

Ao orientador desse trabalho, professor Aristóteles de Paula Berino, por compartilhar sua experiência e sabedoria ao dar os encaminhamentos para esse trabalho.

Ao Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo (FRECON) pela orientação coletiva, aprendizagem, parceria e troca.

Às professoras Alessandra Pinto de Carvalho e Sônia Beatriz dos Santos, por carinhosamente aceitarem contribuir para o andamento dessa pesquisa desde o momento da qualificação com indicações preciosas.

A André Fernandes, por sua receptividade desde o primeiro contato, pela disponibilidade em telefonemas sempre que necessário e, mais do que tudo, pela criação da ANF.

A toda equipe, conselho diretor, secretaria e conselho fiscal da ANF – em especial Elaine Locan e Thais Fonseca – por toda atenção, pela escuta e colaboração que também tornam possível a realização dessa pesquisa.

A toda família da Agência de Notícias das Favelas, pelas reuniões de pauta, pela troca, pelo debate, por deixarem um pouco de mim de suas histórias e me permitirem deixar um pouco de mim em vocês.

Ao corpo docente do curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), pelas contribuições, amizade e afincos.

Aos colegas da turma do Mestrado em Educação/UFRRJ de 2019, pela partilha, durante esses dois anos, de um sonho em comum com alegria e cumplicidade.

Ao grupo Poetas Vivos (composto pelos artistas Maui, Carmen Kemoly, Blue Oliveira, DaCosta, Kaya e Jomboh), ao geógrafo Osmar Paulino, à pedagoga Wellen Bhering e à professora Carla D'Avila por aceitarem compartilhar suas vivências para o portal da ANF e para o jornal *A Voz da Favela*, contribuindo assim também com esse trabalho.

A Patrícia, por estar presente antes desse trabalho ser possível e por contribuir preparando terra firme.

A Sarah, Vitor e Chico, por toda risada franca, pela conversa interminável, pelo galetto, pelo brinde e por Beth.

A Mila e Jana Agatha, pela doação, pelo carinho e por arrancarem sorrisos em qualquer tempo.

A todos os amigos e amigas, por todo apoio e abraço.

Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra

(...)

Desde 1500 tem mais invasão do que  
descobrimento  
Tem sangue retinto pisado  
Atrás do herói emoldurado  
Mulheres, tamoios, mulatos  
Eu quero um país que não está no  
retrato

SOUZA, Taís L. **Agência de Notícias das Favelas e Educação Popular Comunitária: Juventudes entre a desigualdade e o protagonismo**. 2022. 119p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

## RESUMO

Nesta pesquisa, a Agência de Notícias das Favelas é o foco. Busco, ao longo do trabalho, analisar como a ANF contribui enquanto agente promotora de educação, uma vez que realiza um trabalho educativo embora não formal em que dialoga a todo instante com as juventudes periféricas. Por meio de ações como a RACC (Rede de Agentes Comunitários de Comunicação), a ANF se revela, além de um espaço de Comunicação Comunitária, lugar também de Educação Popular Comunitária. À medida que reuniões de pauta para o jornal acontecem, debates são realizados, textos são escritos, cursos são feitos, é gerado um movimento de produção de subjetividades que a Agência realiza em seus interlocutores: da conscientização, chegam à organização e à reflexão-prática, que faz com que os sujeitos se mobilizem para transformação de sua própria realidade. Para contextualizar minha chegada à Agência de Notícias das Favelas, no entanto, faço um panorama da juventude favelada carioca, apresentando dados levantados pelo Mapa da Violência. O extermínio dessas juventudes revelado em gráficos e tabelas conversa com o discurso eurocêntrico midiático, que criminaliza a pobreza e cria na juventude mais violentada a figura de um *inimigo ficcional* (MBEMBE, 2018), em que especialmente negros e pobres são vistos como produtores de violência. O discurso midiático hegemônico perpetua a herança das raízes do Brasil escravocrata, o que indica a urgência de uma educação antirracista, sobre a qual também dedico parte desse trabalho. A ANF, porém, vai na contramão. Enquanto observadora participante, tive a oportunidade de conhecer a ANF, que opera como contradiscurso acerca das favelas e suas juventudes, informando e noticiando a favela pelo olhar de dentro, com uma visão não criminalizante, mas democrática, popular, coletiva. Na prática, dá visibilidade ao que os jovens produtores de cultura criam, realiza um trabalho de Educação Popular Comunitária – que está para além dos muros da escola – e contribui para que os sujeitos construam sua própria emancipação, colaboradores ou leitores, a partir da ação-reflexão sobre a própria realidade. Através do jornal *A Voz da Favela*, da RACC, do portal, de cada projeto e de cada nova matéria, a Agência democratiza o acesso a informação e a comunicação, dando voz a favela e protagonizando sua gente. A metodologia adotada foi a etnografia e o referencial teórico adotado foram as percepções de autores como Mbembe, Freire, Brandão, Gohn, Gadotti, Almeida, Gomes e Peruzzo.

**Palavras-chave:** Educação Popular Comunitária. Comunicação Comunitária. Desigualdade e protagonismo.

SOUZA, Taís L. **Favela News Agency and Community Popular Education: Youth between inequality and protagonism**. 2022. 119p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

### ABSTRACT

In this research, the Favelas News Agency is the focus. I seek, throughout the work, to analyze how the ANF contributes as an education promoting agent, since it carries out an educational work although not formal in which it dialogues at all times with the peripheral youths. Through actions such as the RACC (Network of Community Communication Agents), the ANF reveals itself, in addition to being a space for Community Communication, also a place for Popular Community Education. As agenda meetings for the newspaper take place, debates are held, texts are written, courses are taken, a movement of production of subjectivities is generated that the Agency carries out in its interlocutors: from awareness, they reach organization and practical reflection, which makes the subjects mobilize for the transformation of their own reality. To contextualize my arrival at Favelas News Agency, however, I provide an overview of Rio de Janeiro's favela youth, presenting data collected by the Violence Map. The extermination of these youths revealed in graphs and tables speaks to the Eurocentric media discourse, which criminalizes poverty and creates in the most violated youth the figure of a fictional enemy (MBEMBE, 2018), in which especially blacks and the poor are seen as producers of violence. The hegemonic media discourse perpetuates the legacy of the roots of slave-holding Brazil, which indicates the urgency of an anti-racist education, on which I also dedicate part of this work. The ANF, however, goes against the grain. As a participant observer, I had the opportunity to get to know the ANF, which operates as a counter-discourse about favelas and their youth, informing and reporting the favela from the inside, with a non-criminalizing, but democratic, popular, collective vision. In practice, it gives visibility to what young producers of culture create, carries out a work of Community Popular Education - which is beyond the school walls - and contributes to the subjects building their own emancipation, collaborators or readers, from the action-reflection on reality itself. Through the newspaper *The Voice of the Favela*, RACC, the portal, each project and each new article, the Agency democratizes access to information and communication, giving voice to the favela and leading its people. The methodology adopted was ethnography and the theoretical framework adopted were the perceptions of authors such as Mbembe, Freire, Brandão, Gohn, Gadotti, Almeida, Gomes and Peruzzo.

**Keywords:** Community Popular Education. Community Communication. Inequality and protagonism.

## LISTA DE IMAGENS

1. Primeiro e-mail enviado por mim à Agência de Notícias das Favelas para agendar uma entrevista com o diretor e fundador, André Fernandes 18
2. Fotografia com Elaine Locan e André Fernandes na sede da Agência de Notícias das Favelas, em 02 de outubro de 2019 19
3. Notícia do site G1/Globo Rio de Janeiro 43
4. Notícia do site G1/Globo Ceará 44
5. Matéria que escrevi para o site da ANF sobre o *Palco Favela do Rock in Rio 2019* 59
6. Fotografia da reunião de pauta do dia de 30 de outubro de 2019, publicada no Instagram do jornal *A voz da Favela*. 61
7. Matéria que escrevi para o jornal *A voz da Favela*, dezembro de 2019. 62
8. Sala da oficina Literatura Africana e Cartografia, situada em escola pública municipal da Zona Norte do Rio de Janeiro 65
9. Guardas do programa Niterói Presente, que reforça a segurança pública em nove bairros de Niterói 68
10. Fotografia da última reunião de pauta presencial, antes da chegada do Covid-19, publicada no Instagram do jornal *A voz da Favela*. 69
11. Roda de conversa sobre feminicídio com as alunas da EJA, ocorrida em 2019, organizada por Wellen Bhering. 72
12. Doações arrecadadas pela professora Carla D'Avila, entregues para as famílias do Morro do Engenho, no Engenho da Rainha 75
13. Matéria karatecas da Favela do Lagartixa (RJ) se tornam faixas pretas 102

## LISTA DE IMAGENS

14. Matéria Investe Favela: projetos de periferias podem ganhar até R\$ 120 mil	103
15. Matéria Favela Fashion busca ajuda para realizar desfile na Vila Cruzeiro	104
16. Matéria Favela Brass oferece aula de música gratuita para crianças e jovens	105
17. Matéria Bibliotecas comunitárias mostram a potência da mobilização cultural nas favelas e periferias	106
18. Matéria Encontro de combate à fome e à miséria com movimentos negros e de favelas	107
19. Matéria Saúde mental dentro da favela	108
20. Matéria Marcha das Favelas e Ação Social marcam o Dia da Favela no Rio	109
21. Matéria Evento online e gratuito: A importância do pensamento sobre as favelas	110

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Participação (%) dos homicídios juvenis no total de homicídios .....	28
<b>Gráfico 2:</b> Taxas de homicídio (por 100 mil) segundo faixa etária .....	31

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Mortalidade violenta por Idades Simples.....	27
<b>Tabela 2:</b> Número de homicídios na População Jovem por UF e Região .....	29
<b>Tabela 3:</b> Participação (%) e taxas de homicídio (por 100 mil) segundo Sexo. População Total e Jovem 1980/2012 .....	32
<b>Tabela 4:</b> Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo Raça/Cor .....	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANF	Agência de Notícias das Favelas
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
CDI	Comitê para Democratização da Informática
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CPII	Colégio Pedro II
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DP	Delegacias de Polícia
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAIM	Festival de Artes em Imbariê
FRECON	Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ISP	Instituto de Segurança Pública
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero
MEC	Ministérios da Educação
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGEduc Programa de Pós- Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos  
e Demandas Populares

RACC Rede de Agentes Comunitários de Comunicação

*REP Ritmo E Poesia*

SIM Sistema de Informações de Mortalidade

SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SVS Secretaria de Vigilância em Saúde

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UF Unidade de Federação

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
1.1 O INÍCIO DE TUDO	17
1.2 JUVENTUDE NEGRA CARIOCA: ESTATÍSTICAS	21
1.2.1 MAPA DA VIOLÊNCIA	23
1.3 ENCARCERAMENTO, CONTROLE DE MASSAS E PUNIÇÃO AOS POBRES	35
1.4 CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE	40
<b>2. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS: ANF</b>	<b>46</b>
2.1 A FUNDAÇÃO COLETIVA DE UM CONTRADISCURSO E AS JUVENTUDES PERIFERIZADAS	53
<b>3. ANF E EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA</b>	<b>81</b>
3.1 EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	87
3.2 UM DIÁLOGO ENTRE PAULO FREIRE, CARLOS RODRIGUES BRANDÃO E MARIA DA GLORIA GOHN	92
<b>4. A COMUNICAÇÃO QUE REVELA O “AVESSO DO MESMO LUGAR”</b>	<b>97</b>
4.1 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	97
4.2 A AGÊNCIA COMO LUGAR DE PROTAGONISMO: VISITANDO PAUTAS, CONHECENDO A FAVELA	100
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>111</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>113</b>
<b>7. ANEXO</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 O INÍCIO DE TUDO

Esta pesquisa começa a florescer na minha primeira graduação, em Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ainda na monografia, já havia começado a me debruçar sobre a criminalização da pobreza, com enfoque no *Mapa da Violência* (WASELFISZ, 2014), a fim de defender a não redução da maioria penal sob a justificativa de que socioeducação não se faz com prisão e de que, no Brasil, especialmente, os sujeitos que cumprem medidas socioeducativas não são os que cometem algum delito, mas os que são negros, pobres e favelados.

Em seguida, quando cursei minha segunda graduação, em Letras Português-Literaturas, pelo Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, tendo um contato cada vez maior com a linguística e a análise do discurso, a questão da desigualdade social e da juventude que sempre pulsaram em mim, ficaram ainda mais evidenciadas. Essas reflexões somadas à prática que me constituiu professora contratada entre 2017 e 2019 no Colégio Pedro II, Campus Engenho Novo I, reafirmaram meu caminho como professora-pesquisadora.

As leituras teóricas e o contato com a prática enquanto professora do Ensino Fundamental em escola pública localizada na zona Norte do Rio de Janeiro – e composta em quase sua totalidade por crianças e adolescentes negros e moradores das favelas vizinhas ao Colégio – resultam em reflexões sobre a necessidade de se investigar os saberes dos sujeitos em análise. Foi quando comecei a explorar a possibilidade de estudar a criminalização da pobreza e o olhar jornalístico. Neste momento, me percebi professora-pesquisadora. E, pelas questões que me atravessam serem tão fortemente as antropológicas e sociais, embora minha área seja a Educação, um texto me chama a atenção ao dizer que:

Há um dilema presente nas análises que envolvem a antropologia e a educação: a antropologia procura construir conhecimento com base na percepção do "outro", buscando o sentido e os significados de suas relações, enquanto a educação constitui-se a partir de um projeto de intervenção (DAUSTER, 1997). Essa dificuldade é ampliada para os profissionais que não se dedicam exclusivamente à docência ou à pesquisa porque vivem diariamente as inconstâncias da liminaridade. Ora são educadores, ora

pesquisadores. Suas pesquisas, em alguns casos, são realizadas com base na própria prática, o que amplia as dificuldades de relativização. Antropologia e educação são, portanto, duas áreas distintas do conhecimento. Ambas possuem profissionais especializados em temas inseridos nas problemáticas colocadas por cada disciplina. As fronteiras dos espaços de atuação, no entanto, não estão relacionadas aos temas de estudo e sim às metodologias propostas. (ROSISTOLATO, R. P. R.; HELAYEL-NETO, J. A. ; FREIRE, A. ; FREIRE, A. ; FRANCA, D. ; FRANCA, S., 2013, p.09)

Então ingressei no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no qual faço parte do Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo (FRECON), sob coordenação do professor Aristóteles Berino. Minha gratidão ao professor e ao grupo por nossos encontros, reuniões, orientações coletivas... Sem dúvidas, ser parte integrante desse grupo com tantas pesquisas diferenciadas, plurais e ricas, e poder trocar com colegas de diferentes olhares, faz toda a diferença em minha trajetória e, conseqüentemente, na realização de minha pesquisa enquanto mestranda.

Segui desenvolvendo a pesquisa sobre a Criminalização da pobreza e o extermínio da juventude, me debruçando sobre o *Mapa da Violência* (WASELFSZ, 2014) enquanto indicativo estatístico da realidade das juventudes periféricas cariocas. Até que, em uma conversa com o orientador desta pesquisa, professor Aristóteles, ele me contou sobre a Agência de Notícias das Favelas. Pesquisei e me encantei. Comprei o livro escrito pelo André Fernandes sobre a Agência. Sem saber precisamente no que daria isso tudo, mas com muita franqueza no meu interesse e com o coração pra lá de entusiasmado, enviei um e-mail para a ANF:



**Tais Lopes De Souza** <tlsouza@id.uff.br>  
para palestras ▾

sex., 27 de set. de 2019 11:05 ☆ ↶ ⋮

Olá, André! Bom dia!

Meu nome é Tais. Sou professora, formada em Pedagogia pela UERJ e em Letras pela UFF. Atualmente sou mestranda em Educação pela UFRRJ e pesquiso criminalização da pobreza e extermínio da juventude. Para a dissertação, estou me debruçando sobre os discursos midiáticos que fundamentam consideravelmente essa criminalização e estou muito interessada na Agência de Notícias das Favelas justamente como alternativa diferenciada e democrática de noticiar as favelas.

Adquiri o livro em que conta como surge a ANF e fiquei ainda mais interessada em desdobrar a ANF na minha dissertação.

Gostaria muito de agendar uma reunião com o senhor para conversarmos melhor. Seria possível?

Meu contato é [tlsouza@id.uff.br](mailto:tlsouza@id.uff.br)

Obrigada pela atenção e bom fim de semana!

Tais Lopes de Souza.

Imagem 1 – Primeiro e-mail enviado por mim à Agência de Notícias das Favelas para agendar uma entrevista com o diretor e fundador, André Fernandes

Meu e-mail foi respondido pela Elaine Locan, Secretária Executiva da Agência de Notícias das Favelas, que prontamente me convidou a ir à sede da ANF, localizada na rua Senador Dantas, no Centro do Rio de Janeiro, para conversar com ela e o André pessoalmente. No dia 02 de outubro fui até a Agência, conheci a sede, entrevistei o André, conversei com a Elaine. Ali tive meu primeiro contato com *A voz da favela*. E assim a ANF passou a ser o foco deste trabalho.



Imagem 2 – Fotografia com Elaine Locan e André Fernandes na sede da Agência de Notícias das Favelas, em 02 de outubro de 2019

É imprescindível nesta introdução, no entanto, expandir sobre a juventude que me levou ao desejo por tornar a ANF o foco desta pesquisa. É necessário falar sobre qual juventude é essa. Trata-se da juventude negra carioca que mais aparece nos índices do *Mapa da Violência* (WASELFSZ, 2014). Um grupo específico tem sido exterminado e ao mesmo tempo, desde o século XIX, vem sendo caracterizado perigoso e criminoso por ser jovem e pobre, oriundo de um espaço geográfico específico: o espaço marginalizado das periferias. Esse é o grupo daqueles que:

Sobram socialmente, sobram nas cidades, nas filas de emprego. Lotam as turmas de aceleração escolar, os trens, e abarrotam as penitenciárias. Dessa forma povoam o imaginário da tensão civilidade versus barbárie e ameaçam, em sua invisibilidade e apreensão, a

ordem e a alvura das instituições que se creem mantidas e intactas na cidade espatifada. (BERINO; VICTORIO FILHO, 2010, p.226-227)

Na leitura do *Mapa da Violência* (WASELFISZ, 2014), faço um panorama da evolução da violência contra jovens no período entre os anos 1980 e 2012 e que, através de dados dos Estados, Capitais e Municípios, tenta identificar os locais e determinantes da violência em curto, médio e longo prazos. Considerando violência acidentes de transportes, homicídios e suicídios de uma população total de jovens, o *Mapa da violência* averigua também a incidência das idades, cor/raça, e sexo das vítimas como fatores da mortalidade.

Segundo o *Mapa da Violência: Jovens do Brasil – 2014* (WASELFISZ, 2014), as maiores vítimas de homicídios no Brasil são jovens do sexo masculino e negros, sujeitos majoritariamente pobres, moradores de favelas/periferias e de baixíssima escolaridade. Não por acaso, a população carcerária no Brasil é, em sua maioria, composta pelo mesmo perfil de sujeitos, presos em escala assustadora. É a lógica de encarceramento, controle de massas e punição às juventudes pobres.

Ou seja, concomitantemente, os jovens negros, pobres e de favelas são os que mais morrem e mais são presos. No entanto, esses jovens são noticiados pelos principais canais de comunicação como perigosos, delinquentes, suspeitos. Fica a reflexão acerca de como a grande mídia corrobora na produção de uma subjetividade coletiva negativa acerca da juventude pobre-negra-periférica, ao invés de contribuir para desmistificar essa construção social. Afinal, jovens brancos e/ou com elevado poder aquisitivo não cometem infrações? Não há comercialização de entorpecentes ilegais, violência física, furtos nas escolas, casas e garagens dos prédios, por adolescentes que, por serem membros de prestigiado grupo social, estão longe de qualquer suspeita?

Se, no entanto, infração semelhante é cometida por adolescente oriundo das classes populares, a -pedagogia1 adotada é a da punição e não do tratamento, do cuidado e do investimento na recuperação do sujeito em questão. A imparcialidade se faz notória nos discursos emitidos por jornalistas e formadores de opinião em seus espaços nas mídias. Entendo que tal parcialidade gera discursos, que gera percepções, que produzem subjetividades em massa. Quais subjetividades vêm sendo produzidas

acerca da juventude carioca, negra e periférica? Como essas subjetividades produzidas atravessam seus cotidianos?

No segundo capítulo, –Agência de Notícias das Favelas: A fundação coletiva de um contradiscurso a propósito das juventudes periféricas, conto a história da primeira agência de notícias das favelas do mundo, fundada pelo jornalista e ativista social André Fernandes, o qual participou de movimentos diversos em prol da qualidade de vida da população, entre os quais se destacam o *Rio Desarme-se* e o *Movimento Favelania*. A ONG tem início em janeiro de 2001 com a intenção de democratizar as informações sobre as favelas brasileiras. Além de dispor de um site (disponível em [www.anf.org.br](http://www.anf.org.br)), a Agência de Notícias das Favelas conta com mídias sociais e o jornal impresso, *A Voz da Favela*. Nesse capítulo conto também minha experiência quando entrevistei o André e sou convidada a ser colaboradora da Agência também, passando a escrever para a mesma. Com isso, meu contato passa a ser mais direto, pois, além de frequentar as reuniões de pauta para observação inicialmente, passei a fazer parte dos grupos de whatsapp, por exemplo, onde mantemos contato. Desta forma, passei a contribuir como colaboradora para *A voz da Favela* e para o portal.

## 1.2 JUVENTUDE NEGRA CARIOCA: ESTATÍSTICAS

A modernidade cria a infância, a adolescência, a juventude. E ocorre que quando a sociedade inventa as fases da vida, produz atribuições para cada fase, de forma a dizer o que se espera – exemplo disso é a proibição do trabalho infantil, ou seja, é um caso que nem se espera que não exista o trabalho infantil, não pode haver mais o trabalho infantil, que em outrora existia normalmente. As invenções da modernidade desencadeiam em novas formas de ser, viver e pensar. Segundo Luís Antonio Groppo,

Entre as muitas conclusões advindas destas novas concepções, destaca-se a ideia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais —estilos de vida. A juventude torna-se uma parte da vida humana que constitui uma identidade cultural própria, muito mais que uma fase passageira. Segundo Anthony Giddens, —os adolescentes querem ser desassociados da ideia de que estão numa fase passageira e indefinida, buscando, ainda que inconscientemente, —dar à sua cultura um caráter permanente. (apud Colombo, 2000:30). (GROPPO, 2010, p.14)

Ocorre que, ao criar a infância, a adolescência e a juventude, ao segmentar as fases da vida, a sociedade produz também atribuições para cada fase, de forma a dizer o que se espera para cada uma – exemplo disso é a proibição do trabalho infantil, ou seja, é um caso que nem se espera que não exista o trabalho infantil, não pode haver mais o trabalho infantil, que em outrora existia normalmente.

O conceito de juventude, assim como outros, é construído em um processo social. O jovem em si é um sujeito social (GROPPO, 2016). De acordo com Juarez Dayrell

O sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. O sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere. (DAYRELL, 2003, p.43)

Mas o que é ser jovem? Na contemporaneidade, as fases da vida não são mais tão bem delimitadas como em tempos atrás, visto que se sabe que o fator cronológico não é o suficiente, uma vez que pode haver um indivíduo de dezesseis anos com total autonomia financeira e emocional (o qual seria considerado adulto pela independência, mas adolescente pela faixa-etária) e outro indivíduo de trinta anos com total dependência financeira e emocional da família (então adolescente pela dependência, mas adulto pela faixa-etária). As subjetividades, múltiplas possibilidades e o cenário de tanta desigualdade social contribuem para isso também. Porém, outro fator que influencia e vai fazer diferença para cada sujeito são as representações sociais e oportunidades, inclusive nos projetos os quais fazem parte ao longo da vida, o que revela sobre qual juventude estamos falando.

As instabilidades das descobertas, das incertezas e dos medos podem ser um ponto comum a muitos jovens, no entanto, quando nos direcionamos a juventude negra comumente as angústias não se referem tão somente ao primeiro emprego ou ao misto

dos sentimentos juvenis. De acordo com Passos (2010), da juventude negra, são ressaltados apenas os conflitos, a violência e a delinquência, numa tentativa de desumanização de ordem política em que as suas potencialidades são invisibilizadas.

As distâncias entre os jovens negros e os jovens brancos vão sendo naturalizadas e perpetuadas no cotidiano que discrimina e cria estereótipos racistas e classificatórios, denunciando o racismo estrutural e a falta de políticas públicas afirmativas que assegurem os direitos dos excluídos politicamente ao longo da história. De acordo com Sotero, Pereira e Santos, –Os corpos negros demonstram suas lutas pela conquista de direitos, à medida que põem em pauta o conflito entre o sujeito corporificado e o corpo-produto, resultante do capitalismo comercial e financeiro.‖ (SOTERO, PEREIRA & SANTOS, 2021, p.1322). Além da desigualdade social, fica evidenciada a permanência em nossa história da desigualdade racial como herança do Brasil escravocrata, sobre o que me debruçarei nesse capítulo.

### 1.2.1 MAPA DA VIOLÊNCIA

Mas sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? (MBEMBE, 2018, p. 123)

Início este capítulo com as indagações do filósofo Achille Mbembe, em seu livro *Necropolítica*. Afinal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), estabelece, em seu Artigo 3º, que a criança e o adolescente gozem –de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...) a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.‖, devendo ser estes assegurados pela família, comunidade, sociedade em geral e poder público, como é estabelecido no Artigo 4º do Estatuto:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No entanto, esses direitos – inclusive o direito à vida – não tem sido garantidos no Brasil, segundo o que aponta o *Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2014), panorama da evolução da violência contra jovens no período entre os anos 1980 e 2012 o qual, através de dados dos Estados, Capitais e Municípios, tenta identificar os locais e determinantes da violência em curto, médio e longo prazos. Considerando *violência* acidentes de transportes, homicídios e suicídios de uma população total de jovens, o *Mapa da violência* averigua também a incidência das idades, cor/raça, e sexo das vítimas como fatores da mortalidade.

Antes produzido a cada dois anos, o *Mapa da Violência* – que é baseado no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e em outros dados do Ministério da Saúde – começou a ser produzido como estratégia de avaliação da situação existente, além de servir para formulação de políticas públicas. Precisamente no ano de 2004, por uma questão de demanda, o Mapa não apenas passou a ser produzido anualmente como várias vezes ao ano, abordando temáticas diversas como, por exemplo, mulher, criança e adolescente, e juventude.

Analisando o *Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2014), observa-se que mortes em acidentes de trânsito, suicídios e homicídios são, desde 1998, os principais fatores a ceifar a vida da juventude, segundo indicadores. No ano de 2002, no entanto, o Mapa passa a considerar também as informações referentes à cor/raça das vítimas que constavam no sistema, quando 92% dos registros já continham a informação. O foco neste primeiro capítulo é a mortalidade por homicídios: a violência nas diversas instâncias aos jovens, que resulta em mortes. Para tanto, será posto em questão que jovens são esses, a que grupo social pertence, qual situação financeira, qual logradouro, qual faixa-etária, e, especificamente, qual cor/raça desses sujeitos. Afinal, que juventude é essa que vem sendo exterminada?

Não podemos naturalizar os índices de mortalidade juvenil no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. Antes, porém, é preciso uma leitura social da violência, e consequente mortalidade, dos jovens. No entanto, o que são –jovens!?! o Estatuto da Criança e do Adolescente define como criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e o adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Haveria

diferença entre o -adolescentel e o -jovemll?

Grupo praticamente inexistente nas políticas públicas, a terminologia -jovemll passa a ser incorporada no capítulo -Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federall, a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, a chamada *PEC da Juventude*, em 2010. Segundo o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, aprovada em agosto de 2013), o qual dispõe acerca dos direitos desses sujeitos, são considerados -jovensll as pessoas entre quinze e vinte e nove anos (Art. 1º).

O *Mapa da Violência* (WAISELFISZ, 2014) evidencia uma realidade altamente preocupante. Tendo como base Estimativas de População Residente, o Brasil contava com um contingente de 52,2 milhões de jovens – ou seja, pessoas com idade entre 15 e 29 anos –, o que equivale a 26,9% do total de 194 milhões de habitantes no país, para o ano de 2012. Em 1980, no entanto, o número de jovens era maior, visto que eram 34,5 milhões de indivíduos, o que representava 29% da população total (119 milhões de habitantes).

A redução da participação juvenil no Brasil não se deve apenas à urbanização e modernização que a sociedade vem passando desde a década de 1990 até os dias de hoje, do qual resulta o declínio nas taxas de natalidade e estreitamento da base da pirâmide populacional. A juventude está sendo exterminada, e é uma juventude bastante específica: a juventude pobre, negra e moradora de periferia. Mas como isso é possível? Como isso é naturalizado? Segundo Mbembe, essa aceitação se dá pela biopolítica que Foucault fala, mas em especial pelo racismo que regula essas mortes. Em suas palavras,

(...) a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, —aquele velho direito soberano de mortell. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é -a condição para a aceitabilidade do fazer morrerll. (MBEMBE, 2018, p. 128)

Dito isto, neste primeiro capítulo será feita uma análise do contexto e das características da mortalidade dos jovens – sem ser por *causas* naturais, mas por *causas externas* – e da violência da qual são vítimas. Segundo Waiselfisz:

Diferentemente das chamadas causas naturais, indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento, as causas externas remetem a fatores independentes

do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo. Essas *causas externas*, também chamadas *causas não naturais* ou ainda *causas violentas*, englobam um variado conjunto de circunstâncias, algumas tidas como acidentais – mortes no trânsito, quedas fatais etc. – ou violentas – homicídios, suicídios etc. (WAISELFISZ, 2014, p.08)

Entre as décadas de 1950 e 1960, as principais responsáveis pela morte de jovens eram as epidemias e doenças infecciosas em geral, ou seja, *causas naturais*. Gradativamente homicídios e acidentes de trânsito, principalmente, passam a ser responsáveis pela mortalidade juvenil. Em 1980, 50% do total de mortes de jovens no Brasil foram consequentes de *causas externas*, com crescimento contínuo: Em 2011, por exemplo, 71,1% dos jovens tiveram suas vidas ceifadas por *causas externas*.

A mortalidade violenta, evidenciada nas *causas externas* tão incidentes na juventude, é -produto de um conjunto de situações sociais e estruturais (WAISELFISZ, 2014, p.13). Segundo a *Taxa de Mortalidade violenta por Idades Simples* (Tabela 01), referente ao ano de 2012, há um aumento alarmante do número de homicídios de sujeitos compreendidos crianças e adolescentes para sujeitos ditos jovens. Considerando, por exemplo, as taxas equivalentes à 09, 15 e 21 anos de idade, observa-se que o número de homicídios salta de 0,7 por 100 mil habitantes na idade de 09 anos, para 24,2 na idade de 15 anos e 75,0 na idade de 21 anos. A partir dos 21 anos de idade, há um declínio bastante significativo do número de homicídios e das Taxas Violentas como um todo – que compreende, além de homicídios, os suicídios e acidentes de transporte. Pode afirmar, inclusive, que as taxas de homicídio e violência contra os jovens no Brasil são mais elevadas que as taxas de homicídio em países em conflito armado. Segundo o *Mapa da Violência: Jovens do Brasil*:

No ano de 2012, com todas as quedas derivadas da Campanha do Desarmamento e de diversas iniciativas estaduais, aconteceram acima de 56 mil homicídios. Isso representa 154 vítimas diárias, número que equivale 1,4 massacres do Carandiru a cada dia do ano de 2012. Na década analisada, morreram, no Brasil, nem mais, nem menos: 556 mil cidadãos vítimas de homicídio, quantitativo que excede, largamente, o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo. (WAISELFISZ, 2014, p.24)

Idade	Taxas			
	Homi- cídio	Suicídio	Trans- porte	Violentas
0	4,7	0,0	4,3	9,0
1	1,0	0,0	3,9	4,9
2	0,8	0,0	3,8	4,7
3	0,6	0,0	3,8	4,4
4	0,6	0,0	4,0	4,6
5	0,9	0,0	3,9	4,8
6	0,8	0,0	3,5	4,3
7	0,6	0,0	3,3	3,9
8	1,0	0,0	4,0	5,0
9	0,7	0,1	3,7	4,5
10	1,1	0,1	4,5	5,7
11	1,2	0,5	4,2	5,8
12	2,4	0,6	3,9	6,9
13	4,0	1,0	5,6	10,6
14	12,3	1,2	7,1	20,6
15	24,2	2,4	9,9	36,4
16	42,2	3,3	16,0	61,5
17	62,1	3,7	21,7	87,4
18	66,7	4,7	28,4	99,8
19	73,0	5,8	36,6	115,3
20	76,3	5,2	37,2	118,7
21	75,0	6,2	42,8	124,0
22	70,2	7,1	37,1	114,3
23	73,1	7,3	37,0	117,4
24	68,9	6,5	38,0	113,4
25	64,3	7,5	37,4	109,2
26	61,7	7,2	33,7	102,6
27	56,1	7,8	34,7	98,5
28	57,5	7,7	32,0	97,2
29	57,3	7,6	34,3	99,1
30	50,6	7,3	31,6	89,4
31	49,3	7,2	32,6	89,2
32	45,5	7,1	30,2	82,8
33	43,2	7,4	29,1	79,7
34	41,4	7,4	31,1	79,9
35	42,2	6,8	31,0	80,0
36	36,7	7,5	29,9	74,1
37	36,0	7,3	28,7	72,1
38	34,5	7,9	26,8	69,2
39	32,6	7,9	28,5	69,0
40	29,0	6,8	25,3	61,1
41	29,7	8,1	27,7	65,5
42	25,6	7,2	27,2	60,0
43	25,3	7,2	26,9	59,3
44	23,8	7,3	27,6	58,8
45	23,6	6,7	30,0	60,4
46	21,6	7,2	27,2	56,0
47	19,8	7,0	26,0	52,8
48	18,9	6,8	25,2	50,9
49	19,0	7,3	27,7	53,9
50	16,4	7,0	25,8	49,3
51	17,3	7,3	26,8	51,5
52	16,0	5,3	22,7	43,9
53	14,4	7,6	26,7	48,8
54	14,3	7,3	24,5	46,1
55	12,3	7,3	25,0	44,6
56	12,7	7,1	25,5	45,4
57	11,5	6,8	26,5	44,9
58	10,3	6,8	23,5	40,6
59	11,1	6,3	26,3	43,6
60	10,8	5,6	23,7	40,0
61	10,4	8,3	27,4	46,1
62	9,1	5,7	24,5	39,3
63	9,1	7,5	26,8	43,5
64	9,1	6,0	25,6	40,6
65	9,2	5,2	22,4	36,8
66	9,5	7,2	27,3	44,0
67	8,7	7,6	25,3	41,6
68	10,2	6,1	26,2	42,6
69	7,5	8,1	27,0	42,6
70	7,8	7,1	23,0	38,0
71	9,5	7,0	31,1	47,6
72	6,7	5,2	24,1	36,0
73	7,2	6,1	30,2	43,5
74	8,1	6,8	24,9	39,7
75	8,1	6,0	32,1	46,2
76	7,7	6,7	30,8	45,2
77	7,5	6,4	30,1	44,1
78	7,4	5,6	35,9	48,9
79	9,4	7,0	38,2	54,5
80	7,9	9,5	29,1	46,5
81	5,5	8,4	36,6	50,6
82	6,1	7,8	28,9	42,7
83	7,5	8,6	32,8	48,9
84	6,4	5,7	31,8	43,8
85	3,9	7,9	32,3	44,1
86	6,4	4,1	32,7	43,1
87	3,9	10,1	29,6	43,6
88	6,6	9,2	25,7	41,5
89	5,5	6,3	37,7	49,5
90	12,0	6,0	26,6	44,6

Tabela 1 – Mortalidade violenta por Idades Simples – 2012  
 Fonte: SIM/SVS/MS; PNAD (2012)

Segundo a Tabela 1, a qual se refere ao ano de 2012, o quantitativo de mortalidade violenta entre os 19 e 26 anos de idade extrapolam 100 mortes para cada 100 mil pessoas, no caso pessoas jovens. No entanto, dos 27 aos 29 anos – quando o sujeito ainda é considerado –jovemll – o índice de mortalidade violenta ainda é bastante

alto, ficando bem próximo aos 100 óbitos por 100 mil indivíduos. A partir dos 30 anos de idade, a quantidade de mortes violentas segue, quase que em sua totalidade, decrescendo. Aos 40 anos de idade (61,1/100mil), por exemplo, o índice de mortalidade violenta equivale a menos que metade do número apresentado aos 21 anos de idade (124/100mil). A propósito, o número de homicídios (75,0) aos 21 anos de idade supera todo o somatório das mortes violentas aos 40 anos (61,1), o que inclui, além de homicídios (29,0), os suicídios (6,8) e acidentes de transporte (25,3).

Verdadeira pandemia. Assim pode ser adjetivada a proporção que tomou, na década de 2002/2012, os homicídios de jovens no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se a existência de 52,2 milhões de jovens no ano de 2012 no país, o que significa 26,9% da população total. No entanto, os 30.072 homicídios de jovens em 2012 registrados pelo DATASUS equivalem a 53,4% (Tabela 02) dos homicídios do Brasil, o que sugere um quadro intenso e preocupante em que as maiores vítimas são os sujeitos juvenis.

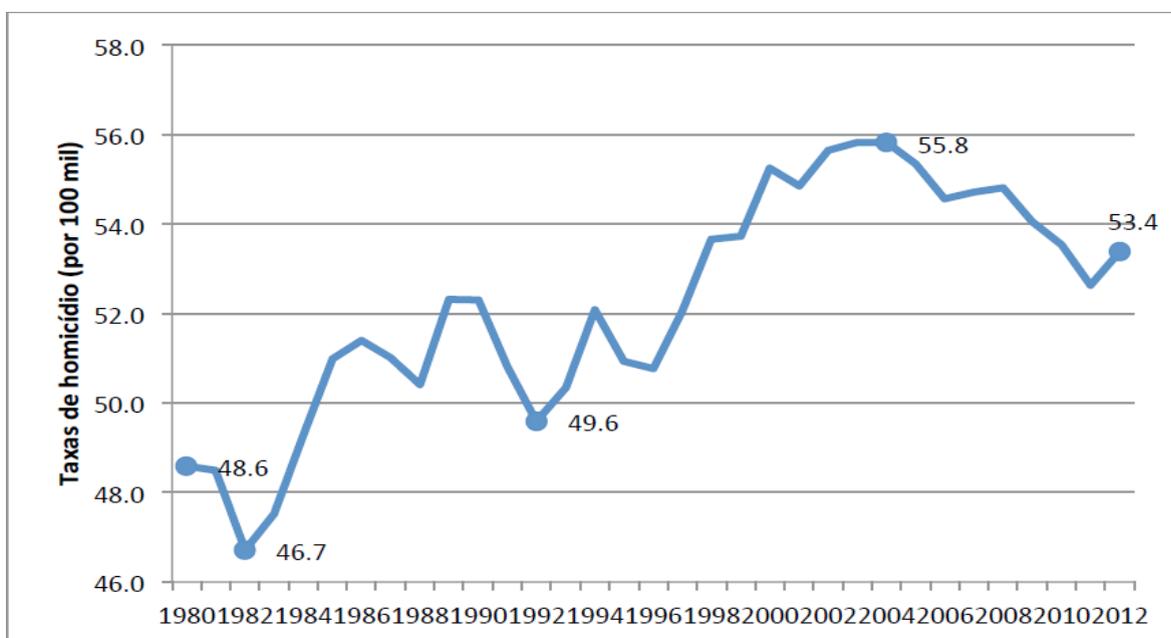


Gráfico 1 – Participação (%) dos homicídios juvenis no total de homicídios 1980/2012 – 2012  
Fonte: SIM/SVS/MS; PNAD (2012)

Em análise aos homicídios de jovens na década compreendida entre 2002/2012 em cada região do Brasil, percebe-se que, dos 27 estados brasileiros, apenas sete tiveram queda na quantidade de óbitos do início para o fim da década em questão – dentre os quais destacam-se São Paulo e Rio de Janeiro, que tiveram queda no número

de jovens assassinados, sendo, respectivamente, 8.586 (2002) para 2.712 (2012) e 4.530 (2002) e 2.260 (2012). Como aponta a Tabela 2, os demais vinte estados tiveram um crescimento no quantitativo de homicídios juvenis, tendo, em alguns estados, índices bastante alarmantes como, por exemplo, o Rio Grande do Norte, que teve um crescimento de 145 homicídios juvenis em 2002, para 643 em 2012, o que significa um crescimento assustador de 343,4%. Outros estados que, no início da década tinham baixos índices, destacam-se por mais que triplicar o quantitativo de homicídios juvenis, dentre os quais se encontram Bahia e Ceará, o que evidencia uma realidade na qual –(...) os polos dinâmicos da violência homicida já não são patrimônio das grandes capitais.‖ (WAISELFISZ, 2014, p.35)

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
												02/12	11/12
Acre	90	75	75	68	86	70	75	77	73	74	102	13,3	37,8
Amapá	120	136	118	123	129	114	142	108	167	121	164	36,7	35,5
Amazonas	313	343	308	356	425	432	481	538	631	791	728	132,6	-8,0
Pará	626	740	815	1.087	1.177	1.258	1.637	1.721	1.948	1.756	1.803	188,0	2,7
Rondônia	273	229	278	246	257	210	211	230	227	187	228	-16,5	21,9
Roraima	70	52	43	40	46	47	37	52	53	39	69	-1,4	76,9
Tocantins	85	96	103	94	124	95	116	125	168	160	177	108,2	10,6
<b>NORTE</b>	<b>1.577</b>	<b>1.671</b>	<b>1.740</b>	<b>2.014</b>	<b>2.244</b>	<b>2.226</b>	<b>2.699</b>	<b>2.851</b>	<b>3.267</b>	<b>3.128</b>	<b>3.271</b>	<b>107,4</b>	<b>4,6</b>
Alagoas	554	619	620	694	976	1.100	1.147	1.113	1.294	1.332	1.228	121,7	-7,8
Bahia	1.001	1.269	1.304	1.652	1.921	2.131	2.965	3.386	3.505	3.149	3.484	248,1	10,6
Ceará	730	767	823	939	941	1.067	1.137	1.199	1.491	1.568	2.325	218,5	48,3
Maranhão	287	403	375	489	508	608	699	775	822	810	945	229,3	16,7
Paraíba	330	344	342	408	452	464	555	714	834	916	906	174,5	-1,1
Pernambuco	2.606	2.636	2.496	2.598	2.618	2.698	2.612	2.279	1.959	1.925	1.808	-30,6	-6,1
Piauí	166	163	187	220	251	199	203	211	207	232	276	66,3	19,0
Rio Grande do Norte	145	202	179	237	233	317	408	451	445	591	643	343,4	8,8
Sergipe	315	264	237	252	339	298	315	329	357	376	477	51,4	26,9
<b>NORDESTE</b>	<b>6.134</b>	<b>6.667</b>	<b>6.563</b>	<b>7.489</b>	<b>8.239</b>	<b>8.882</b>	<b>10.041</b>	<b>10.457</b>	<b>10.914</b>	<b>10.899</b>	<b>12.092</b>	<b>97,1</b>	<b>10,9</b>
Espirito Santo	935	899	941	903	987	1.011	1.111	1.172	1.034	1.007	981	4,9	-2,6
Minas Gerais	1.619	2.217	2.549	2.455	2.403	2.342	2.195	2.050	1.950	2.238	2.503	54,6	11,8
Rio de Janeiro	4.530	4.291	4.039	3.907	3.844	3.470	2.870	2.606	2.703	2.244	2.260	-50,1	0,7
São Paulo	8.586	8.228	6.336	4.606	4.136	2.970	2.790	2.767	2.500	2.344	2.712	-68,4	15,7
<b>SUDESTE</b>	<b>15.670</b>	<b>15.635</b>	<b>13.865</b>	<b>11.871</b>	<b>11.370</b>	<b>9.793</b>	<b>8.966</b>	<b>8.595</b>	<b>8.187</b>	<b>7.833</b>	<b>8.456</b>	<b>-46,0</b>	<b>8,0</b>
Paraná	1.197	1.345	1.558	1.663	1.709	1.767	1.928	2.070	1.974	1.761	1.850	54,6	5,1
Rio Grande do Sul	951	931	1.010	1.030	968	1.124	1.192	1.076	966	1.002	1.137	19,6	13,5
Santa Catarina	257	307	281	316	319	325	397	423	376	386	408	58,8	5,7
<b>SUL</b>	<b>2.405</b>	<b>2.583</b>	<b>2.849</b>	<b>3.009</b>	<b>2.996</b>	<b>3.216</b>	<b>3.517</b>	<b>3.569</b>	<b>3.316</b>	<b>3.149</b>	<b>3.395</b>	<b>41,2</b>	<b>7,8</b>
Distrito Federal	474	522	508	456	467	500	527	596	509	530	564	19,0	6,4
Goiás	653	653	755	784	767	777	949	909	1.038	1.171	1.476	126,0	26,0
Mato Grosso	425	414	407	405	421	375	428	468	466	457	531	24,9	16,2
Mato Grosso do Sul	317	349	316	303	310	333	340	356	280	304	287	-9,5	-5,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>1.869</b>	<b>1.938</b>	<b>1.986</b>	<b>1.948</b>	<b>1.965</b>	<b>1.985</b>	<b>2.244</b>	<b>2.329</b>	<b>2.293</b>	<b>2.462</b>	<b>2.858</b>	<b>52,9</b>	<b>16,1</b>
<b>BRASIL</b>	<b>27.655</b>	<b>28.494</b>	<b>27.003</b>	<b>26.331</b>	<b>26.814</b>	<b>26.102</b>	<b>27.467</b>	<b>27.801</b>	<b>27.977</b>	<b>27.471</b>	<b>30.072</b>	<b>8,7</b>	<b>9,5</b>

Tabela 2 – Número de homicídios na População Jovem por UF e Região 2002/2012 – 2012  
Fonte: SIM/SVS/MS; PNAD (2012)

Como pode ser observado na Tabela 2, do ano de 2002 ao ano de 2007 as taxas de homicídios de jovens caem de 56,1 para 49,7 como consequência das políticas de desarmamento e estratégias de enfrentamento à violência articuladas em grandes cidades como, Rio de Janeiro e São Paulo, que possuíam elevados quantitativos de homicídios juvenis. A partir de 2007 até 2012, no entanto, as taxas de homicídio no Brasil predominantemente voltam a subir, apesar da queda nas grandes e visadas metrópoles, citadas acima. Poderíamos afirmar que houve um deslocamento dos polos dinâmicos da violência?

Segundo o *Mapa da Violência: Jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2014), no Rio de Janeiro são 56,5 homicídios por 100 mil jovens em 2012, e São Paulo, embora tenha um dos índices mais baixos do Brasil, sofre um aumento de 14,8%, vivendo um novo surto no que se refere às taxas de homicídios da juventude. Desta maneira, podemos nos atentar às palavras de Julio Jacobo Waiselfisz ao afirmar que: –Nenhuma capital, em 2012, está abaixo do nível epidêmico, a que mais se aproxima, Florianópolis, está com 15,0 homicídios por 100 mil habitantes, taxa ainda grave segundo os cânones internacionais. (WAISELFISZ, 2014, p.39).

Apesar da queda do número de homicídios de jovens nas capitais, é crucial neste trabalho enfatizar: o número de homicídios de jovens ainda é bastante elevado e isto não pode ser naturalizado, visto que trata-se de um reflexo da violência contra esses sujeitos. Uma das questões mais relevantes apontadas neste trabalho é a estrutura etária dos homicídios. Como vimos até aqui, até os doze anos de idade, o número de vítimas de homicídios é razoavelmente pequeno. A partir daí, quando o sujeito já é adolescente, o quantitativo de vítimas cresce aceleradamente, chegando ao auge aos vinte anos de idade, quando o sujeito já não é mais nem criança nem adolescente, mas jovem. Em síntese, as maiores taxas de homicídio concentram-se na juventude.

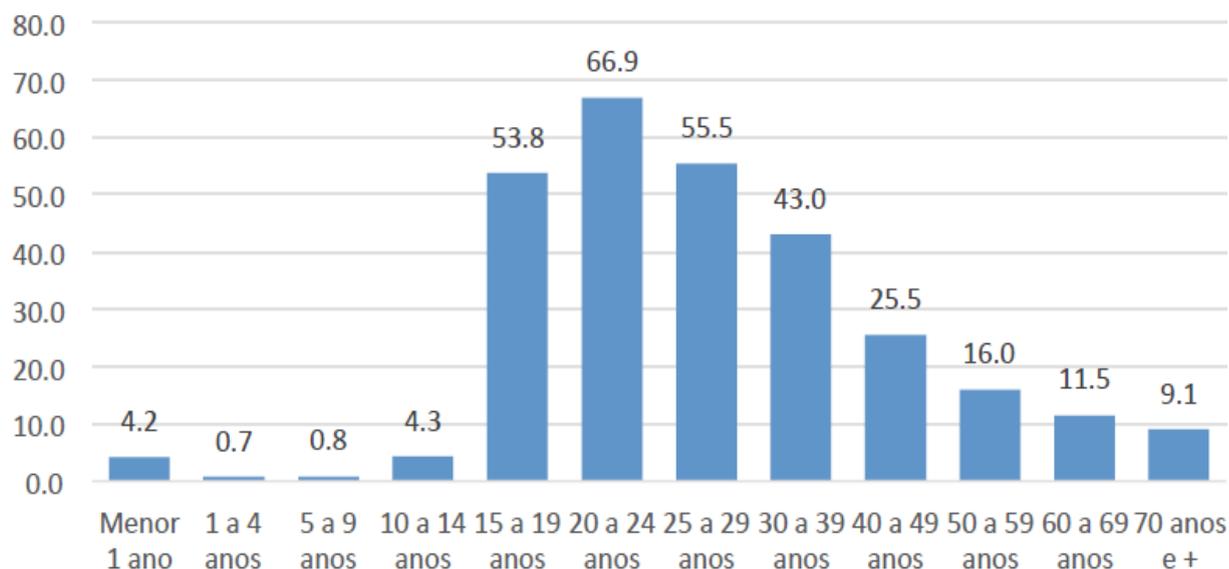


Gráfico 2 – Taxas de homicídio (por 100 mil) segundo faixa etária – 2012

Fonte: SIM/SVS/MS; PNAD (2012)

Compreendida a questão acerca da principal faixa-etária das vítimas de homicídios no Brasil, faz-se necessário alertar para outra questão: o sexo. Segundo Waiselfisz e outros estudiosos, as mortes por homicídios, tanto na população geral quanto entre os jovens, são eventos majoritariamente masculinos. De acordo com o *Mapa da Violência: Jovens do Brasil*, os últimos dados disponíveis referentes ao ano de 2012, das vítimas de homicídios da população total 91,6% eram homens, e, da população jovem 93,3% eram homens.

Desta maneira, percebemos em meio aos altos e preocupantes índices de violência e homicídios de jovens, o alarmante foco no sexo masculino: as principais vítimas da violência das mortes externas (homicídios) no Brasil são jovens e homens. Na Tabela 3, pode-se observar que, no ano de 2012, a taxa de homicídios de homens é de 54,3 e a de homicídios de mulheres é 4,8, ou seja, o quantitativo de homicídios masculinos equivale a 11 vezes mais o número de homicídios femininos. o quadro se agrava bastante na População Jovem, quando a taxa de homicídios femininos é de 7,7 enquanto que a taxa de homicídios masculinos é de 107,5, no ano de 2012.

Ano	População Total				População Jovem			
	%		Taxas		%		Taxas	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1980	90,3	9,7	21,2	2,3	90,7	9,3	36,0	3,6
1981	90,2	9,8	22,8	2,4	90,4	9,6	38,5	4,0
1982	90,4	9,6	22,8	2,4	91,1	8,9	37,5	3,6
1983	90,2	9,8	25,0	2,7	90,4	9,6	41,7	4,3
1984	91,2	8,8	28,2	2,7	91,7	8,3	48,9	4,3
1985	91,0	9,0	27,6	2,7	91,5	8,5	49,6	4,5
1986	91,2	8,8	28,1	2,7	92,1	7,9	51,4	4,3
1987	91,6	8,4	31,2	2,8	92,7	7,3	57,0	4,4
1988	91,3	8,7	31,0	2,9	92,4	7,6	55,9	4,5
1989	91,8	8,2	37,7	3,3	92,6	7,4	70,6	5,5
1990	91,9	8,1	41,3	3,5	92,9	7,1	77,6	5,8
1991	91,1	8,9	38,6	3,7	92,3	7,7	70,8	5,8
1992	91,5	8,5	35,4	3,2	92,8	7,2	63,4	4,8
1993	91,4	8,6	37,3	3,4	92,8	7,2	68,2	5,1
1994	91,3	8,7	39,2	3,6	92,9	7,1	74,2	5,5
1995	91,0	9,0	43,9	4,2	92,5	7,5	81,2	6,4

Ano	População Total				População Jovem			
	%		Taxas		%		Taxas	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1996	90,5	9,5	45,4	4,6	92,0	8,0	83,1	7,1
1997	91,1	8,9	46,9	4,4	92,8	7,2	88,0	6,8
1998	91,6	8,4	48,1	4,3	93,0	7,0	92,9	6,8
1999	91,8	8,2	48,7	4,3	93,2	6,8	94,1	6,7
2000	91,7	8,3	49,8	4,3	93,4	6,6	98,0	6,8
2001	92,0	8,0	51,9	4,4	93,3	6,7	101,2	7,2
2002	92,2	7,8	53,3	4,4	93,7	6,3	105,4	7,0
2003	92,3	7,7	54,1	4,4	93,7	6,3	107,2	7,2
2004	92,1	7,9	50,5	4,2	93,6	6,4	100,2	6,8
2005	91,8	8,2	48,2	4,2	93,7	6,3	95,1	6,3
2006	91,8	8,2	49,0	4,2	93,5	6,5	95,2	6,6
2007	92,1	7,9	47,2	3,9	93,6	6,4	92,8	6,4
2008	92,0	8,0	49,4	4,2	93,7	6,3	98,5	6,7
2009	91,7	8,3	50,1	4,4	93,4	6,6	99,5	7,1
2010	91,4	8,6	51,1	4,6	93,0	7,0	101,4	7,6
2011	91,3	8,7	50,5	4,6	93,0	7,0	102,3	7,6
2012	91,6	8,4	54,3	4,8	93,3	6,7	107,5	7,7
Δ%	1,5	-13,9	156,0	111,0	2,9	-28,5	199,0	113,0

Tabela 3 – Participação (%) e taxas de homicídio (por 100 mil) segundo Sexo. População total e jovem  
 Fonte: SIM/SVS/MS; PNAD (2012)

Outra questão de grande relevância a ser levantada neste trabalho é referente à cor dos homicídios, como desenvolvido em tópico específico pelo próprio *Mapa da Violência: Jovens do Brasil* (WASELFISZ, 2014). Segundo Tabelas e Gráficos apresentados pelo mesmo, já de início é possível observar uma tendência ao aumento exacerbado de vítimas de homicídios na população negra concomitantemente à diminuição no quantitativo de homicídios da população branca. Não por acaso, esta realidade é ainda mais acentuada na população jovem.

No início da década analisada (2002/2012) as taxas de homicídios de pessoas brancas eram de 21,7 por 100 mil brancos, enquanto que a dos negros era de 37,5 para 100 mil negros, tendo morrido 73% mais negros que brancos em 2002. O índice que revela pessoas negras como vítimas da violência é elevado para 146,5 no ano de 2012, sofrendo um aumento de 100,7% na década. Na Tabela 4 pode-se observar que tanto as taxas quanto os números de homicídios de pessoas brancas caem e, concomitantemente, tanto as taxas quanto os números de homicídios de pessoas negras sobem.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra*	Ama- rela	Indí- gena	Total	Taxas		Vitimi- zação.
								Branca	Negra	
2002	19.846	4.429	25.227	29.656	111	81	49.695	21,7	37,5	73,0
2003	19.700	5.011	26.067	31.079	192	84	51.054	21,5	38,2	77,3
2004	17.883	4.459	25.815	30.274	149	76	48.382	19,6	36,2	84,9
2005	16.360	4.084	26.952	31.036	87	100	47.582	17,9	36,1	101,5
2006	16.432	4.229	28.259	32.488	97	134	49.151	18,0	36,9	104,3
2007	14.908	4.186	28.416	32.601	48	154	47.712	16,4	36,1	120,1
2008	15.263	4.118	30.496	34.614	79	162	50.117	16,8	37,4	122,4
2009	15.378	4.103	31.751	35.854	64	143	51.438	16,9	37,8	122,9
2010	14.645	4.324	33.111	37.435	66	118	52.263	16,2	38,5	138,4
2011	14.435	4.398	33.150	37.549	73	146	52.202	15,9	37,8	136,8
2012	14.928	4.603	36.424	41.127	76	207	56.337	16,4	40,4	146,5
Δ%	-24,8	3,9	44,4	38,7	-31,5	155,6	13,4	-24,4	7,8	100,7

\*soma das categorias preta e parda

Tabela 4 – Homicídios, taxas (por 100 mil) e vitimização segundo Raça/Cor. População Total.

2002/2012 – 2012

Fonte: SIM/SVS/MS; PNAD (2012)

Na População Jovem a realidade é ainda mais intensa. Enquanto que o número de homicídios de jovens brancos cai 32,3%, o número de homicídios de jovens negros aumenta 32,4%. Esta é outra questão que não pode ser naturalizada, mas aberta à problematização. Segundo Julio Jacobo Waiselfisz, a explicação para a realidade pontuada acima:

(...) Foi possível constatar que não aconteceram grandes mudanças nas taxas nacionais de homicídio: em 2002, a taxa nacional foi de 28,9 por 100 mil habitantes, e em 2012, de 29,0, quase idêntica. Podemos concluir, então, que, sem grandes alterações na superfície, no atacado aconteceram profundas transformações na lógica interna da violência que precisa ainda ser trabalhada e aprofundada: a crescente seletividade social dos que vão ser assassinados. (WASELFSZ, 2014, p.130)

Resultado das evidentes desigualdades e vulnerabilidades existentes, as maiores vítimas da violência no Brasil são os jovens negros e (majoritariamente) pobres, principais vítimas também das mortes externas, mais precisamente dos homicídios. Em torno disso, reina a naturalização e aceitação social desta violência que opera mediante o funcionamento de mecanismos diversos regidos por uma perspectiva político-ideológico que afirma a violência como necessária. A violência não é pensada como ferramenta necessária à todos, mas à grupos sociais, locais e culturais bastante específicos, a fim de se manter a paz, a ordem e a tal segurança; a fim de se preservar a vida e garantir direitos... Vida de quem? Da juventude negra e pobre que não é.

Em nome da preservação da vida e da garantia de direitos, há ainda os mecanismos de culpabilização da vítima na tentativa massacrante de justificar a violência – seja em agressões físicas, verbais, seja em torturas, humilhações, constrangimentos e, em última instância, homicídios – direcionada à esferas sociais, locais e econômicas específicas, as esferas subalternas da sociedade, chamadas popularmente *carentes*... Mas carentes de quê? Evidente que a maior das carências concentra-se na ausência da proteção que demandam a fim de alcançar a garantia dos direitos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que -Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (...) sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.]. Tendo como enfoque o extermínio dos sujeitos jovens, negros e pobres, o próximo tópico deste trabalho irá tratar da Prisão, do encarceramento e da punição às populações

mais pobres como forma de controle de seus sujeitos.

### **1.3 ENCARCERAMENTO, CONTROLE DE MASSAS E PUNIÇÃO AOS POBRES**

Não acreditamos que a juventude seja *produtora* de violência. As novas gerações, mais que fatores determinantes da situação de nossa sociedade, são um resultado da mesma, espelho onde a sociedade pode descobrir suas esperanças de futuro e também seus conflitos, suas contradições e, por que não, seus próprios erros. (WASELFISZ, 2014, p.13)

As maiores vítimas de homicídios, segundo o *Mapa da Violência: Jovens do Brasil* (WASELFISZ, 2014), são jovens do sexo masculino e negros, sujeitos majoritariamente pobres, moradores de favelas/periferias e de baixíssima escolaridade. Com o discurso da segurança pública focado na *guerra contra o crime* organizado, os sujeitos citados acima são – além das maiores vítimas de homicídios no país – presos em escala assustadora. Afinal, os espaços de privação de liberdade seriam voltados àqueles que representam perigo à sociedade? Ou haveria um público-alvo específico do sistema penitenciário atual? Por que as prisões são abarrotadas exatamente pelo perfil das maiores vítimas de homicídio no Brasil? Faz-se necessário problematizar o atual sistema penitenciário.

As prisões brasileiras são um aglomerado de excluídos. São pessoas excluídas politicamente e que são invisíveis culturais, econômicos e sociais no mesmo lugar. E as prisões superlotadas, insalubres, esquecidas. Milhares de condenados cumprem suas penas em condições desumanas. No entanto, pouco interessa à sociedade. Numa perspectiva punitiva, afirma-se o encarceramento como necessário, de forma que seus direitos (humanos) deixam de ser pauta prioritária para a população em massa, para o senso comum.

Desde a década de 1990, a população carcerária vem crescendo em ritmo bastante acelerado no Brasil. Entre 1995 e 2003, por exemplo, o número de presidiários cresceu no país cresceu 93%. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a nova população carcerária brasileira é de 711.463 presos – considerando-se 147.937 pessoas em prisão domiciliar. A reflexão se faz necessária. Por que a prisão e o encarceramento como medida punitiva é tão forte na contemporaneidade? Penso que se trata de uma medida que, sob uma perspectiva punitiva, tenta impor a disciplina aos corpos como mecanismo de controle sobre os mesmos. Considerando que a maioria das

peças encarceradas são jovens do sexo masculino, negros, moradores de periferia/comunidade e com baixa escolaridade, podemos inferir que o que ocorre é uma limpeza social de um grupo específico – o qual já vem historicamente sofrendo a violência de direitos diversos negados – a fim de que, através do encarceramento, a disciplina seja aplicada. Sobre a disciplina e a *cerca*, Foucault afirma:

A disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande —encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mais insidiosos e eficientes. (FOUCAULT, 2009, p.137)

O —encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis que Foucault coloca em *Vigiar e punir* é perceptivelmente associado, no século XXI, à população pobre. Evidentemente não apenas jovens, negros e pobres cometem crimes. O encarceramento das prisões na atualidade, entretanto, é aplicado à eles. Assim como no Sistema Socioeducativo, o que é, sem dúvida, alarmante. As Unidades de Socioeducação não podem ter, em hipótese alguma, caráter semelhante ao das Prisões.

Em ambos, o que se passa dentro de seus muros pouca interessa à sociedade. Em alojamentos escuros, apertados, em mau estado, úmidos e desagradáveis, os adolescentes ficam em condição de confinamento com outros jovens que não necessariamente estes gostem ou conhecem; as péssimas condições de ocupação e permanência em ambientes insalubres, sem iluminação, sujos e quebrados. Nesse contexto, o Sistema Socioeducativo marca a vida dos adolescentes pela perda da identidade que constrói: um aglomerado composto por números de matrícula, e não nomes, sujeitos. No documentário *Brasil 8.069*, organizado pelo Mandato Estadual Marcelo Freixo, o qual observa a rotina de jovens da Escola João Luiz Alves, unidade de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) do Rio de Janeiro, algumas questões habituais e cotidianas são levantadas. Dentre elas, a colocação sobre a aplicação da Medida Socioeducativa como contenção e controle punitivo do Estado, pelo advogado Carlos Nicodemos.

A ideia da contenção pela contenção acaba traduzindo esse adolescente como uma coisa a ser controlada. Isso pode ser traduzido desde a consideração que se tem a ele quando ele é tratado por um número e não por um nome. E aí é totalmente a perda da identidade: Você não está falando do João, do Pedro, do Marcos, do Carlos; você

está falando do 274, do 371, do 180... São tratados por números. Na medida em que não se reconhecem em termos institucionais na condição de sujeitos de direitos e de responsabilidades, mas sim de coisas sob uma tutela e um controle punitivo do Estado. (FREIXO, 2008)

Ao analisarmos o funcionamento e a proposta cotidianos do atual Sistema Socioeducativo, percebemos o quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente vem sendo desrespeitado em aspectos diversos. A estrutura, os uniformes, as rotinas, as orações dirigidas antes das refeições, a infraestrutura precária, a falta de materiais básicos (como talheres, por exemplo), o tratamento degradante dos agentes com os adolescentes, dentre outras coisas, nos alerta: a Lei 8.069 – promulgada em 1990 – ainda hoje carece ser, efetivamente, posta em prática.

Uma das questões apresentadas no documentário (FREIXO, 2008) mencionado é a demora para que o adolescente que cometeu ato infracional consiga frequentar a escola e atividades em geral no interior do Sistema Socioeducativo. Dentre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa entrevistados, um afirmou: “- *Quem recentemente chega ainda demora um tempo pra ingressar na escola e conseguir algum curso, até porque é muita gente, são muitas pessoas querendo a mesma coisa.*”. Segundo depoimento de outro adolescente também interno: “- *Com dois meses aqui é que me chamaram pra eu ir pro colégio. Fiquei dois meses lá em cima trancado sem sair. Mas também agora já me chamaram, já estou estudando.*”. De acordo com o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Assim sendo, como se explica a negligência sofrida por esses meninos que, em cumprimento às medidas socioeducativas, não tem garantido o que a Lei afirma como fundamental: as oportunidades que permitam o desenvolver pleno físico, mental, moral, espiritual e social desses sujeitos?

Segundo o relatório *Um Olhar Mais Atento às Unidades de Internação e de Semiliberdade para Adolescentes* (CNMP, 2015) – lançado pela Comissão de Infância e

Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público – a superlotação é uma realidade nas unidades de internação para adolescentes. Dos 443 estabelecimentos existentes no Brasil, 392 unidades - 287 unidades de internação e 105 unidades de semiliberdade - foram inspecionadas pessoalmente pelos promotores de Justiça no período compreendido entre março de 2012 e março de 2013. Isto representa 88,5% das unidades de internação e de semiliberdade para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Na abertura do relatório (CNMP, 2015), a conselheira e presidente da Comissão de Infância e Juventude, Taís Ferraz, afirma que "(...) O quadro aqui revelado representa o Brasil de hoje. E é sobre os jovens de hoje que a sociedade deve estar debruçada.". Reafirmando as denúncias apresentadas no documentário (FREIXO, 2008) mencionado anteriormente, o relatório aponta algumas questões que descumprem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre as quais, destaca-se que a maioria das unidades não separa os internos entre definitivos e provisórios, nem por idade, infração cometida ou por compleição física. De acordo com dados coletados por promotores de Justiça em todo o país, a superlotação nas unidades de internação de adolescentes em conflito com lei está presente em dezesseis estados brasileiros, havendo um total de 18.378 internos para 15.414 vagas existentes.

Dentre os estados com piores índices destaca-se Maranhão que, com 73 vagas, possui 335 internos, superando em 458% sua capacidade de ocupação. Para além, destacam-se os estados de Mato Grosso do Sul e Alagoas, com 220 vagas e 779 internos (capacidade superada em 354%) e 154 vagas e 500 internos (capacidade superada em 324%) respectivamente. Nas unidades de semiliberdade, com um total de 2.193 vagas e 1.703 jovens atendidos, a superlotação é realidade nos estados de Alagoas (15 vagas para 175 jovens atendidos), Mato Grosso do Sul (16 vagas e 51 jovens) e Ceará (125 vagas e 171 jovens), superando, respectivamente, 1.166%, 318% e 136% suas capacidades de ocupação. Outro ponto abordado no Relatório (CNMP, 2015) é a separação dos jovens, o qual é um –critério crítico, majoritariamente, descumprido, apesar de prevista nas *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade*, e estabelecida com rigorosa obrigatoriedade no Art. 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física

e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Tendo como critério a idade, a separação dos adolescentes acontece em apenas 16% das unidades de internação no Centro-Oeste, 20% das unidades no Sudeste e Sul, 32,5% no Norte, e 44% no Nordeste. E nas unidades de semiliberdade fiscalizadas a realidade quanto ao índice de separação dos adolescentes por idade é semelhante: 8% na região Norte, 17% na região Sul, 20% no Centro-Oeste, 22% no Sudeste e 30% no Nordeste do Brasil.

O percentual de unidades visitadas que não separam os internos provisórios e definitivos é mais gritante na região Centro-Oeste: 72%. Em segundo lugar encontra-se a região Nordeste, com 68%, e as regiões Sul, Norte e Sudeste com, respectivamente, 55,6%, 55% e 45%. Segundo o Relatório (CNMP, 2015), a separação por tipo de infração "(...) evita troca de informações e experiências entre adolescentes com histórico infracional bastante diverso.". A separação por gravidade da infração nas unidades de internação foi constatada em apenas 8% na região do Centro-Oeste, 13,3% na Região Sul, 14% no Sudeste, 30% no Nordeste, e 32,5% no Norte.

Na semiliberdade, nenhuma das unidades visitadas nas regiões Centro-Oeste e Norte separa os adolescentes por tipo de infração; apenas 3% das unidades visitadas no Sudeste do Brasil - região na qual se concentra maior quantidade de adolescentes em conflito com a lei - faz a separação dos adolescentes por este critério; e nas regiões Nordeste e Sul apenas 9% e 13% das unidades, respectivamente, separam os adolescentes de acordo com o tipo de infração cometida.

No Artigo 123 do Estatuto, citado acima, além da separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, fica determinado a ser rigorosamente obedecido que "(...) durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.¶. Aí mais um eixo que aproxima violentamente as unidades de medidas socioeducativas das penitenciárias: a ausência ou precariedade – seja por falta de verba e falhas diversas na estrutura, entre outras coisas – das (necessárias) atividades pedagógicas.

Segundo o ex-Diretor Geral do DEGASE, Sidney Telles, os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas solicitam a todo tempo que sejam inseridos nas atividades que ocorrem no Departamento Geral de Ações Sócio Educativas. Não há, no

entanto, investimentos – seja com profissionais, equipamentos e recursos – suficientes por parte do poder público a fim de suprir a demanda desses jovens. Nas palavras de Telles, “- *O diretor, às vezes, tem que improvisar pra fazer as coisas funcionarem... Então tem que reduzir ao mínimo o tempo das atividades pra poder atender a maioria dos jovens.*” (CNMP, 2015). Ainda nas palavras de Telles:

Essas estruturas grandiosas herdadas da antiga FUNABEM inviabilizam a aplicação das medidas socioeducativas. Eles [os adolescentes] se tornam invisíveis nesse processo todo. Como que alguém pode desenvolver a sua dignidade, a sua autoestima se não tem o mínimo? Fatalmente nós vamos pagar por isso. É a lei da ação e reação. (Sidney Telles, ex-Diretor Geral do DEGASE) (CNMP, 2015)

### **1.3 CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE**

Comumente, a opinião pública – influenciada pela grande mídia – tende a confundir direitos humanos como defesa e privilégios de/para bandidos. Com olhar viciado pela imprensa que gera indignidade nos cidadãos com supostos privilégios que criminosos, a incluir menores, recebem da Justiça, há uma pressão social para que o sistema não avance nas questões em torno dos Direitos humanos e nos Direitos da criança e do adolescente.

De acordo com Cecília Coimbra,

Sobretudo nos países periféricos, como o Brasil, essas duas formas de funcionamento social vem coexistindo simultaneamente. Para a pobreza há um caminho já delineado; por isso, não é por acaso o alto índice de jovens pobres exterminados. Para os que conseguem sobreviver, dentro da política neoliberal de —tolerância zero, estão previstos diferentes tipos de enclausuramento. Muitos jovens pobres maiores de 18 anos encontram-se nas prisões, as chamadas prisões da miséria, segundo o sociólogo Loic Wacquant (2001) Há, também, inúmeros casos de -privação de liberdade, aplicada para os que têm entre 12 e 18 anos. Já para as crianças pobres, menores de 12 anos, restam os abrigos; estabelecimentos desaparelhados em termos materiais e de pessoal, que se encontram em mãos de entidades filantrópicas e caritativas, onde não são raras as situações de violência. (COIMBRA, 2005, p.344)

Segundo o Relatório *Um Olhar Mais Atento às Unidades de Internação e de*

*Semiliberdade para Adolescentes* (CNMP, 2015), a faixa etária com maior índice de evasão escolar é equivalente ao maior número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, seja no sistema de internação seja no de semiliberdade: 16 a 18 anos. Assim, há uma estreita relação entre os indicadores que apresentam os sujeitos evadidos da escola (segundo a Síntese de Indicadores Sociais, divulgada em 2010 pelo IBGE) e o perfil majoritário dos indivíduos internos dessas instituições. Segundo o Levantamento Nacional SINASE 2012, os atos infracionais cometidos pelos adolescentes que se encontram nas unidades de internação e semiliberdade são divididos em: homicídio (8,4% dos casos), tráfico de drogas (26,6% dos casos) e roubo (38,1% dos casos).

O que desejo colocar em análise aqui não é se crimes são cometidos: delitos são cometidos por jovens de todas as classes sociais. Minha análise é sobre a micropolítica que perpassa essa juventude e das subjetividades em torno disso. Nas palavras de Achille Mbembe,

Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. (MBEMBE, 2018, p. 128)

A partir da compreensão da elaboração de figura de um inimigo ficcional, Mbembe segue com sua reflexão sobre o que se pretende com isso: sob o biopoder, é possível dizer quem merece morrer ou viver. Segundo ele,

Em outras palavras, a questão é: Qual é, nesses sistemas, a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência? Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) -racismoll. (MBEMBE, 2018, p. 128)

Isto é, a política de extermínio da juventude pobre, negra e favelada é autorizada silenciosamente e se naturalizou, por mais violenta que seja, por, em sua micropolítica, tornar esses jovens inimigos. Mas inimigos de quem? Ameaças em potencial aos olhos

de quem assiste ao espetáculo da morte. A cor de pele e a localização são o suficiente para tornarem suspeito. E essa é, ao mesmo tempo uma das formas que o Estado tem de manter o controle sobre as massas, mas uma construção alimentada socialmente, por exemplo, pelos veículos de comunicação que produzem subjetividades.

Segundo Manoel de Barros, —a fotografia não é uma mera reprodução da realidade, mas um registro definitivo acerca do olhar do retratista sobre essa realidade (BARROS, 2003). Da mesma maneira, a forma como o jornalismo brasileiro hegemônico noticia a juventude negra, pobre e favelada também não é uma reprodução da realidade, mas um recorte, um modo de olhar. Um exemplo para dimensionar sobre o —olhar do retratista ao qual me refiro dos principais canais de comunicação pode ser observado abaixo em duas notícias do mesmo veículo, o G1, portal de notícias da Globo. Ambas as notícias podem ser encontradas no site G1, da Globo, sendo uma notícia do estado do Rio de Janeiro e a outra do estado do Ceará.

27/03/2015 10h21 - Atualizado em 27/03/2015 20h29

## Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rio

Eles foram presos num estacionamento de um prédio na Tijuca. Delegado tenta identificar outros integrantes da quadrilha

Do G1 Rio



Jovens presos com cerca de 300 quilos de maconha, na Tijuca (Foto: Divulgação/ Polícia Civil)

Policiais da 25ª DP (Engenho Novo) prenderam em flagrante, nesta quinta-feira (26), os jovens Pedro Henrique Sequeira e Thyago Barcellos Teixeira. Com eles foram apreendidos cerca de 300 quilos de maconha, duas pistolas, quatro carregadores e um carro Hyundai Santa Fé. Segundo informações da assessoria da Polícia Civil, eles foram presos no estacionamento de um prédio na Tijuca, na Zona Norte.

De acordo com informações do delegado titular da 25ª DP Niandro Ferreira, os rapazes são apontados como integrantes de uma quadrilha de jovens de classe média, que atua no tráfico de drogas do Engenho Novo e Méier, no Subúrbio, e Tijuca, na Zona Norte.

Ainda segundo o delegado, as investigações estão em andamento para identificar outros integrantes da quadrilha. Pedro Henrique e Thyago foram autuados em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de uso restrito.

### Rio de Janeiro

veja tudo sobre >

Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, tem tiroteio na tarde desta sexta

08/03/2019

'Tenho recebido relatos de violência de todos os tipos', diz paisagista agredida no Rio

08/03/2019



Testemunha diz que lutador Rodrigo Cafu pediu para não ser...

08/03/2019



Conheça os heróis citados no samba e no enredo da Mangueira...

08/03/2019



Imagem 3 – Notícia do site G1/Globo Rio de Janeiro

17/03/2015 08h58 - Atualizado em 17/03/2015 08h58

## Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortaleza

Polícia encontrou R\$ 10 mil em cédulas de R\$ 2 e uma pistola 380. Ele foi autuado em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma.

Do G1 CE



Uma ação da Polícia Militar prendeu na noite desta segunda-feira (16) um traficante com dez quilos de maconha no Bairro Conjunto Esperança, em **Fortaleza**. De acordo com a polícia, além da droga foi apreendidos armas, dinheiro e munições dentro da casa do suspeito de 19 anos.

Polícia disse que o homem foi detido em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. O suspeito que não possuía antecedentes criminais. Ao realizar patrulhamento na região, os policiais desconfiaram da atitude suspeita dele e o abordaram em frente à casa, localizada na Rua 02 no Conjunto Esperança.

saiba mais

**Polícia prende traficante com 15 quilos de maconha em Fortaleza**

### Dinheiro, pistola e munições

No imóvel, a polícia apreendeu mais de dez quilos de maconha distribuídos em tabletes, R\$ 10 mil em cédulas de R\$ 2 e uma pistola de calibre 380 municada.

Suspeito foi conduzido ao 30º Distrito Policial (30º DP) e autuado em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo.

### Ceará

veja tudo sobre &gt;



**Brejo Santo tem concurso com 179 vagas e salário de até R\$...**

08/03/2019



**Ato em defesa da vida das mulheres homenageia Dandara e...**

08/03/2019



**Esquema de segurança para o Clássico-Rei de domingo na...**

08/03/2019



**Hospital Geral de Fortaleza reduz em 89% o número de...**

08/03/2019

Brasil



Imagem 4 – Notícia do site G1/Globo Ceará

Na primeira notícia (G1 Rio de Janeiro), o título diz –Polícia prende jovens de classe média com 300 kg de maconha no Rioll, enquanto na segunda (G1 Ceará) diz –Polícia prende traficante com 10 quilos de maconha em Fortalezall. A diferença da quantidade encontrada da mesma droga é de 290kg. Mas os sujeitos da primeira notícia são chamados de –jovens de classe médiall – mesmo com o delegado afirmando que trata-se de uma quadrilha que age na zona Norte do Rio de Janeiro – e o sujeito da segunda notícia, que tem 19 anos e não tem antecedentes criminais, de –traficantell no título e –suspeitol ao longo da matéria. A diferença entre as reportagens, publicadas

pelo mesmo canal em 2015, é de pouco mais de uma semana. O que faz com que alguns sejam chamados de jovens de classe média e outros de -traficante/suspeito e apesar da diferença evidente na quantidade de droga encontrada em cada caso e do histórico no âmbito dos antecedentes criminais?

A maneira a qual o povo das favelas e sua juventude é retratada produz subjetividades em massa, influenciando o olhar da população sobre a mesma, o que inclui desde os agentes do DEGASE e dos policiais até as pessoas comuns. Discursos e práticas produzem subjetividades, sendo subjetividade compreendida aqui como produção social, conforme apontam Guattari e Rolnik,

E eu nem diria que esses sistemas são "interiorizados" ou "internalizados" de acordo com a expressão que esteve muito em voga numa certa época, e que implica uma ideia de subjetividade como algo a ser preenchido. Ao contrário, o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada \_ subjetividade dos indivíduos \_ mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16).

O extermínio dessa juventude é estimulado pela produção de subjetividade que, em massa, fundamenta uma sociedade altamente preconceituosa e estruturalmente racista desde o início de sua civilização. O jornalismo é um potente veículo de produtor de subjetividades: não há neutralidade na linguagem, tal como não há isenção ideológica em qualquer discurso. A hegemonia da grande mídia cria estereótipos e movimenta a máquina de produção de subjetividades, que, concomitantemente, instaura medo em massa e alimenta a ideia de criminalização da pobreza, o que rotula as periferias cariocas e, em especial, a juventude, que (além dos fatores sociais e étnico-raciais) tem o olhar pejorativo pela faixa etária marginalizada. Quais subjetividades o discurso jornalístico hegemônico vem produzindo na contemporaneidade?

É possível falar sobre a juventude negra e pobre sem torná-la inimiga em potencial? É possível noticiar as favelas sem ser de forma pejorativa? Como noticiar a juventude favelada de maneira protagonizante? No próximo capítulo começo a história da Agência de Notícias das Favelas.

## 2.0 AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS: ANF

Favela versus Comunidade: Existe uma vida comunitária na favela, mas favela é favela! Favela só deixa de ser favela quando tudo o que é inerente à cidadania de quem vive no bairro de Ipanema é exatamente igual ao cidadão de Vigário Geral ou do Vidigal. Comunidade é um termo utilizado ultimamente, principalmente pela grande mídia e pelas elites, creio eu, com o propósito de esconder justamente as desigualdades sociais desses lugares pobres, que ainda estão muito longe de serem, de fato, comunidades no sentido que se tenta apresentar. Só para corroborar esse pequeno pensamento, lembro que os condomínios de luxo da Zona Sul do Rio de Janeiro são chamados de comunidades. Então, o que leva a Elite e a grande mídia a chamarem as favelas de comunidades? Será que é a mesma coisa? O que se tenta esconder? (FERNANDES, 2016, p.57)

Entre janeiro e outubro de 2019, registrou-se que 47 crianças e adolescentes foram feridas e outras 24 assassinadas em operações policiais no Rio de Janeiro. Em setembro, Agatha, de oito anos, foi alvejada por um tiro de fuzil quando estava em uma kombi com sua mãe a caminho de casa, no Complexo do Alemão; Em junho, Marcos Vinícius, de 14 anos, acertado ao lado do amigo e a caminho da escola, no Complexo da Maré; Em agosto, Gabriel, de dezoito anos, atingido no peito, quando esperava o ônibus com seu pai para ir à aula, no Morro do Borel.

Ágatha Vitória Sales Félix era bailarina e sonhava se apresentar em um circo. Marcos Vinícius da Silva, o menino brincalhão e flamenguista, adorava funk e sonhava se tornar Mc. Gabriel Pereira Alves sonhava se tornar jogador de futebol e já tinha até medalha do Campeonato Carioca de futsal sub 20, conquistada pelo Olaria. O que esses três sujeitos têm em comum – além de serem pessoas com sonhos que foram interrompidos –, é que eram jovens negros, pobres, moradores de favelas cariocas e exterminados por policiais militares em operações nessas favelas do Rio de Janeiro. Quantas vezes sujeitos juvenis viram corpo-objeto na *ocupação colonial* em que se transformam as favelas cariocas? Nas palavras de Achille Mbembe,

No passado, com efeito, guerras imperiais tiveram como objetivo destruir os poderes locais, instalando tropas e instituindo novos modelos de controle militar sobre as populações civis. Um grupo de auxiliares locais podia participar da gestão dos territórios conquistados, anexados ao Império. Dentro do Império, as populações vencidas obtinham um status que consagrava sua espoliação. Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania. Cada estágio do imperialismo também envolveu certas tecnologias-chave

(canhoneira, quinino, linhas de barcos a vapor, cabos do telégrafo submarino e ferrovias coloniais). A -ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. (MBEMBE, 2018, p. 134-135)

Inconformado com a realidade como um todo dos moradores de favelas do Rio de Janeiro, um jovem aluno do Colégio Pedro II, Campus Tijuca, organiza o primeiro grêmio estudantil pós-ditadura militar. Foi quando esse jovem – que se torna missionário de uma das maiores missões cristãs do mundo, a *Jovens Com Uma Missão* (Jocum) – se percebe apaixonada por favelas e passa a se dedicar à diferentes trabalhos em diferentes favelas cariocas. Isso ocorre ainda na década de 1980, o que salienta o quanto as mazelas nas favelas do Rio de Janeiro se arrastam de outros séculos, e o nome desse jovem é André Fernandes.

No livro de sua autoria, André Fernandes conta como se deu o processo de descoberta de que desejava de fato desenvolver um trabalho nas favelas cariocas, a fim de contribuir para a mudança da realidade daquelas milhares, quiçá milhões, de pessoas. Em suas palavras:

Ávido por notícias, lembro-me de ter visto uma foto na revista *Veja* que me marcou: um trator com corpos da guerra entre Hutus e Tutsi, em Ruanda, onde mais de meio milhão de pessoas foram mortas na guerra civil iniciada em 1990. Queria fazer algo e até pensei em ir para a África. Porém, depois da experiência no Morro do Dendê e de ir para o Morro do Borel, na Tijuca, para outra etapa do meu período prático, descobri a minha ‘África’. Ela não era tão longe e estava ali mesmo, bem perto de onde morava, nas favelas do Rio. (FERNANDES, 2016, p.15)

Na condição de missionário em formação, André passou por alguns lugares do Rio. Durante o período prático, além de ficar numa casa de recuperação em Seropédica e de um barraco para orações no Morro do Borel, ele liderou uma equipe de missionários no Santa Marta (ainda em 1993), onde teve sua primeira experiência como líder em uma favela. Vivendo em um porão da Igreja Batista local, foi percebendo que a

população precisava de muitos cuidados relacionados à saúde, então decidiu se preparar fazendo um curso de agente de saúde comunitário e outro de socorrista, o que o leva a atuar como agente de saúde e a andar pelos becos e vielas, o que intensificou o contato de André com os moradores do Santa Marta e o fez compreender a cada dia melhor as demandas daquela população.

Após aproximadamente seis meses atuando no Santa Marta, André foi chamado para uma conversa na Associação de Moradores, para a qual levou uma carta de intenções explicando o que pretendiam realizar na localidade. Em suas palavras:

Diversos líderes estavam reunidos na sede e me ouviram dizer que estava ali para falar agir com amor. Nossa intenção era atuar em projetos nas áreas da saúde, cultura e educação. Planejávamos construir um ambulatório com todos os serviços gratuitos aos moradores, criar bazares e incentivar a montagem de peças teatrais educativas evangelísticas. Naquela época, o tráfico era muito ostensivo e, como todo morador de favela, presenciei muitas coisas que eram impostas à população. Com a ausência do Estado, os traficantes criaram uma espécie de tribunal na favela. Por meio das armas, faziam valer sua lei. Ou melhor, eles eram a lei. (FERNANDES, 2016, p.19-20)

Dentro de sua perspectiva da época, a solução encontrada por André para as mazelas enfrentadas pelos moradores de periferias – já na década de 1990 – era o caminho missionário. Ênfase, no entanto, o quanto fica evidenciada a clareza dele quanto à omissão do Estado no que se refere ao provimento de direitos humanos básicos nas favelas, como saúde, cultura e educação. Esses direitos humanos básicos faltam nas favelas, e não é de hoje. Como resolver?

Aos poucos, André passou a ser conhecido, especialmente pelos jornalistas, como um interlocutor entre a realidade das favelas e a produção de atividades intelectuais – como livros e manchetes nos principais jornais da cidade, por exemplo. O jornalista Marco Uchoa, por exemplo, publicou matéria no *Estadão* acerca da missão no Santa Marta, e, pela influência de André, conseguiu conversar com um jovem envolvido no tráfico; além da matéria no *Estadão* por Uchoa, ocorre nesse momento também a publicação do livro *Operação Rio*, de autoria da também jornalista Juliana Rezende, que conta como foi o período do Rio de Janeiro no qual as tropas militares ocuparam as favelas cariocas.

Esse diálogo entre imprensa-favela – especialmente se tratando, no caso, da inclusão de alguém envolvido com a criminalidade e, por isso, teria motivo o suficiente

para não querer se expor de forma alguma –, revela o diálogo entre favela-asfalto, o que se possibilita em muito pela posição que André ocupava nas favelas (e a forma como seu trabalho era reconhecido por essa população) e pelo respeito que foi conquistando também fora dali.

Dentre vários projetos que André participa, um deles é a *Fábrica de Esperança*, na qual o mesmo atua como assessor de assuntos comunitários da presidência. Tratava-se de um espaço da antiga fábrica Formiplac, o qual foi cedido para implantação de projetos sociais para a população do Complexo de Acari, o que beneficia aproximadamente doze mil pessoas por mês com seus diversos projetos coordenados na época pelo pastor Caio Fábio e sua equipe. A *Fábrica da Esperança* realiza parcerias diversas, com empresas como o Instituto Ayrton Senna, o Comitê para Democratização da Informática (CDI) e a Xerox do Brasil, por exemplo, e acaba se destacando como um dos projetos sociais mais relevantes do país. Na ocasião, André decide, inclusive, ir morar na favela de Acari a fim de conhecer a realidade local e compreender as questões que perpassam aquela população efetivamente.

Enquanto trabalha na *Fábrica de Esperança*, André inicia um outro projeto em concomitante: a fim de fazer um levantamento tanto de dados estatísticos quanto da história das cinquenta maiores favelas do estado do Rio, é feita uma –radiografia, na qual entram informações sobre habitação, infraestrutura e população, com fotografias e telefones de contato de ONGs que atuam nas favelas e das Associações de moradores. O objetivo dessa –radiografia era facilitar o acesso das pessoas às favelas contribuindo para com a desmistificação de favela como território impenetrável e/ou negativo, violento, ruim. Esse trabalho de seleção e arquivamento de materiais é a semente da ANF, a Agência de Notícias das Favelas.

Já germinada a semente da ANF no coração de seu fundador, outros projetos vão sendo pondo em prática por ele: é o caso da *Casa da Cidadania*, que surge para o mesmo enquanto realiza uma viagem pela Europa palestrando sobre seu trabalho nas favelas cariocas e simboliza o amadurecimento de tudo quanto já havia aprendido.

Nesse período de sua vida, uma descoberta: Apesar de toda importância das missões em sua vida – afinal, ele começa a desenvolver projetos para ajudar a população das favelas no período prático do treinamento para missionário, no Santa Marta –, André decide que seu trabalho não teria cunho religioso. Isto porque –não queria deixar de fora quem não pertencesse à minha religião. [...] Tinha a percepção de que era imensa a quantidade de pessoas desinformadas sobre seus direitos básicos.

Pessoas de todos os credos. (FERNANDES, 2016, p.33).

André entende, então, que as pessoas precisam de informação, que elas necessitam conhecer seus próprios direitos e deveres – sendo esse o pressuposto da cidadania. A instituição nomeada, portanto, de *Casa da Cidadania*, foi fundada no Santa Marta (onde André morava na época) e funcionava dentro de cada favela com cursos voltados aos moradores, a fim de que aprendessem como defender seus direitos como cidadãos que são. Segundo o fundador, apesar dos vários projetos realizados na época, o mais importante foi a parceria feita com os comunicadores da favela e os artistas do funk e do hip hop. A partir dessa parceria, a *Casa* apoiou o movimento cultural, buscando, inclusive, financiamento para suas manifestações.

A *Casa da Cidadania* teve impacto em muitas histórias, como foi no caso de sete famílias que moravam em contêineres de zinco há uma década, por terem sido removidas da área onde viviam por um desabamento provocado por chuvas no ano de 1987. Essas famílias viviam em uma estrutura de seis metros quadrados, em que a temperatura chegava a 50 graus no verão, e que foi improvisada pela prefeitura para durar no máximo seis meses. O André Fernandes e a equipe da *Casa da Cidadania* tiveram papel fundamental ao fazer as pessoas entenderem seus direitos e, mais que isso, garantissem-nos de fato. Com isso, a atuação da *Casa* foi parar em uma matéria jornalística, de autoria da jornalista Carla Rocha, que acabou sendo histórica para a ANF: Foi a primeira vez que a fundação da Agência de Notícias das Favelas foi citada, antes mesmo que acontecesse. O trecho diz:

Além de assistência jurídica, a Casa da Cidadania também deverá promover atividades educativas e desenvolver uma agenda voltada para a prática de esportes. Outro projeto que será iniciado com a ajuda dos moradores será a criação de uma agência de notícias no Dona Marta que concentraria informações sobre todas as favelas do Rio. (ROCHA, 1997)

Outro projeto que André atuou enquanto a ANF era uma ideia sendo amadurecida foi a *Casa da Paz*, que atendia oitocentas pessoas. Este contava com uma sala de leitura – que tinha patrocínio do Ministério da Cultura –, e o contato do projeto com artistas populares, oriundos do hip hop, do grafite, DJs e rappers foi grande. A participação popular, em todos os aspectos, é uma marca comum dos projetos que André esteve à frente... Todavia, a participação da juventude favelada produzindo conteúdo artístico fica mais evidenciada ainda. Faz-se necessário frisar este ponto aqui

pois esta é uma marca importante da Agência de Notícias das Favelas enquanto ONG, o que se reflete no portal e no jornal *A Voz da Favela* – um dos veículos da ANF, o jornal impresso –, e, por conseguinte, nesta dissertação.

Já no ano de 1998, André Fernandes e seu amigo Marcio Anhelli – com quem trabalhava na *Casa da Paz* – escrevem o *Manifesto do Movimento Favelania*, como protesto e ato conscientizador, o qual dizia:

A herança do Brasil Colonial torna-se evidente diante de um aparelho estatal que, em todo o processo histórico da nação, apresenta-se a serviço da elite dominante que pretende perpetuar-se no poder. Em face da violência e do desrespeito aos direitos dos cidadãos nas favelas em cotidianas situações, que, muito mais do que simples casos de abusos, significam ausência e omissão do Estado no suprimento das necessidades civis básicas da população de baixa renda, e do cultivo de uma cultura de exclusão e discriminação herdadas da não tão longínqua época da casa grande e das senzalas, o Movimento Favelania manifesta que:

Não concorda com o uso de estereótipos e rotulações na administração e exercício do poder público e reivindica neutralidade, respeito e educação nas abordagens dentro das favelas;

Pretende dar voz às favelas, colocando-se como canal de ajuda e veículo de expressão da violência sofrida, para que, sempre que cabível, haja acionamento jurídico e veiculação na mídia;

Procuraremos difundir, de todas as maneiras possíveis, a conscientização à população favelada quanto aos seus direitos básicos como cidadãos, bem como enfatizaremos uma ideologia de combate a todo e qualquer tipo de abuso aos Direitos Humanos.

A razão de existência deste movimento deve-se ao resgate dos princípios de liberdade e anseios por igualdade e solidariedade entre os seres humanos, que move as revoluções populares e se demagogiza em tratados e códigos que não encontram práxis social. (FERNANDES, 2016, p.49-50)

André e Marcio distribuíram o manifesto para milhares de pessoas em dezenas de favelas do Rio de Janeiro, sempre conversando com os moradores, as lideranças e as personalidades de cada localidade, entendendo a importância de dialogar também com quem melhor se comunicava com as favelas: os MCs, por exemplo. Dentre eles, destaca-se Mr. Catra, o qual já era conhecido de André da época de grêmio estudantil, e que compôs uma música para o *Favelania*, que dizia no refrão: –Meu movimento é político-social, meu tráfico é culturall. A frase marcou a tal ponto que foi utilizada em grafites nas favelas e estampada em camisetas. É imprescindível reconhecer a força do artista popular e da necessidade de reconhecer o lugar de fala: Mr. Catra – ou Wagner Domingues Costa, fora dos palcos – era negro, carioca, favelado, mais especificamente, nascido e criado no Morro do Borel, Zona Norte do Rio de Janeiro, e seus manifestos eram pelo funk. A potência disso precisa ser reconhecida.

Invasão de domicílio por parte da polícia, falta de acesso à saúde e educação,

extermínio da juventude favelada... esses e outros tantos pontos, que, infelizmente, são realidade até hoje, já na época estavam muito presentes no cotidiano dessas pessoas. Sobre a *ocupação colonial* que Mbembe apresenta em seu livro *Necropolítica* e eu cito anteriormente,

(...) a ocupação colonial contemporânea é uma concatenação de várias poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O –estado de sítio<sup>ll</sup> em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (MBEMBE, 2018, p. 137-138)

Ou seja, havia, desde então uma dominação do território das favelas como busca de controle dos corpos. A invisibilização das matanças se dá em decorrência à militarização do cotidiano, que passa a ser dominado pelos critérios de quem o domina: são regras próprias. Era preciso conscientizar a população sobre a necessidade de não naturalizar aquele quadro, de não aceitar aquilo como normal. Assim, André e a equipe começaram a distribuir cartazes do movimento, no qual constavam artigos da Declaração Universal de Direitos Humanos, do Código Penal e da Constituição, além de telefones de entidades de defesa de direitos humanos e da Ouvidoria de Polícia do Rio de Janeiro.

André analisa que essa atitude contribuiu na inibição das invasões de domicílio, por exemplo, o que já foi uma conquista. O *Favelania* em si era –a conquista da cidadania da favela pela própria favela. (FERNANDES, 2016, p.51). Percebo, neste levante coletivo, a luta que Paulo Freire explica como necessária justamente por ser tecida junto *com* o oprimido e não num movimento hierárquico (de cima para baixo) *para* o mesmo, a fim de que se conquiste de fato sua libertação. E essa libertação demanda luta, mas, antes disso, demanda reflexão sobre sua própria condição de sujeito oprimido e engajamento para a conquista de sua humanidade. Segundo Freire:

[...] pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará. [...] Somente na

medida em que se descubram –hospedeiros|| do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2011, p.43)

## **2.1 A FUNDAÇÃO COLETIVA DE UM CONTRADISCURSO E AS JUVENTUDES PERIFERIZADAS**

Em meio a tantos projetos e a uma participação tão ativa no cotidiano das favelas, André Fernandes passou a ser muito contactado por jornalistas de todo o país a fim de obterem informações sobre essas favelas. Foi então no ano de 1997 que aquela semente sobre a Agência de Notícias das Favelas passou a ser encarada como mais do que uma ideia: era preciso pensar em sua fundação. Um dos pontos que mais motivou André a colocar em prática a ANF foi, de acordo com suas palavras:

Na minha longa experiência como fonte e ajudante dos repórteres, descobri que muitas denúncias graves deixavam de ser feitas porque os veículos de comunicação tinham o patrocínio financeiro do estado. Só uma agência independente e popular poderia garantir maior exposição da realidade dos pobres moradores das favelas. (FERNANDES, 2016, p.55)

Após conversar com o amigo pessoal e cineasta João Moreira Salles sobre o sonho de fundar a ANF, André começou a se mobilizar, procurando, inclusive, Jaziel Menezes, que é especializado na criação de sites e internet. Após três meses de incessante trabalho, nasce a Agência de Notícias das Favelas, no dia oito de janeiro de 2001, sendo colocada no ar pelo endereço eletrônico [www.anf.org.br](http://www.anf.org.br). Alguns dias depois, a Agência Reuters anuncia o surgimento da primeira agência de notícias de favelas do mundo, e logo André registra o nome da ANF no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). No ano de 2005, a Agência é instituída como ONG com o intuito de levar adiante a luta pela democratização da informação da favela para o mundo.

A dificuldade inicial, segundo o fundador e diretor da ANF, estava relacionada a produção permanente de novos conteúdos. Todavia, eles já tinham mais informações, notícias e dados em geral sobre as favelas do que qualquer outro veículo de comunicação – aquela –radiografial|| foi útil. André relata que, no mesmo ano, o *Viva Rio* lançou o *Viva Favela*, que era uma imitação da ANF. O que diferenciava substancialmente, segundo ele, é que enquanto o *Viva Rio* tinha um bom patrocínio, mas

não tinha o apoio dos moradores, a ANF não tinha o patrocínio, mas tinha o apoio dos moradores. Então ele desabafa: -Sempre tivemos a ideia de que o poder não seria e nem será dado voluntariamente por opressores. Sim, existem opressores, já que há milhões de pessoas oprimidas em nosso país. (FERNANDES, 2016, p.56).

Não há como não remeter essas palavras de André às reflexões de Paulo Freire. A realidade social é encarada aqui não como obra do acaso, mas como construção social, e nas relações de poder há, inevitavelmente, oprimidos e opressores. A transformação dessa realidade de desigualdade, tal como a própria realidade em si, demanda a ação-reflexão dos sujeitos envolvidos. Paulo Freire, em *Extensão ou Comunicação?*, faz diversas reflexões-pontuações que me fazem pensar no trabalho da ANF e em seu histórico. Freire diz:

Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação. Ainda quando, para nós, o trabalho do agrônomo-educador se restringisse apenas à esfera do aprendizado de técnicas novas, não haveria como comparar a dialogicidade com a antialogicidade. (FREIRE, 1988, p. 33)

O trabalho da ANF foi sendo construído antes da Agência ser criada, pela troca que só o diálogo proporciona, pelo contato, pela conversa, pela dialogicidade, pela problematização que se faz em conjunto com o outro, nunca sozinho. Observo, pelo histórico de André nas favelas do Rio de Janeiro – sobre o qual, inclusive, faço um breve panorama neste capítulo – essa implicação na luta *com* os oprimidos por sua libertação; o apoio dos moradores à ANF não se deu à toa. Segundo Paulo Freire,

A liberdade, que é uma conquista e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem o faz. Ninguém tem liberdade para se livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam (FREIRE, 2011, p.35).

Isto é, a libertação dos homens de sua condição de opressão se dá a partir de si mesmos, e não do outro, num trabalho que demanda um deslocar-se, um movimento. Em outras palavras, a realidade não é um acaso, mas um processo histórico e transformar essa realidade é uma tarefa histórica, cabendo aos oprimidos lutarem por sua libertação, uma vez que libertar-se exige força e não vem como um presente das

mãos dos que oprimem. É preciso a imersão na própria realidade e a reflexão sobre ela para libertar-se dela. Paulo Freire segue dizendo que:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na -inversão da práxis, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. Neste sentido, esta realidade é funcionalmente domesticadora. Libertar-se de sua força exige, indiscutivelmente, a imersão dela, a volta sobre ela. É por isso que só através da práxis autêntica que, não sendo -blá-blá-blá, nem ativismo, mas ação e reflexão, é possível fazê-lo. (FREIRE, 2011, p.51-52)

É comum que a população das favelas seja subestimada. Mas não deveria. Não é disso que as pessoas das favelas precisam para mudar alguma realidade. A realidade enquanto construção social é transformada pelos homens, e por que não os homens das favelas? Cabe a eles lutarem por sua transformação uma vez voltados sobre ela, reflexivos a respeito dela, no exercício constante de ação-reflexão. O André auxiliou nesse exercício pela troca do diálogo, por essa busca que se dá *com* os sujeitos pela sua própria libertação, de forma sempre ativa, consciente e protagonista.

Não ter recursos seria o outro desafio frente à ANF. Embora a ideia fosse de André, ele entende que a Agência funcionava como um projeto da *Casa da Cidadania*. Como conseguir um editor e jornalistas, por exemplo, sem recursos? Esta foi uma preocupação para a ANF, que convidou inicialmente o jornalista e amigo Jan Theóphilo para que assinasse como jornalista responsável. Ainda hoje a Agência conta com um jornalista que, além de publicar notícias no site e mídias da ANF, é responsável pela revisão das publicações. Quando cada colaborador publica seu texto no portal, por exemplo, antes do site enviar para a postagem, o mesmo é enviado para a revisão no intuito de reparar possíveis erros ortográficos ou gramaticais e também identificar se o conteúdo em si está de acordo com as normas éticas da organização: Os colaboradores são a coluna da ANF, um espaço de Comunicação Comunitária, e é preciso ter cautela para que não se perca a credibilidade tanto pela escrita quanto pelo teor.

Por se tratar de uma ONG, a Agência de Notícias das Favelas não tem fins lucrativos, sendo sustentada por projetos, parcerias, publicidades e doações tanto de

peças jurídicas quanto físicas, o que torna possível o funcionamento da Agência. No ano de 2012, inclusive, a Agência criou a ANF Produções que tem CNPJ próprio, já que tem finalidade diferente da Agência em si: o objetivo da produtora em si é a arrecadação de recursos por meio de editais de empresas que podem ser privadas ou públicas, para publicar livros, lançar revistas, gravar filmes, dentre outros projetos que demandam verbas.

Outro desafio foi lidar com a tecnologia. Embora tivesse uma gama de informações das favelas, a internet no começo do século XXI não era uma ferramenta tão popular e de fácil manuseio quanto é hoje. Pouco a pouco, apesar das dificuldades, a Agência começou a viabilizar recursos para ter uma equipe. O sonho de democratizar as informações das favelas era maior, e isso não somente pelo Rio de Janeiro ou Brasil, mas pelo mundo. Nas palavras de André:

Enquanto procurava financiamento, o meu sonho era que a Agência de Notícias das Favelas tivesse colaboradores em cada favela do mundo. O objetivo seria o intercâmbio de informações para garantir a multiplicação da experiência. Desejávamos que uma iniciativa bem-sucedida de uma favela pudesse, por meio da ANF, ser copiada ou adaptada à realidade de outras e que os exemplos negativos servissem de alerta e fossem evitados em outros locais. Criaríamos uma grande rede de informações das favelas, um grande time, ou melhor, uma grande família que lutaria para democratizar a informação, principalmente a partir dos moradores, dando assim voz aos pobres. (FERNANDES, 2016, p.56)

Posteriormente, a Agência conseguiu criar um novo site, gerenciado em *wordpress*, o que torna possível pessoas se conectarem de qualquer lugar do mundo com suas senhas e publicarem matérias no portal da ANF. Esse site acontece como um marco para a Agência de Notícias das Favelas, visto que significa que a partir daí é possível ter centenas ou milhares de colaboradores – tanto pessoas das favelas quanto pessoas que não são moradoras, mas tem o olhar social e crítico sensibilizado – publicando matérias com seus logins. Atualmente, ao entrarem no site da Agência os internautas conseguem acessar às matérias produzidas por colaboradores de qualquer canto do país ou do mundo, notícias das favelas cariocas, informações institucionais, dicas de eventos, e também vídeos produzidos pela própria ANF Produções e o editorial da organização, nomeado -Unir e resistir para crescer e prosperar®, disponibilizado integralmente para leitura no anexo 1 desse trabalho.

Outra conquista da mesma época foi o lançamento, em 2009, do jornal *A Voz da*

*Favela*, o jornal impresso da Agência de Notícias das Favelas, que contou com apoio do Sindicato dos Bancários. O Sindicato cedeu sua gráfica para impressão e a parceria tornou possível o início do jornal impresso, com tiragem de 20 mil por mês. No entanto, o jornal deixa de circular no ano seguinte por conta do fim da parceria e da publicidade ser insuficiente ainda, voltando em 2012, quando passa a ser impresso na gráfica do jornal Folha Dirigida e firma nova parceria, agora com a assessoria de imprensa Minas de Ideias.

Com oito páginas, o jornal tem seu conteúdo elaborado por pautas trazidas e debatidas pelos colaboradores. Textos, reportagens, poesias, críticas, eventos, editais... tudo que é relevante à favela e as pessoas da favela. E, assim como para a publicação no portal da ANF, para a publicação no jornal impresso, cada texto passa antes pela revisão. Uma vez confeccionado e impresso, os colaboradores que desejarem e tiverem disponibilidade, retiram na sede uma quantidade de exemplares e fazem a distribuição da edição mensal, que não tem um preço estipulado: Na capa há um pequeno aviso dizendo *Valor: contribuição voluntária*. A ideia é que cada um pague o preço que considere justo pela leitura e pelo trabalho, o que é encaminhado para a ANF e direcionado a todos os colaboradores que distribuem o jornal, sendo essa a fonte de renda de muitos.

Atualmente, a Agência de Notícias das Favelas conta com uma equipe composta por onze pessoas para organizar o time da ANF, sendo três pessoas no conselho diretor, três pessoas na secretaria (um secretário executivo, um secretário institucional e um secretário administrativo) e o conselho fiscal (com três membros e dois suplentes). André, além de fundador da Agência, faz parte também do Conselho Diretor, que conta com mais dois diretores para traçar metas, estabelecer parcerias, pensar novos projetos. Além disso, existem as três secretarias: A executiva coloca em prática os projetos e iniciativas da Agência, a administrativo corresponde ao setor financeiro (o que inclui orçamento, controle de entradas e saídas, entre outros) e a institucional cuida das relações institucionais da ONG em parcerias, por exemplo. Enquanto isso, no Conselho Fiscal existe a prestação de contas com os colaboradores. A cada dois anos ocorre uma votação para eleger os membros desse conselho.

Por se tratar de uma ONG, a Agência de Notícias das Favelas não tem fins lucrativos, sendo sustentada por projetos, parcerias, publicidades e doações tanto de pessoas jurídicas quanto físicas, o que torna possível o funcionamento da Agência. No ano de 2012, inclusive, a Agência criou a ANF Produções que tem CNPJ próprio, já que

tem finalidade diferente da Agência em si: o objetivo da produtora em si é a arrecadação de recursos por meio de editais de empresas que podem ser privadas ou públicas, para publicar livros, lançar revistas, gravar filmes, dentre outros projetos que demandam verbas.

A Agência teve seu primeiro projeto aprovado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro no final de 2011, com o *REP – Ritmo E Poesia*, em que se misturou a poesia da favela com a poesia do asfalto em um encontro que se deu no Jacarezinho. Já em 2014, a ANF teve outro projeto aprovado pela Secretaria de Cultura do Estado, voltado para a realização de um documentário: *Eu só quero é ser feliz – Uma breve história do funk carioca*. E, em 2015, a Agência conquistou o prêmio do Edital de Mídia Livre em nível nacional, através do projeto da *Rede de Agentes Comunitários de Comunicação (RACC)*.

No mesmo ano, em 2015, a Agência de Notícias das Favelas aluga um espaço no Centro do Rio de Janeiro, que passa a ser sua nova sede, e onde permanece sendo até 2019, quando a Agência completa dezoito anos de fundação. Além do *A Voz da Favela*, jornal impresso que retorna em 2012 e hoje mantém cem mil exemplares por mês – circulando no estado do Rio de Janeiro e na cidade de Salvador, Bahia –, a ANF dispõe do site, que conta com mais de quinhentos colaboradores pelo Brasil e pelo mundo, e de mídias sociais.

Em minha primeira reunião com o André Fernandes e a Elaine Locan, na sede, compartilhei meu desejo de escrever minha dissertação sobre a Agência por vê-la como alternativa de contradiscurso, que caminha na contramão do jornalismo hegemônico criminalizante da juventude. Naquela conversa, minhas impressões deixaram de ser as iniciais, feitas pelas leituras do livro e pelas pesquisas realizadas, e passaram a ter mais embasamento, uma vez que passava a ter acesso ao fundador e a secretária da ANF, que me proporcionavam a oportunidade de acessar o acervo da Agência também. Ao fim da conversa naquela tarde agradável, André me pediu apenas que escrevesse um pequeno depoimento acerca de minhas impressões sobre seu livro, que já estava na terceira edição e enviasse para ele.

Ao ler, André me convidou para ser colaboradora da ANF, o que me deixou muito honrada. Meu depoimento, com o texto completo, foi para o portal da ANF. Dias depois seria o Rock in Rio. Em 2019, a equipe de repórteres e cinegrafistas da ANF fez a cobertura completa do *Rock in Rio*, maior festival de música do mundo, que teve pela primeira vez o *Palco Favela*. Fui convidada pelo André para ir junto com ele e a equipe,

que fez toda a cobertura do *Palco Favela*, com danças, músicas e apresentações artísticas diversas voltadas para o público da favela. Tive a oportunidade de vê-lo de perto e escrever a respeito, como telespectadora do festival, sobre o qual pondero:

A função humanizadora se aplica às artes em geral – o que inclui, também, a música, a dança, o teatro, o cinema –, e é necessário que se tenha a responsabilidade de representar a vida de forma lúdica, mas sem se esquecer do compromisso com os oprimidos na vida real. A favela é o território, o cotidiano, a construção das identidades. Esse palco recebeu desde os sambistas da Festa da Raça, apresentação da Orquestra da Maré, batalha do Slam, funk com Cidinho e Doca, até o rap de Delacruz. O que tinham em comum? O lugar de fala, a responsabilidade no que se refere aos grupos mais silenciados da sociedade, consciência quanto à representatividade, a crítica social, o pedido por paz nas favelas, o clamor por menos desigualdade, o grito contra o extermínio da juventude negra e pobre... cada um no seu ritmo, revelando, ao mundo inteiro, as múltiplas potencialidades artísticas das favelas do Rio. A favela existe. E resiste. Resiste com produção cultural. E produz artes porque é pura potência, é diversa, é plural. Não é o que o asfalto define. É o que e como se (re)inventa. (SOUZA, 2019)

The image shows a screenshot of a web browser displaying a news article on the ANF website. The browser's address bar shows 'anf.org.br/favela-in-rio/'. The article title is 'Favela in Rio' by Taís Lopes de Souza, dated 15 de outubro de 2019. The main image is a photograph of a band performing on a stage with a backdrop of a favela. Below the image, the text reads: 'Após uma semana de encerramento do Rock in Rio 2019, a #rockinrio2019 já foi utilizada em mais de 188 mil publicações. O festival, que completou 34 anos, tem repercussão mundial como o maior festival de música do planeta. Além de artistas internacionais como Kell Smith, Bon Jovi e Imagine Dragons, clássicos nacionais como Capital Inicial, Lulu Santos e Paralamas do Sucesso também marcaram presença. E, se a cidade esteve sob os holofotes do mundo inteiro por quase duas semanas com grandes nomes da música, esta edição mostrou que o Rio não está apenas no nome do festival.'

The right sidebar contains a fundraising call 'PRECISAMOS DE VOCE' with a QR code and a list of other news items: 'Terra treme em várias cidades baianas neste domingo, inclusive Salvador', 'Desembargadores e juizes denunciados por vender sentenças na Bahia', 'Pastor Everaldo e filhos lavaram mais de R\$ 800 mil dá...', 'Rio reabre espaços mesmo com incertezas sobre avanço da pandemia na...', and 'Projeto Onda Limpa denuncia presença de Petróleo nas praias de Pernambuco'.

Imagem 5 – Matéria que escrevi para o site da ANF sobre o *Palco Favela* do *Rock in Rio 2019*

Em seguida, ainda em outubro de 2019, passei a frequentar as reuniões de pauta do jornal impresso, o *A voz da Favela*. A reunião acontece na sede da Agência, no Centro do Rio de Janeiro, geralmente uma quarta-feira. Como professora, nunca havia participado de uma reunião de pauta para a produção de um jornal. Da primeira vez que entrei na sala, não sabia o que esperar, olhava, ouvia... Quando cheguei, alguns colaboradores da Agência já estavam ali e conversavam sobre ideias que tiveram e possíveis pautas para a próxima edição do jornal.

Enquanto isso, eu não tinha uma pauta em mente, fui para a reunião enquanto pesquisadora, queria ver como funcionava, queria observar. Estava com um bloquinho e uma caneta, no canto, tentando ser a mais discreta possível. Pensei eu que não seria notada talvez. Não deu certo. Fui calorosamente envolvida. Me lembro da Thaís Fonseca, editora na época, me perguntando sobre o que eu gostaria de escrever, e ao dizer que não havia levado nada, isso ser visto como detalhe. -Segurança e educação estão em aberto. Posso botar seu nome?|| Respondi que sim, mesmo sem saber sobre o que escrever.



Imagem 6 – Fotografia da reunião de pauta do dia de 30 de outubro de 2019, publicada no Instagram do jornal *A voz da Favela*.

Os dias se passaram e enquanto participava do VIII Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE-RJ), na UFRJ, assisti uma apresentação do grupo Poetas Vivos. Seis jovens que faziam poesia cantada, versos ritmados sempre com crítica social. A mistura de hip hop, rap e literatura negra, a poesia combativa como chamam. Nunca havia presenciado uma apresentação tão potente de jovens em minha frente! E no intervalo entre duas mesas, num Seminário, ali estavam os jovens do Slam! Não tive dúvidas enquanto os assistia... estava na minha frente a entrevista para o jornal!

Quando terminaram a apresentação, corri para falar com o grupo. Um pouco embaralhada ainda para entrevistar alguém, conversei com o grupo composto por seis artistas: Maui, Carmen Kemoly, Blue Oliveira, DaCosta, Kaya e Jomboh. Os poetas cariocas foram generosos e muito solícitos ao explicar o que é o Slam, contando até

mesmo como surge o movimento, oriundo dos Estados Unidos, e que existe como forma de protesto às desigualdades raciais e opressões diversas sofridas pelas pessoas negras e LGBTQI+.



Imagem 7 – Matéria que escrevi para o jornal *A voz da Favela*, dezembro de 2019.

Daí em diante, continuei escrevendo para o jornal e me sentindo parte dele também: no portal e no jornal. Essa é uma pesquisa etnográfica. Ao mergulhar inteiramente, o pesquisador se depara com a experiência cotidiana real, superando a superficialidade. Meu lugar na Agência passou a ser de observadora participante e eu estava cada vez mais envolvida com o que a princípio seria local da pesquisa de campo.

A etnografia como método nos coloca para lidar com pessoas, emoções, sentimentos, sonhos, histórias de vida. E não há neutralidade na pesquisa justamente porque a realidade não é neutra, visto que tudo é político. De acordo com Berino, –o cotidiano é a oportunidade da desobrigação, da reparação e da criação, diante das metas impostas e dos horizontes prescritos|| (BERINO, 2009, p.274). É preciso ter a clareza de que o cotidiano é permeado de sutis durezas, como as que a desigualdade racial oferece,

por exemplo: quase não podemos as perceber na pressa, mas, na minuciosidade e na atenção, percebemos seus detalhes. Então é preciso o uso de estratégias para alcançar o outro e para ser percebido também, para que os sujeitos não se olhem apenas, mas se vejam.

Em meio a pesquisa, mergulhei inteiramente.

Conheci a Agência. Conheci as pessoas. Conheci as demandas. Na pesquisa etnográfica, minha escrita passou a ser necessária dentro de mim. Passei a participar de todas as reuniões de pauta e a escrever assiduamente para o jornal *A voz da favela*, assim como para o portal. Enquanto observadora participante, tive a oportunidade de conhecer de perto a ANF, que opera como contradiscurso acerca das favelas e suas juventudes, informando e noticiando a favela pelo olhar de dentro, com uma visão não criminalizante, mas democrática, popular, coletiva.

Dias depois, em outubro de 2019, acontecia a Jornada da Especialização em Educação Básica da UFRJ, onde, entre mesas e minicursos, participei da Oficina Literatura Africana e Cartografia, com um professor de geógrafo e pesquisador chamado Osmar Paulino. Acontece que fora da academia aquele era um professor de geografia em escolas de favelas e desenvolvia como projeto a Oficina que compartilhou naquela tarde de trocas na Universidade. Não pensei duas vezes, a pauta para o jornal estava ali. Era sobre educação, como poderia me identificar mais? – pensei.

A conversa tem grande relevância nessa pesquisa, tanto para a compreensão dos grupos sociais que conheci ao me inserir na Agência quanto nos outros contextos que fui atravessando a partir dali, como no caso da Oficina da escola do professor Osmar. Mais do que uma análise distante, a pesquisa etnográfica espera uma observação participante do pesquisador, o que implica muita conversa a fim de conhecer de perto mais do que o objeto: os sujeitos envolvidos na pesquisa. A pesquisa é viva.

Tomemos, por exemplo, uma forma relativamente simples de relação humana, a conversa. Um parceiro fala, o interlocutor retruca. O primeiro responde e o segundo volta a replicar. Se considerarmos não apenas as observações e contra observações isoladas, mas o rumo tomado pela conversa como um todo, a sequência de ideias entremeadas, carreando umas às outras uma interdependência contínua, estaremos lidando com um fenômeno que não pode ser satisfatoriamente representado nem pelo modelo físico da ação e reação das bolas [de brilhar], nem pelo modelo fisiológico da relação

entre estímulo e reação. As ideias de cada um dos parceiros podem mudar ao longo da conversa. (...) a característica especial desse tipo de processo, que podemos chamar de imagem reticular, é que, no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma ideias que não existiam antes ou levam adiante ideias que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das ideias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro e sim, pela relação entre os dois. E é justamente esse fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral. (MACEDO; MACEDO; AMORIM, 2009, p.29)

Há vida, nas conversas e nas relações. Nas trocas, cada um rompe com a sua própria casca. Peguei o contato do Osmar, conversei com ele; expliquei do que se trata a ANF, ele entendeu, gostou da ideia. Conversamos mais, ele me cedeu uma entrevista e imagens do projeto. A matéria foi publicada no jornal *A voz da favela* e posteriormente no site da ANF, em fevereiro de 2020:

#### **E na aula de hoje...: Mapeando raízes e culturas**

A escola faz parte da vida de todo mundo. Seja estudante, família, funcionário ou até quem dirige o ônibus cheio pela rotina do ano letivo... todo mundo acaba sendo afetado pela escola e pelas memórias que ela nos traz. Um professor que vem contribuindo para a construção de mais memórias sobre a época de escola é o Osmar Paulino, geógrafo pela UFRJ, que desenvolve a oficina Literatura Africana e Cartografia em uma escola pública municipal da Zona Norte do Rio de Janeiro.

A ideia do projeto é desenvolver o letramento cartográfico, ou seja, a leitura de mapas, a partir da perspectiva do negro. Osmar conta que a ideia surgiu quando ainda estava na faculdade, onde era bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID):

– Lá eu tinha como uma das incumbências frequentar uma escola pública e desenvolver atividades de ensino de Geografia. Foi quando pensei em ensinar Geografia através da arte. No início a equipe usou muitos filmes. Foi quando eu migrei para a literatura. Mais a frente percebi que muitos professores de diversas disciplinas tinham dificuldade de cumprir a Lei 10.639/03, então resolvi utilizar a Literatura Africana como uma das maneiras de atender a Lei.

Para além dos efeitos futuros, o professor percebe resultados no presente: A oficina com cartografia contribui na descoberta de culturas de todo um continente, o que possibilita, inclusive, que os estudantes observem semelhanças possíveis com sua realidade, se identifiquem e rompam com preconceitos estimulados historicamente sobre os povos africanos. Osmar conta ainda que pensa na

possibilidade de levar a público, em forma de exposição, o projeto com cartografias em sala de aula, dado o bom retorno que vem alcançando com a oficina.

Além de professor, Osmar Paulino é fundador do Slam Poético RJ. Segundo ele, tanto o Slam quanto outros projetos só surgiram por conta do magistério, pois foi o olhar geográfico acerca de um território potente que o impulsionou a traçar, além da docência, o caminho das artes. Sobre sua relação com o Slam Poético RJ, Osmar explica: "A Literatura está presente na minha vida desde os doze anos de idade, quando eu encontrava livros no desativado Lixão de Gramacho, em Duque de Caxias. Foi ali que eu comecei a ler. Depois bem mais tarde eu iniciei o curso de Letras na UERJ, mas tive que parar, pois o trabalho me impedia de chegar às aulas. Então o Slam Poético está inserido no contexto do FAIM - Festival de Artes em Imbariê. Queríamos dar voz a comunidade, que é muito potente, mas que sofre de vários descasos dos poderes públicos. Daí a ideia de fazer um Slam. Então, ao mesmo tempo, lido com a literatura, seja escrevendo, dando aula, ou produzindo o slam, e a sensação é ótima!".

Apesar de estar a frente de um movimento forte hoje, que é o Slam (que surge a princípio nos Estados Unidos e depois se populariza no Brasil), para essa garotada, Osmar não se percebe exatamente como influenciador dessas novas gerações: o que ele percebe é que estão construindo algo muito bacana, e de forma coletiva, com essa nova geração. O professor, que um dia foi aluno e retorna à escola, tem a aproximação com os alunos facilitada pela popularidade do Slam, mas, sem dúvida, o lugar de fala é primordial nessa relação: o professor, que hoje, leciona em favelas, também foi criado na periferia e sabe de perto o que é o cotidiano de seus parceiros de ensino-aprendizagem.

\*A Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.



Imagem 8 – Sala da oficina Literatura Africana e Cartografia, situada em escola pública municipal da Zona Norte do Rio de Janeiro

Segundo Sonia Kramer, precisamos lidar com as histórias da vida cotidianas enquanto -memórias coletivas do passado, consciência crítica do presente e premissa operativa do futuro (KRAMER, 2007, p.498). O pesquisador das Ciências Humanas necessita justamente da ética e do cuidado ao olhar para os envolvidos na pesquisa, não transformando em objeto de pesquisa aqueles que vê pela frente: diferente do objeto, os sujeitos da pesquisa tem voz, histórias, percepções. E, mesmo aqueles que foram desumanizados por suas próprias trajetórias, é crucial trazer-lhes a humanidade de volta à medida que podemos com ele trocar no mergulho ao cotidiano. Assim, cada sujeito se torna protagonista de sua história e, como autor, se faz capaz de compartilhá-la com outros. Assim também, fazem educação e arte e, enquanto criadores, são capazes de levar educação e arte a mais pessoas, que também levarão a outros. Antes de tudo, a pesquisa das Ciências Humanas precisa ser humanizada.

Enquanto que para o portal a escrita é mais isolada de certa forma, o colaborador escreve seu texto de onde estiver e envia para a revisão, no jornal, há a reunião de pauta que antecede todo o processo de escrita e publicação, o que torna essa construção mais dinâmica e coletiva.

E assim, a cada reunião de pauta, na sede da ANF, me sentia mais a vontade para escrever. Eu, que a princípio achava que não tinha o que dizer, fui topando contribuir com a chama acesa que surgisse aqui dentro mas com o que precisassem também. Então na reunião de dezembro de 2020, a Thais Fonseca, editora do jornal na época, me pediu -Tem como ficar com a segurança?!. E eu respondi -Tenho!., mesmo sem fazer ideia do que escrever inicialmente. Mas a gente tem muitas pastas dentro da gente. Depois do *sim* a gente abre cada um e encontra muito mais do que podia imaginar. Saiu então a primeira matéria fora da educação, da arte e da zona de conforto.

Uma dessas pastas internas era a história do grande amigo da vida Raphael, irmão mais velho, comerciante, morador do bairro onde nasci. Raphael sempre trabalhou com comércio e morou na zona Norte de Niterói, seus amigos são do subúrbio fluminense, sua família também. O depoimento de Raphael contribuiu ao dar vida em meio aos índices os quais organizei sobre a segurança pública nos últimos anos em Niterói, questionando a estratégia dos pontos do Programa Niterói Presente e como a população em geral se sente com o aumento dos casos de violência nos locais não assessorados pelo Governo.

## A segurança melhorou para quem?

Bairros da Zona Norte de Niterói sofrem com falta de segurança enquanto os da Zona Sul se destacam na redução de delitos. De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), os principais índices de criminalidade registraram queda no estado do Rio de Janeiro em 2020. No caso de furtos de veículos no município de Niterói, foram registrados 558 ocorrências de janeiro a setembro de 2019, contra 373 no mesmo período em 2020, uma redução de 33,2%. A região de Niterói que teve o menor número de furtos de veículos (27), de janeiro a setembro deste ano, foi a da 79ª DP, que corresponde aos bairros de Jurujuba, Charitas e São Francisco, todos da Zona Sul da cidade.

No entanto, fora da Zona Sul da cidade fluminense, onde o pôr-do-sol não acontece com bossa nova ao fundo, o patrulhamento é escasso. Moradores antigos dos bairros da Zona Norte de Niterói, acostumados a conversar na porta de casa com seus vizinhos, já não se sentem mais seguros para isso. As ruas do subúrbio ficam cada vez mais vazias com o anoitecer. O comércio local tem fechado cedo também; não por acaso.

O técnico em administração, Raphael da Silva, de 33 anos, morador do bairro do Fonseca, já teve seu veículo levado na porta de casa duas vezes: uma em 2018 e outra em 2019. Raphael lembra que durante a infância as coisas eram bem diferentes no bairro. Ele ficava na rua brincando madrugada adentro e as pessoas não tinham medo de sair de casa a hora que fosse.

—Agora sinto que não tenho mais paz no lugar que sempre amei morar. Aqui construí minha vida com minha família e com os amigos da vida inteira. Como a segurança melhorou assim? Quem está investindo na nossa área? A gente tem medo até na hora de chegar em casa, desabafa.

Mesmo com o programa Niterói Presente tendo reduzido as estatísticas de criminalidade em alguns pontos da cidade, Raphael diz que falta investimento em diversos outros aspectos. —A gente precisa que invista na iluminação pública das nossas ruas, por exemplo. Já aconteceu da vizinhança pagar por novas lâmpadas de tão escura que estava a rua. Isso é um absurdo!!

Para além da segurança, o morador comenta que é necessário atenção ao lazer, cultura, educação e saúde. —É pra isso que a gente paga imposto, ou não é?!, indaga.

### Registros de furtos de veículos em Niterói

De janeiro a setembro de 2020:

- 76ª DP – Centro: 109
- 77ª DP – Icaraí: 59
- 78ª DP – Fonseca: 105
- 79ª DP – Jurujuba: 27
- 81ª DP – Itaipu: 73

Total: 373

### Niterói Presente

O programa Niterói Presente atua em nove bairros do município: Icaraí; Centro; Santa Rosa; Fonseca; São Francisco; Charitas; Jurujuba; Barreto e, em outubro, chegou à região Oceânica.

Inaugurada em dezembro de 2017, a operação é um convênio do Governo do Estado do Rio com a prefeitura de Niterói, responsável pelo pagamento dos policiais militares e agentes civis. São 488

militares e agentes civis patrulhando a cidade, a um custo de cerca de R\$ 137 milhões.



Imagem 9 – Guardas do programa Niterói Presente, que reforça a segurança pública em nove bairros de Niterói

Para surpresa de todos, nossa última reunião de pauta presencial foi no dia 30 de janeiro de 2020, em decorrência da pandemia do Covid-19. Não podíamos imaginar que seria a última com a gente ali, na Sede. Certamente se pudéssemos prever estaríamos em maior número, faríamos a reunião durar mais tempo, programaríamos as próximas edições do jornal. Mas não fazíamos ideia do que estava por vir, ninguém imaginava. Então foi a última reunião de pauta presencial



Imagem 10 – Fotografia da última reunião de pauta presencial, antes da chegada do Covid-19, publicada no Instagram do jornal *A voz da Favela*.

Foi uma reunião animada, diversa. O próximo jornal a sair seria o do mês de março, mês em que é comemorado o Dia Internacional da mulher... Fiquei responsável por escrever sobre Femicídio. Infelizmente, por conta do novo Corona vírus, o jornal não foi publicado. A pauta foi adaptada a partir da nova realidade das pessoas confinadas e refletimos sobre como os casos de violência contra a mulher aumentaram com a pandemia. Fiz os ajustes necessários ao texto e levantei a discussão sobre a violência de gênero, dessa vez no portal.

Disse alguns parágrafos acima que a escrita para o portal é mais solitária. Foi uma comparação com o jornal impresso, já que no segundo tem o encontro físico e a troca que ele possibilita. Mas fora a comparação, a escrita por si é solitária. Escrever é o lugar de se encontrar consigo, de por vezes bater nas paredes da própria existência como

quem anda por um quarto pequeno até que percebe que não está só. Escrever é encontrar um monte de gente com quem a gente já esbarrou na vida e tocou em nosso íntimo com suas histórias. Foi assim que me lembrei da Wellen.

Pedagoga, Professora da rede municipal de Angra dos Reis, mestranda da turma de 2019 do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Wellen que de conhecida virou colega e de colega virou amiga. E entre as caronas das aulas de -Educação Brasileira na Contemporaneidade, em Seropédica, para as aulas de -Seminário de Pesquisas, em Nova Iguaçu, me contava sobre o desenrolar de um lindo trabalho que desenvolvia com adolescentes na escola em que trabalhava: Ela, que pesquisava sobre questões de gênero, montava seminários, rodas de conversa e momentos especiais para debater a desigualdade de gênero com os estudantes e as estudantes da escola. E eu que até então não havia trabalhado com adolescentes aprendia muito com o trabalho de Wellen também. Estava ali a pauta, uma pauta muito especial:

#### **E se o “dia da mulher” fosse todo dia?**

Agosto chegou. Março ficou para trás, junto com o dia 08, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. Há quem pense ser dia de flor. Nada contra as flores. – Os bombons, inclusive, são muitos bem-vindos! –, mas os presentes não devem substituir o respeito por anos de luta: ontem, pelo direito ao voto; hoje, pelo direito à vida.

Não podemos ignorar os dados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo: são, em média, 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres. O aumento dos casos de feminicídio no país preocupa a Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que entende como necessária uma transformação cultural para a mudança do quadro.

Em tempos de pandemia pelo novo covid-19, em que a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a hashtag da vez é #fiqueemcasa, a violência física contra a mulher aumentou 67%, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP). E agora, o que fazer?

Apostando na transformação cultural pela via da educação, ainda antes do período de isolamento social ser iniciado, a pedagoga e pesquisadora Wellen Bhering desenvolveu um importante trabalho com as alunas e alunos de uma escola municipal em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Mestranda em Educação pela UFRRJ, organizou rodas de conversa na escola em que leciona para debater violência de gênero nas suas diversas formas. O trabalho consistiu em debates a partir de manchetes de casos de feminicídio (só no presente município foram 3 casos em menos de 2 meses), análise dos gráficos elaborados pela professora e problematização sobre dois vídeos selecionados por Wellen. Foram cinco dias de roda de conversa, tempo necessário para que todas as doze turmas da escola participassem das discussões.

"Para além da física, nós tocamos nos demais tipos de violência. Preparei um material com os dados em forma de gráfico, por exemplo, em que mostrava quem são os maiores agressores de acordo com as estatísticas, onde acontecem essas violências, a faixa-etária da maioria das vítimas, o perfil étnico racial delas. Eu peguei os dados e transformei em gráficos bem palatáveis. Enquanto isso, os vídeos falavam sobre o ciclo da violência contra a mulher e sobre relacionamento abusivo.¶ – conta a pesquisadora.

Por entender que a abordagem da temática é diferente para homens e mulheres desse problema social, a pedagoga conta que o trabalho foi realizado de forma que meninas e meninos tiveram espaços de debate separados. Sobre esses momentos, ela acrescenta: "Durante as rodas, muitas estudantes faziam seus relatos. Muitas se emocionavam ao contar o que já haviam sofrido.". Ela relata, ainda, que muitas estudantes procuraram sua ajuda após os momentos de roda para contar situações pelas quais passaram e/ou passam, contando sobre as inúmeras dificuldades de sair de um cenário de relacionamento abusivo ou violência de qualquer natureza. Foi aí, então, que Wellen percebeu a urgência de debater a violência de gênero para além do mês da mulher e passou a desenvolver o trabalho iniciado em março durante todo o ano. É um trabalho contínuo de conscientização e garantia dos direitos das mulheres.

É uma educação pelo direito em amplos sentidos de direitos. Pelo direito de ser "bela, recatada e do lar"; pelo direito também de ser da rua, de ter sua personalidade e temperamento. Pelo direito de ser discreta e também espalhafatosa; de ser magra e de ser gorda, vaidosa e desencanada, de arrumar o cabelo como quiser ou deixar bagunçado; de ser fitness ou não; de casar se quiser, quando quiser; pelo direito de escolher ou não a maternidade; de escolher as próprias roupas, crenças, relacionamentos; de não seguir padrões; de ser dona de casa e/ou também ser costureira, cozinheira, motorista de ônibus, engenheira, operadora de máquinas, dançarina, eletricitista, enfermeira, juíza, professora, presidente da república, representante do povo. Pelo direito de ser ativista, engajada, de ter voz e lutar por representatividade; de fazer as próprias escolhas e trilhar seu caminho como quiser; de não ser estuprada, violentada, ameaçada, coagida, intimidada, subestimada. Pelo direito de ser protagonista da própria história como se fosse um eterno 08 de março.



Imagem 11 – Roda de conversa sobre feminicídio com as alunas da EJA, ocorrida em 2019, organizada por Wellen Bhering.

Com a chegada da pandemia, a ANF se reformulou. Pautas sobre o distanciamento social, vacina, ações voluntárias de grupos e ONGs, auxílio emergencial, além dos desdobramentos do vírus sobre a economia e a educação, por exemplo. Com o mundo mudando, o jornal impresso foi afetado diretamente em todo seu funcionamento: As reuniões de pauta deixaram de acontecer, a impressão parou, a distribuição foi suspensa, tudo por conta do isolamento social. Na distribuição do jornal acontecia a venda do mesmo: jovens meninos iam pelas barcas, universidades e espaços do Centro da cidade explicando o do que é composto o jornal *A voz da favela* e oferecendo o material, que não tem um preço fixo – cada um contribui a sua maneira.

Não foi possível continuar a confecção, produção e distribuição do *A voz da favela* com o Covid-19. Sendo assim, a ANF vem mantendo contato e fornecendo, durante todos esses meses, cestas básicas aos jovens que conseguiam seus sustentos com a distribuição do jornal. Importante salientar que nos primeiros meses da pandemia não havia auxílio emergencial por parte do Governo Federal, o que fez com que muitas famílias ficassem sem saber como sobreviver e contando com a solidariedade de grupos, pessoas e ONGs diversas. Em *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire diz

É por isso que alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvendá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão. O que quero dizer é o seguinte:

enquanto no meu caso, foi suficiente conhecer a trama em que meu sofrimento se gestava para sepultá-lo, no domínio das estruturas socioeconômicas, a percepção crítica da trama, apesar de indispensável, não basta para mudar os dados do problema. Como não basta ao operário ter na cabeça a ideia do objeto que quer produzir. É preciso fazê-lo. (FREIRE, 2011, p. 44-45)

Afinal, como os jovens poderiam trabalhar na distribuição do jornal, que era o seu ofício? Como manicures poderiam trabalhar com os salões de beleza fechados? Como organizadores de festas poderiam trabalhar com os eventos cancelados? A compreensão mais crítica demanda implicação sobre o processo a ponto de não somente ter ciência sobre a gravidade dos fatos, mas compreender sobre seu direito a receber uma quantia uma vez impedido de trabalhar no contexto de pandemia, por exemplo. Trabalhar a conscientização coletiva para a cobrança dos próprios direitos foi um exercício necessário para a conquista do Auxílio.

Ao mesmo tempo, a Agência vem, neste período, se adaptando ao *novo normal* e mantendo o portal da <https://www.anf.org.br> e as mídias digitais da ANF e da *Voz da Favela* a todo tempo abastecidos com matérias diversas, sobre política, segurança, saúde, educação. Mas uma temática se destaca: Covid-19 e tudo que gira em seu redor, perguntas que geram notícias, afinal auxílio emergencial é matéria a todo instante, é assunto de interesse de todos... Antes de ter o auxílio: vai ter auxílio? De quanto será? Quando vai começar? Quem tem direito? Agora que existe o auxílio: Até quando vai? Vai ser prorrogado? De quanto será? E a vacina... Alguém já criou? Quando chega? O que o presidente diz sobre isso? E o governador? E o prefeito? Alguém sabe de alguma coisa? E o Ministro da Saúde? Temos?! E o distanciamento social... O que pode e não pode... onde ir... o que fazer... Por que parece que o corona vírus nem chegou no meu bairro? Por que aqui ninguém usa máscara? Por que aqui a vida está normal? Esse vírus não é invenção não? Ah, tem auxílio emergencial, mas vai acabar e pandemia continua... Sério, e agora, a gente volta para as doações? O presidente disse que *não dá pra sustentar todo mundo pra sempre!* É, não tem jeito. Cadê meu auxílio que estava aqui?

Era vez de falar sobre o auxílio, o tão esperado, que passou menos tempo em vigor do que passaram esperando por ele e assim, tão de repente, foi-se embora. Era vez de falar sobre aquele que um dia existiu em meio ao que sempre existiu, o povo ajudando a si mesmo.

Em meio a tantos negócios quebrados, tantas pessoas desempregadas, lojas

fechadas, mães e pais de famílias sem saber como seria seu amanhã... a internet foi palco de muita gente iniciando campanhas e vaquinhas de arrecadação de alimentos, cestas básicas, roupas etc. Dentre essas campanhas, destaca-se a coordenada por Carla D'Avila, especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. Conheci Carlinha nos corredores da UFRJ quando as duas estavam perdidas tentando encontrar o resultado da seleção da pós-graduação; nos encontramos ali, no início do início do curso. Ela ainda trabalhava na escola localizada no Engenho da Rainha e a cada segunda e quinta-feira de aula falava um pouco mais sobre o quanto as pessoas da escola e do bairro da escola não tinham o básico de higiene, saneamento básico, moradia. Aquela realidade a tocava. Indignada, se mobilizada para campanhas de arrecadação de materiais de higiene e alimentos. Tempos depois, trocou de escola. Com a pandemia, retornou ao Engenho da Rainha, mas a aula dessa vez era diferente. Nada de sala de aula. O auxílio das pessoas eram as próprias pessoas.

### **Não tem futuro sem partilha**

—Não tem futuro sem partilha! cantou a Estação Primeira de Mangueira no desfile do ano que passou. A escola de samba parecia prever em um de seus versos o que estava para acontecer em 2020, um ano diferente de todos em muitos aspectos, inclusive neste: sem partilhar o pão, como será o amanhã?

A pandemia do novo coronavírus, que começou em março no Rio de Janeiro, fez com que muitas pessoas fossem forçadas a parar de trabalhar, em especial os trabalhadores informais e os mais pobres, que não têm a opção de fazer home office. Outras, que tinham empregos aparentemente mais seguros, também se viram desamparadas ao serem demitidas ou terem os contratos de carga horária e salário diminuídos.

O auxílio emergencial disponibilizado pelo governo federal somente entrou em vigor após o grande clamor popular, que teve visibilidade pela pressão dos partidos de oposição. Até então, o futuro de milhares de famílias estava sendo garantido por iniciativas de pessoas que partilham, como Carla D'Avila, professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ela trabalhou por quatro anos em uma escola no Morro do Engenho, no Engenho da Rainha, Zona Norte da cidade, e percebeu que faltava tudo para a população local. —São pessoas muito necessitadas no sentido de políticas de saúde, de alimentos, de tudo. Lá dentro não tem políticas públicas efetivas, atividades culturais ou qualquer ação do Estado para a população!

Quando a pandemia chegou, Carla já tinha saído da escola, mas a mãe de um ex-aluno entrou em contato com ela relatando que muitas pessoas tinham perdido o emprego porque eram diaristas ou trabalhavam em lojas que tinham sido fechadas.

—Então tive a ideia de fazer um mutirão e comecei uma campanha nas redes sociais para arrecadar dinheiro e ajudar as famílias de lá. Montamos cestas básicas grandes para cada família de forma que desse para pelo menos dois meses de alimentação e higiene. Conseguimos contemplar 35 famílias!.

A ação de Carla foi uma das muitas iniciativas que ajudaram tantas famílias nesse momento tão difícil de pandemia enquanto não havia o auxílio emergencial. No mês de setembro, no entanto, o governo federal anunciou que o benefício, que era de R\$ 600, duraria até o fim de 2020 e o valor seria cortado pela metade, R\$ 300.

Milhões de pessoas voltarão ao cenário de angústia e incerteza em 2021. O Ministério da Economia já deu a data para o término do auxílio, mas e o fim da pandemia, quando será? Enquanto a resposta não chega e novas medidas não são tomadas para os primeiros meses de 2021, a aposta é de que o carioca precisará continuar a partilhar para que pessoas tenham não só futuro, mas também presente.



Imagem 12 – Doações arrecadadas pela professora Carla D'Avila, entregues para as famílias do Morro do Engenho, no Engenho da Rainha

No dia do meu aniversário, lá em abril, em telefonema com o André, lembro dele me contando estar vivendo um de seus maiores desafios: convencer as pessoas das favelas sobre a gravidade do vírus. Como convencer sobre o que não se vê? Renato Carvalho fala sobre *cultura organizacional*, considerando cultura justamente aquilo que distingue uma organização da outra e faz com que os membros de determinado grupo se identifiquem. A cultura se perpetua e reproduz por meio da socialização dos novos sujeitos que adentram um grupo. De acordo com Renato Gomes Carvalho,

Sendo a cultura de uma organização fruto de uma rede de relações que os indivíduos estabelecem enquanto sistema social, os contextos organizacionais são criados pelos sujeitos-atores organizacionais nas suas inter-relações, ao mesmo tempo em que os papéis, projetos pessoais, necessidades, valores e entendimentos de cada um, do grupo e da sua própria organização, são limitados e reformulados nesses mesmos contextos de interação coletiva (Vala, 1995). (GOMES CARVALHO, 2006, p.03)

Isto é, a *cultura organizacional* se formula e reformula de acordo com as relações dos sujeitos que compõem cada grupo, não havendo regras pré-definidas para tal, ao mesmo tempo em que as relações se modificam visto que os sujeitos e suas perspectivas, visões de mundo e interações consigo e com o outro mudam com o passar do tempo. Nesta *cultura organizacional*, é possível observar, por exemplo, pessoas que se identificam entre si por não acreditarem ser verídico o vírus. Mas importante registrar que é uma cultura que ultrapassa barreiras sociais, grupos de quaisquer zonas podem se identificar.

Daí a importância do jornal, inclusive e especialmente, em tempo de pandemia: além de informar, educar a população. Este foi um dos motivos pelos quais escolhi pesquisar a ANF ao invés de uma escola, o que seria mais convencional. Existe o educar no fazer do jornal, na comunicação que se estabelece, desde a troca que se firma entre os colaboradores nas reuniões de pauta, por exemplo, até quem lê cada matéria escrita e reflete acerca. Mas é uma educação não escolarizada.

A educação escolar é perpassada pela *cultura escolar*, construída e firmada como característico daquele espaço para determinados sujeitos sociais. No caso da cultura escolar em geral, esta vem se caracterizando ao longo dos anos por marcas de controle, regulação e silenciamento dos sujeitos que pertencem ao espaço escolar, de forma não democrática, não inclusiva e autoritária, de modo a tentar sempre formar pessoas iguais e não dando espaço para o pensamento criativo e livre. Sobre a cultura escolar, Gomes Carvalho diz:

Trata-se, porém, de uma cultura que pode não ser assumida por todos, já que tende a uma homogeneização, contemplando e referindo-se ao todo e não às realidades locais específicas. Como refere Santos Guerra (2002), —os mitos sobre os quais se articula a escola referem-se à bondade dos padrões culturais; à eficácia causal do ensino; à igualdade de oportunidades; à homogeneização do comportamento; à uniformidade das regras; ao agrupamento estável; à rotinização da atividade; à transmissão cultural; à eficácia da obediência; e ao valor da autoridade (p.187). (GOMES CARVALHO, 2006, p.04)

Em *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire critica essa escola que elabora sozinha, de forma individual e não dialógica, o que vai acontecer com toda uma comunidade, e, apesar disso, não a consulta, não troca com a mesma. Sua crítica é apontada aos conteúdos como exemplo de toda a estrutura da escola, que se constitui de forma individualizante, hierárquica. De acordo com Freire,

O problema fundamental, de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra quê. Qual o papel que cabe aos educandos na organização programática dos conteúdos; qual o papel, em níveis diferentes, daqueles e daquelas que, nas bases, cozinheiras, zeladores, vigias, se acham envolvidos na prática educativa da escola; qual o papel das famílias, das organizações sociais, da comunidade local? (FREIRE, 2011, p.152)

Dentro da cultura escolar, o cenário é marcado por violência simbólica, sendo esta a imposição que a escola faz de um *arbítrio cultural* que é socialmente discriminatório, de acordo com Bourdieu (1987). Para o autor, essa violência consiste no fato de que os valores não são consensuais na sociedade, logo a escola faz uma seleção do que a mesma valoriza nessa sociedade e a partir daí passa a ensinar, deixando de fora aquilo que não considera talvez bom o suficiente. Um exemplo disso pode ser observado na seleção de músicas que entram na escola: Por que gêneros como funk, rap e slam não são bem vistos? Por que músicas desse gênero não são nem mesmo analisadas pela equipe técnico-pedagógica?

Segundo Caria,

A cultura que a escola ensina é apresentada como universal e neutra, dissimulando o fato de ser um conjunto de obras tendencialmente homogêneas, produto de uma operação de seleção, reorganização e institucionalização de manifestações e conteúdos culturais diversos, plurais e contraditórios, realizado pelos grupos e frações de classes sociais com poder simbólico e cultural. (CARIA, 1992, p.177)

A educação que passa pela cultura escolar, infelizmente, ainda nos dias atuais, é marcada por essa violência simbólica e por essa busca incessante por uma homogeneidade, que se revela por meio da organização da escola, de sua estrutura, do formato da classe, do tempo que todos tem para aprender – assim como para lanchar, para brincar, para conversar, por exemplo, dentro de uma rotina escolar. Lida-se com

um grupo como se fosse um e nisso são deixadas as particularidades de cada um; não há espaço para personalidades na lógica de padronização. É importante observar que não há necessariamente coletivo ou construção de coletividade nisso. Esses sujeitos podem, inclusive, se sentir muito solitários apesar de juntos nesse cotidiano. Porque a lógica padronizante, ao mesmo tempo, tenta tornar os sujeitos iguais e tenta silenciá-los, não havendo espaço para diálogo.

A essa educação que constitui a escola e que opta, por exemplo, por textos quilométricos, pelo controle da leitura, pela lógica da produtividade exacerbada, pela obrigatoriedade do estudo como punição, ao invés da construção do diálogo, do afeto, das redes de criação e desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito. Acerca disso, Paulo Freire diz

Em verdade, não querem correr o risco da aventura dialógica, o risco da problematização, e se refugiam em suas aulas discursivas, retóricas, que funcionam como se fossem —canções de ninar. Deleitando-se narcisisticamente com o eco de suas —palavras, adormecem a capacidade crítica do educando. O diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educa-dor-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação. (FREIRE, 1988, p. 36)

E continua destacando que a educação não é uma transferência, mas uma troca, e, enquanto comunicação, demanda diálogo nesse encontro por parte dos sujeitos envolvidos pela busca dos sentidos e significados que darão juntos, uma vez encontrados, pela dialogicidade. Ou seja, não há uma hierarquia de saber, em que um sabe tudo e o outro nada sabe. Há a educação pela troca do diálogo de saberes diferentes e plurais. Nas palavras de Paulo Freire:

A educação, pelo contrário, em lugar de ser esta transferência do saber — que o torna quase —morto —, é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados. A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1988, p. 46)

Enquanto docente e enquanto discente, como professora e como aluna, já me vi diversas vezes posta na composição da *educação bancária* (FREIRE, 2011). Alunos vistos como aqueles que estão apenas para receber o conhecimento, apenas para ouvir, para obedecer; ao mesmo tempo, professores para ensinar, dar o conhecimento, mas não livremente, não de forma autônoma, mas dentro da norma e do padrão pensados pela escola. Isto é, não há espaço para criação, para o diálogo, para a troca entre alunos nem para professor e alunos, há tempo para execução de um projeto, de um plano já elaborado. A educação tradicional tem os traços do panóptico de Foucault: arquitetura que restringe e rotina que forma num ambiente institucionalizado, com controlados momentos de liberdade ao ar livre onde é permitido o se movimentar e comunicar (Que professor nunca falou: -Não corre muito...!, -Olha a gritaria...!?).

A medida que escrevo consigo me lembrar de tantas escolas que passei ao longo da vida. Mas vou escrever sobre a última experiência. Uma escola católica localizada na Zona Sul de Niterói. Uma escola católica centenária. Eu lecionava para uma das dezenove turmas do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Chegou a Festa da Família! – Sim, é uma tendência, quase não há mais dia dos pais ou das mães, e sim dia da família. – na escola. A reunião de professores que acontecia toda segunda-feira até 20h foi marcada para conversarmos sobre como seria o evento. Essa era a pauta da reunião e era a minha primeira festa na escola, eu tinha ideias, estava animada. A coordenação abriu a reunião, entregou a folha com o cronograma das atividades para a Festa com os horários preenchidos avisando como deveríamos fazer em cada momento. Fomos avisados do que faríamos. E assim foi em todos os eventos do ano.

Não satisfeita em colocar os estudantes como espectadores, a escola havia colocado os próprios professores como espectadores também. Tudo pelo padrão. Tudo pela perfeição que ela mesmo projetou. Mas afinal o que é uma escola se não as pessoas? A medida que os estudantes e os professores haviam sido colocados como espectadores, a escola não era mais protagonista, apenas executava, não tinha voz, não emitia opiniões, não criava, não somava, não debatia, não pensava, apenas fazia o de sempre. Era a escola funcionando como espaço de poder, lugar de padronizar, disciplinarizar e docilizar os corpos (e, com a divisão do trabalho assalariado e a produção de mais-valia, se engana quem pensa que docilizar apenas os corpos das crianças!).

Miguel Arroyo diz que -As normas perdem tempo controlando os corpos, os tempos, os sentimentos, a imaginação e os sonhos! (ARROYO, 2007, p.148). Num

espaço onde o que há de prevalecer é o padrão, onde a norma é soberana, não cabe imaginação nem há espaço para criatividade. Onde o padrão e a norma são absolutos, o questionamento que o diálogo traz não é bem-vindo. Para que tudo corra conforme esperado, espera-se a submissão e não a resistência. Por isso, de acordo com Foucault (2009), docilizam os corpos: para controlá-los e discipliná-los segundo o padrão e a norma estabelecidos.

Fui percebendo esse sistema em mim também e a necessidade de falar da educação que é muito mais do que qualquer sistema e do que qualquer escola. A educação que também é educação por mais que não seja formal. A educação dialógica, que se põe justamente na contramão dessa educação bancária, e problematiza a realidade. Através do diálogo, é capaz de libertar e transformar a realidade. Esse diálogo acontece sem hierarquização: —O diálogo é compreendido, então, como a problematização do conhecimento, não apenas uma mera transmissão de algo pronto e acabado, mas construído a partir da intervenção da realidade (FREIRE, 2011, p.50).

Paulo Freire aponta, no livro *Extensão ou Comunicação?*, que a educação não é esse lugar de transferência de saber, como a escola tradicional culturalmente faz, mas como um diálogo, uma construção, um encontro entre os sujeitos envolvidos, devendo o educador ir a esse encontro e não acima desse encontro. Com um adendo importantíssimo: Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens (FREIRE, 2011). Escolhi a Agência de Notícias de Favelas justamente porque vejo a educação que Freire indica, vejo esse encontro e a construção de um coletivo, lugar de diálogo porque há amor pelas pessoas e pelo mundo, lugar de *educação popular*, tal como Carlos Rodrigues Brandão discute:

Ora, pensar sobre a educação popular obriga a uma revisão do sentido da própria educação. Veremos adiante por quê. Adiantemos, no entanto, uma razão. Pelo menos entre aqueles que a pensam de modo mais motivado, a educação popular parece não só existir fora da escola e à margem, portanto de uma —educação escolar, de um —sistema de educação, ou mesmo —da educação, como também parece resistir a tudo isso. Por que não aproveitarmos, leitor, o fato de que a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de idéias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como educação popular? (BRANDÃO, 2006, p. 06)

A expressão *educação popular* parece nada ter a ver com a educação a qual

estamos habituados, como se o sentido fosse pensado propositalmente para uma educação que se propõe para espaços não escolarizados/escolarizantes. A expressão reconhece a força e a potência dos educandos. É uma educação cíclica, contínua, que não se encerra. Uma educação de mãos dadas. Uma educação que reconhece o outro e na qual o outro se reconhece a si. Uma educação em que cabe a todos, que tem espaço, que é pluralidade, que é diversidade, que nada é igual, que ninguém é igual.

Nesse espaço de pluralidade, de tanta diversidade, de troca, de novidade, de renovação dos próprios sujeitos, a aprendizagem é constata. Aprendemos a experienciar o compromisso com o sujeito-outro e ter nisso ofício. É o reconhecimento do outro e, ao mesmo tempo, de mim mesmo; assim como ele faz seu reconhecimento de si próprio e de mim nesse processo de construção de uma educação em que ninguém é acima, mas todos estão lado a lado, compartilhando generosamente seus saberes a partir de seus lugares de fala, que são lugares cheios de sabedorias pelas vivências que cada um carrega. A troca vem pelo ouvir, pelo dizer, pelo olhar, pela possibilidade e pela predisposição a dialogar, nessa busca pela construção de um coletivo consciente. Na Agência de Notícias das Favelas, cada colaborador dá sua contribuição na intenção de somar para uma comunicação comunitária cada vez mais democrática e na busca por desmistificar as informações acerca das favelas cariocas, levando informações diversificadas sobre o que acontece. É a construção coletiva de um sonho sendo executada pela palavra: pelas palavras de cada texto e de cada nova pauta se ajuda a libertar os sujeitos oprimidos, e na dialogicidade dessa construção os sujeitos se libertam também conscientes de si.

### **3. ANF E EDUCAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA**

A educação popular vem atuado em espaços que a educação de adultos, geralmente quando impulsionada pelo Estado, não costuma observar. No entanto, é importante notar que um dos princípios que norteiam a criação da educação popular é uma base que considere e se volte aos setores populares no cotidiano, buscando problematizar de forma científica e crítica a realidade que envolve esses setores, o que até então por vezes é naturalizado.

Assim, trata-se de um processo de aprendizagem permanente. Não cabe fixar limites entre o formal e o não-formal. Currículos etnocêntricos, do passado, viam o tido *não formal* como *extra-escolar* e, portanto, era de certa maneira aprendizado desprezado por ser algo de menor valor, de menor importância. Hoje, todavia, os currículos são -intertranscultural|| (PADILHA, 2004), o que acolhe a informalidade das relações, os saberes das comunidades, as experiências das pessoas, além de entender a educação não como uma linha reta e hierárquica em que um ensina e o outro aprende, mas como um processo dialógico, fluido, dinâmico e interativo, uma troca entre todos os envolvidos.

Comumente define-se a educação não formal por alguma ausência, como se algo faltasse quando comparado com a escola. Isso ocorre porque a educação formal, dentro do espaço escolar, é posta como a educação padrão, como se a educação formal escolar também não acolhesse aquilo que é informal, o que é *extra-escolar*. Exemplo disso foi mostrado por Gadotti:

Podemos definir a educação não-formal como —toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população|| (La Belle, 1982, p.2). Esta é uma definição que mostra a ambiguidade dessa modalidade de educação, já que 7 ela se define em oposição (negação) a um outro tipo de educação: a educação formal. (GADOTTI, 2012, p.20)

Assim, melhor seria definir a educação não-formal não como uma oposição à educação formal, mas sim pelas especificidades da própria educação não formal, uma vez que o próprio conceito de educação não se limita aos muros da escola e da institucionalização, ou seja, concebe a vida, as interações e as experiências humanas como desejáveis ao conhecimento e ao processo de aprendizagem. Segundo Paulo Freire,

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação|| (FREIRE, 1997, p.50)

Não há porque opor uma à outra visto que cada uma atende a uma proposta diferente para qual foi pensada. Enquanto que a educação formal está principalmente em ambientes como escolas e universidades, e depende de uma diretriz educacional, como o currículo – contando com mais hierarquias, burocracias e a fiscalização de órgãos como do Ministério da Educação (MEC), por exemplo –, a educação não formal é menos centralizada, acontece numa perspectiva mais horizontal, não precisando necessariamente seguir um sistema sequencial de progressão como nas escolas, já que existe a flexibilidade no tempo, durabilidade, formato e modo. Por isso é comum também a educação não formal estar tão ligada à aprendizagem política dos direitos das pessoas enquanto sujeitos e à sua participação em atividades em grupo e coletivos nos quais esses sujeitos encontram algo em comum. É o caso dos que chegam à Agência de Notícias das Favelas.

De acordo com Maria da Glória Gohn (1999, p.98-99), a educação não-formal favorece um processo de formação amplo no sujeito, que engloba a cidadania, a capacitação para o trabalho, a organização comunitária sem deixar de lado a aprendizagem dos conteúdos escolares (não sendo o único foco). Tudo em ambientes não padronizados, pois na metodologia da informalidade se aprende, troca e cria lugar para produzir mais conhecimento. Por isso a educação não formal é relacionada à educação popular ou educação comunitária: menos burocracia, mais valorização das pessoas, dos processos e dos espaços informais.

Quando escolhi pesquisar a Agência de Notícias das Favelas, entendi que ali existia essa educação não formal e via a educação popular. Mas a medida que fui escrevendo essa dissertação, ao mesmo tempo que conhecia mais a ANF e lendo sobre, percebia que se tratava do que Gadotti e Gutiérrez (1993) chamaram de educação popular comunitária. A educação popular comunitária tem um campo de atuação próprio, distinguindo-se da educação popular universal, como um novo conceito da educação popular.

O protótipo da educação popular, que teve inspiração em Paulo Freire na década de 60, tinha como pilar principal a *conscientização*. A partir da prática e do exercício de *reflexão* a respeito dessa *prática*, outro pilar passou a ser adotado, o da *organização* – visto que além de conscientes, é preciso que os sujeitos se organizem para transformar sua realidade.

A educação popular comunitária entende a necessidade de juntar aprendizagem e produção, sendo essa produção a junção de *conscientização* e *organização*. Afinal, como observam Gadotti e Gutiérrez (1993), as classes populares têm que se educar enquanto lutam para sobreviver. Isto é, não se trata de uma produção alienada, mão de obra apenas, mas uma produção consciente, em que os indivíduos façam parte do processo e conheçam do que fazem parte de forma ativa. Assim acontece na ANF, os colaboradores entendem a história da Agência e o processo do jornal, quem vende também escreve e vê o retorno, os colaboradores recebem o curso de formação...

O principal curso da Agência é a RACC, Rede de Agentes Comunitários de Comunicação, voltado para formação de agentes comunitários de comunicação e os colaboradores da Agência. É aberto um edital e durante três meses aproximadamente vinte e cinco pessoas fazem o curso, que é resultado de uma parceria, em geral com uma universidade. Durante o curso, os selecionados aprendem noções de como se tornarem colaboradores e agentes comunitários de comunicação através de aulas práticas: Desde a primeira aula, cada aluno recebe login e senha e passam a ter acesso a plataforma podendo publicar no portal. O curso está na sétima edição atualmente.

Além do curso da RACC, a Agência entrega aos membros um manual. A ANF publicou o primeiro manual de redação de mídia alternativa no Brasil, que é disponibilizado tanto para os colaboradores que desejam ser alunos da RACC quanto os recém-chegados. A ideia do manual é justamente dar um norte para os mais de 800 colaboradores que hoje tem login e senha na plataforma para publicar, mas também mostrar para o público que acompanha o jornal e o site que a ANF faz um jornalismo sério, de credibilidade.

Assim, com *conscientização* e *organização*, a educação popular comunitária reúne produção e aprendizagem, possibilitam o aprender produzindo, o que é possível porque considera o contexto de vida de todos os envolvidos. Todos que estão ali estão porque tem algo em comum, então o que aprendem ao produzir algo não é alienado nem alienante mas tem significado pessoal para cada sujeito. Aquelas histórias que são parte de populações marginalizadas e excluídas do próprio modo de produção dominante, encontram na educação popular comunitária lugar em que a escuta vira diálogo, o

diálogo vira identificação com seus pares, a identificação vira produção consciente e essa produção vira aprendizagem.

A educação popular comunitária vem propondo uma educação socialmente produtiva, resgatando a visão totalizante da produção. Produzir é gerar relações sociais de produção. A produção não é só um fenômeno econômico. Ela está associada a um modelo de desenvolvimento social e pessoal e supõe uma educação para a participação e a autogestão, uma educação integrada ao trabalho produtivo e uma educação comunitária para trabalhar associativamente. Enquanto o modo capitalista de produção gera cada vez mais exclusão, o modo produzir nos chamados —empreendimentos econômicos solidários‖ forma para a autogestão, a inclusão e a corresponsabilidade. A economia solidária não é apenas um produto ou serviço: ela representa a adoção de um conceito. (GADOTTI, 2012, p.23)

Buscando uma educação conscientizadora, as primeiras experiências de Paulo Freire no Brasil e no Chile voltaram-se à alfabetização. Já na década de 80, ele passa a se debruçar sobre a alfabetização de adultos. A alfabetização era relacionada a aprendizagem de coisas outras, como técnicas de produção ou especificidades relacionadas a agricultura, por exemplo. Havia ali uma conotação que valorizava tanto o associativo quanto o produtivo. Após a experiência em Moçambique, Paulo Freire enfatizou o quanto é primordial que o pedagógico e o produtivo caminhem juntos. No livro -Por uma pedagogia da pergunta‖, Freire e Faundez observam

Discutimos isso juntos e depois com os companheiros de São Tomé. Eles viviam mais ou menos essa mesma experiência, e se determinou que era importante refletir sobre o que é a produção, sobre o ciclo produtivo como uma totalidade, e não ver a produção unicamente como o ato de produzir (...). De modo que era necessário, a partir dos problemas concretos da população, ir mostrando, ir abrindo o espaço, desafiando a população, para que reflita sobre eles e se eduque; é preciso propor conceitos desafiadores para que se faça uma reflexão e se tome consciência de que o ato de produzir deve ser entendido como um processo e não simplesmente como um resultado. (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p.143)

Desta maneira, na educação popular comunitária, fazem parte do cotidiano atividades que articulam os eixos *organizativo*, *produtivo* e *educativo*. Importante destacar que o aprender por meio de uma atividade produtiva não significa limitar o fazer educativo, como se fosse uma atividade técnico-produtivo; pelo contrário, ela visa

possibilitar a esses sujeitos o acesso a um saber mais crítico e complexo a partir da própria realidade, a partir do que eles conseguem acessar lugares outros – seja de escolaridade, trabalho, diversão – até então não permitidos graças a desigualdade de direitos.

Paulo Freire (1995) afirma que a educação popular comunitária é capaz de –aprender na comunidade, com ela e para ela. Na educação popular comunitária, o trabalho e a produção foram inseridos na educação popular transformadora, visto que esse trabalho e essa produção não funcionam como mão de obra mas como princípios educativos e parte de um processo conscientizador dos próprios envolvidos. Aprender por meio de uma atividade produtiva tem então desdobramentos tanto no currículo, quanto nas novas teorias e políticas educacionais. De acordo com Jair Militão da Silva,

a educação comunitária, nos diversos lugares e tempos em que se implantou, apresentou características diversas, existindo mesmo tipos antagônicos. Como traço comum, todavia, entre as diversas modalidades, está o fato de ser um processo educativo sempre coletivo, na maioria das vezes não formalizado como a educação escolar tradicional, ou seja, que não se apresenta sob a forma seriada, com avaliações frequentes, rigidamente sistematizado etc. (SILVA, 1996, p.13)

A educação popular comunitária muitas vezes se organiza em prol de um movimento específico, um ponto em comum: a reivindicação e a luta por creches e por escolas, por moradia, por equipamentos de saúde, por emprego, das crianças abandonadas, das mulheres, da população LGBTQI+, dos povos indígenas, pelo direito à terra, dos ribeirinhos, dos direitos humanos, da população negra das favelas cariocas cansadas com a violência que sofrem e com o fato de a favela ser noticiada sempre de forma pejorativa...

A indignação quando se depara com pares indignados, promove o movimento para a mudança. Para o filósofo Martin Buber (1987), a educação popular comunitária consiste em

(...) qualificar ou equipar o homem em desenvolvimento com a capacidade de se orientar diante de grandes objetivos, tais como, sociedade, Estado, partido, associações nos quais a vida irá situá-lo. A educação comunitária fará com que o homem se torne um membro útil, produtivo no seio destas diversas modalidades de associações, social, política, vale dizer, que ele não seja simples roda que gira em torno de seu eixo, mas uma pessoa, uma roda equipada com dentes e, assim, esteja apta a engrenar em outras

rodas deste enorme aparato e seja capaz de participar deste imenso e complicado movimento global. (BUBER, 1987, p.82)

As parcerias das ONGs com o Estado começam com o retorno da democracia, na década de 80. Em São Paulo, Paulo Freire inicia a -Escola Pública Popular (TORRES, 1997). E entre as décadas de 80 e 90 projetos diversos de educação popular se espalham pela América Latina: experiências de coletivos pequenos tomam forma quando pessoas se reúnem ao juntarem as lutas políticas e as lutas pedagógicas, como exemplo do Movimento Negro.

### **3.1 EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

De acordo com Nilma Gomes (2017), o Movimento Negro pode ser entendido como:

As mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (GOMES, 2017, p. 23-24)

Com essa definição acerca do Movimento Negro, é possível observar o quanto o mesmo foi responsável na conquista e garantia de direitos para a população negra. Importante nos atentarmos as datas. Em 1889, quando o Movimento é iniciado, ao mesmo tempo ocorre a Proclamação da República, isto é, o Brasil vivia um novo momento político que, como se não bastasse não defender os direitos das pessoas negras, restringia suas participações políticas, havendo a preferência aos imigrantes europeus. Então, dos descendentes, ex-escravos e pessoas libertas, surgem diversas organizações e grupos visando uma sociedade justa e igualitária, que eles sabiam... não ganhariam de presente da mão do europeu.

A luta que ultrapassa séculos do Movimento Negro dissemina, não sem trabalho árduo, o racismo cotidiano que alcança todas as classes sociais. Com luta, conquistas vieram. Uma delas foi a realização das políticas de correção das desigualdades raciais históricas no país com a reserva de vagas para o acesso de índios e negros ao ensino

superior, segundo a Lei Federal de número 12.711/12, a chamada lei das cotas (GOMES, 2017, p. 89). Todavia, sabemos que é preciso ir além. Por maior que seja a conquista desse direito, é imprescindível trazer a consciência da população do porquê disso, afim de que não predominem discursos esvaziados sobre uma temática tão importante, e isso se combate a partir da informação, do debate, que bane o desconhecimento sobre a própria história. De acordo com Nilma Gomes,

Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola (Brasil, 2007, p. 25)

Nilma Gomes escreveu o trecho acima para os cadernos de orientação curricular do Ministério da Educação (MEC), Indagações sobre o Currículo, no volume Diversidade e Currículo. Ela deixa claro que, ao falar sobre diversidade e diferença, não há como usar de neutralidade, é preciso posicionar-se, uma vez que se trata de situações que envolve inferiorização de um grupo em detrimento de ocupação, de exploração de um território, acontecendo a colonização. Essa violência não pode ser naturalizada.

É preciso falar da história e contar o que aconteceu, que haviam povos diferentes e que entraram em contato, que pessoas foram violentadas, mortas, escravizadas. Por anos, por séculos. Porque queriam território, riquezas, mão de obra. É preciso contar porque isso faz parte da nossa história. É preciso contar porque a história não fica para trás, ela deixa marcas nas vidas das pessoas. E por isso cotas são necessárias e é um direito que precisa ser conversado, como toda a história que não está no porta-retrato dos livros didáticos.

De acordo com Kabengele Munanga (2003), a partir da década de 70 o conceito biológico do racismo entra em declínio e o racismo passa a ser visto como uma violência de caráter de desigualdade social, visto que há nesse momento uma maior atenção aos demais grupos que também sofrem violências historicamente, como as mulheres e a população LGBTQI+. Silvio Almeida afirma o racismo como algo estrutural. Em suas palavras, -é a manifestação normal de uma sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade (ALMEIDA, 2019, p.20). Almeida denuncia o racismo estrutural e salienta a importância de não lidar com o problema como uma questão patológica, visto que são comportamentos e práticas de

peças e grupos que já estão tão enraizadas em nossa sociedade que comumente chegam a normalizar –relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares (ALMEIDA, 2019, p.52). De acordo com Sotero, Pereira e Santos, é preciso desnaturalizar o racismo estrutural e percebê-lo como um problema não só da população negra mas de todos, um problema social.

É preciso construir a compreensão acerca do que é racismo estrutural, e de que este não é apenas um problema de pessoas negras e de outros grupos não brancos, mas ao contrário se estende a todos indivíduos, grupos e instituições. A existência do racismo e dos preconceitos e discriminações derivados deste são parte de um ‘acordo social’, e, como afirma Almeida (2018, p. 38), –ele é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...] o racismo é estrutural. Assim, para o autor –comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (p. 38). Por conseguinte, as respostas para seu enfrentamento devem necessariamente envolver o conjunto da sociedade, pois ele —é parte de um processo social (p. 38). (SOTERO, PEREIRA & SANTOS, 2021, p.1319)

Graças ao avanço das pesquisas em Genética Humana do século XX que se tornou possível explicar a diversidade humana presente no DNA e no tipo sanguíneo de cada pessoa. Assim, segundo diz Munanga (2003), –os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-las em raças estancas.

Raça humana, então, deixa de ser utilizada dentro das ciências biológicas, passando a ser o termo usado apenas para falar sobre as diferenças políticas e sociais, realizadas nas pesquisas das Ciências Humanas. Por isso Gomes (2005) salienta que –o Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX (GOMES, 2005, p. 45).

Nilma Gomes (2009) destaca a ressignificação da ideia de raça nos debates brasileiros: raça passou a ser uma expressão da experiência de dominação colonial, muito ligada ao eurocentrismo. Segundo a autora, essas discussões fizeram da ressignificação de raça uma categoria –útil de análise para entender as relações raciais, colocando-se no terreno político e epistemológico de desconstrução mental (GOMES, 2009, p.429). Uma vez ressignificada a ideia de raça, passa a ser adotada pelos

intelectuais o termo étnico-racial, o que acolhe para além da cor, mas também a cultura, a história do povo negro. Nilma Gomes explica que

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil. (GOMES, 2005, p. 47)

Para uma educação popular antirracista, é imprescindível considerar as relações étnico-raciais, levando em conta as características, os históricos, a bagagem cultural, o lugar de fala de cada um, a fim de romper com as estruturas silenciadoras da educação tradicional e bancária, em que o saber é doado pelos sábios àqueles que nada tem a contribuir: -Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão — a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância. (FREIRE, 1997, p. 57).

Ao contrário disso, a educação popular antirracista permite questionamentos, abre espaço para a reflexão e acolhe cada história sabendo que ali é espaço de soma, troca, aprendizagem mútua, dialógica, horizontal, não se esquecendo de que há uma história que a tradição insiste em não contar e que cabe a nós trabalharmos em nós mesmos cotidianamente. Com a ousadia de ir pelo caminho da versão que o colonizador não conta, é possível a emancipação.

A educação tem papel fundamental no combate ao racismo e na construção de um mundo sem desigualdade e discriminação. No entanto, é crucial que a educação se debruce a pensar ações que tornem o mundo desejado o mundo real. Gomes (2005) destaca a urgência de -saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro (GOMES, 2005, p. 60).

Fanon (2008) é pontual ao dizer que -Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará de sua selva. Quanto mais ele rejeita a sua negritude, seu mato, mais branco será (FANON, 2008, p. 34). Isto é, quanto mais o

sujeito negro nega sua a sua história e as suas origens, mais distante ele fica de seu povo e de si mesmo, e mais próximo fica do branco. Mas não estamos falando de povos em posição de igualdade, lembremos. Desconhecer a própria história aproxima do colonizador, seja a versão contada, seja o olhar sobre o próprio povo.

A identidade individual marca a diferença, segundo Munanga (2012). E, para a identidade negra, a história é um dos eixos primordiais para compor essa identidade. Contar a história dos povos negros, dos africanos e descendentes de afro-brasileiros, de forma distorcida tem implicações reais na maneira como as pessoas veem aos outros e como se identificam. Segundo Kabengele Munanga, trata-se de

o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2012, p. 12).

Colocar o sujeito negro como personagem ora vagabundo, ora escravo na história do nosso país é desumanizar a população negra. A deformação da história opera como eliminação da consciência histórica coletiva de um povo, para o que Kabengele Munanga alerta ser: -estratégias utilizadas pela escravidão e colonização, para destruir a memória coletiva dos povos escravizados e colonizados (MUNANGA, 2012, p. 10).

Ainda segundo Gomes (2002), a trajetória escolar tem lugar de destaque no processo da construção da identidade negra, -reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético (GOMES, 2002, p. 41). Isso porque a experiência com o próprio corpo não se reduz ao espaço em que se está com a família ou com os amigos; a experiência do corpo negro, com o cabelo crespo e mais tantos outros traços possíveis, vem desde a infância, e esse sujeito lida com opiniões preconceituosas por onde passa sobre esses traços.

Silvio Almeida (2019), ao falar sobre a Teoria Social e as conexões entre o direito e as sociedades capitalistas, pontua o racismo -como uma relação estruturada pela legalidade (ALMEIDA, 2019, p.136) que autoriza a reprodução da colonização na contemporaneidade. E o que o currículo faz com relação a isso? Até que ponto ele é conivente com o racismo? Ou será que o currículo combate as opressões com estratégias que buscam uma educação antirracista? A escola e todo outro espaço de educação precisam romper com a cultura da não valorização da identidade negra a partir do resgate da verdadeira história, de forma justa e positiva, sobre o povo negro.

A partir disso, para uma educação popular antirracista, é preciso se atentar a outro fator. A história resgatada não pode ficar apenas no passado, as relações entre os envolvidos – seja educador social, colaborador, professor, estudante... – precisam se ater ao aspecto verbal e a ele submetê-lo no dia a dia. É fundamental educar a própria fala se queremos um mundo outro. É fundamental reconhecer também os privilégios que cada um tem em seu universo, que são em escalas diferentes, mas que não deixam de ser privilégios.

Questões étnico-raciais podem ser debatidas de diversas maneiras. A introdução desta pesquisa mostra gráficos e tabelas do Mapa da Violência. Na Agência de Notícias das Favelas, esse Mapa já virou debate na reunião de pauta e texto para o jornal e para o portal; assim como vídeos e filmes sobre a violência que a população negra das favelas sobre também já foi debatida na ANF; ou ainda sobre o fato de lermos autores da literatura negra na Agência e termos neles referência. Não há uma receita de bolo e um plano de aula ideal que atenda todo e qualquer grupo. A educação pode ser formal, não formal; ser uma escola, um cursinho, um projeto, uma ONG; envolver crianças ou envolver adultos. Mas é certo que sempre há como debater as questões étnico-raciais. E é certo que precisam.

Nunca abrigue ou expresse o desejo de ser branca. Essa promessa que fiz a mim mesma, no entanto, não serviu de nada para afastar os sonhos que enchiam minha cabeça sempre que meus desejos colidiam com o tabu. Assim, para que meus devaneios não contradissem meus princípios, construí uma fantasia na qual eu vestiria um rosto branco e entraria sem a menor cerimônia no teatro ou parque de diversões ou onde quer que eu quisesse ir. Depois de curtir a atividade, eu faria uma dramática aparição diante dos brancos racistas e, com um gesto arrebatador, arrancaria o rosto Branco, riria loucamente e chamaria todos de tolos. (DAVIS, 2011, p. 85)

### **3.2 UM DIÁLOGO ENTRE PAULO FREIRE, CARLOS RODRIGUES BRANDÃO E MARIA DA GLÓRIA GOHN**

Mas afinal, como Paulo Freire contribuiu para a educação popular comunitária? Acerca da educação popular e da educação de adultos, Paulo Freire concede uma entrevista em agosto de 1985 à educadora Rosa Maria Torres, na qual explana como pensa sobre os temas e as diferencia. Na entrevista em questão, Paulo Freire afirma que —A educação popular se delineia como um esforço no sentido da mobilização e da

organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular.¶  
(TORRES, 1987, p.74). E segue dizendo que

(...) porque a educação popular, na minha opinião, não se confunde, nem se restringe apenas aos adultos. Eu diria que o que marca, o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa. (TORRES, 1987, p.86-87)

Ou seja, para se fazer educação popular não é preciso estar trabalhando com adultos, não está relacionado com faixa-etária. A educação popular está relacionada ao que vai muito além da idade dos sujeitos envolvidos.

Em outro momento, no livro *Educação e Mudança*, Paulo Freire (1979) destaca a importância do trabalhador social no processo de mudança, o que nos traz hoje a mente a figura do papel do *educador social*. Ele entende que esse trabalhador social pode tanto contribuir na mudança social como pela permanência dos sujeitos, já que não acredita o papel do trabalhador social seja algo abstrato, mas sim concreto e que produz resultados reais nas vidas das pessoas. Nas palavras de Freire,

Falar, pois, do papel do trabalhador social implica na análise da mudança e da estabilidade como expressões da forma de ser da estrutura social. Estrutura social que se lhe oferece como campo de seu quefazer (...), estrutura social que é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. (FREIRE, 1979, p.47-48)

Desta maneira, Paulo Freire (1979) afirma que o caminho que o trabalhador social optar por trilhar conduzir o trabalho -irá determinar tanto o seu papel como seus métodos e suas técnicas de ação¶ (p.49). É imprescindível nesse encontro, nesse cotidiano, tentar trabalhar a conscientização dos indivíduos com quem se trabalha; a medida que essa tentativa ocorre, o trabalhador social também se conscientiza: -Tentar a conscientização dos indivíduos com quem se trabalha, enquanto com eles também se conscientiza, este e não outros nos parece ser o papel do trabalhador social que optou pela mudança¶ (FREIRE, 1979, p.60).

Mas não vamos nos restringir a um ou outro texto de Paulo Freire a fim de encontrar sua pedagogia social. Para encontrá-la, é preciso perceber sua obra por inteiro. Desta forma, somos capazes de notar suas contribuições para a educação social, assim

como para a educação popular e para a educação popular comunitária. Isso porque a educação social é ação, prática. Para Freire (1996), toda prática educativa envolve os sujeitos, os objetos de conhecimento, os objetivos, os métodos, processos, técnicas e materiais para atender os objetivos. Tudo isso junto com o sonho e com a utopia – que é o realismo do educador social e que recusa o pensamento fatalista neoliberal: ele sempre acredita num novo mundo possível e por isso luta. A opção ideológica e política que se faz caminha com um revestimento pedagógico.

Fica muito claro que a educação social tem a ver com transformação, com mudança, e, para isso, com planejamento. Sabe-se onde está e onde quer chegar, por isso a relevância dos objetivos. Na Agência de Notícias das Favelas cada colaborador entra insatisfeito com a forma como as favelas vem sendo noticiadas e a ideia é justamente criar uma nova forma de noticiar. Como? Fazendo.

Hoje são mais de 800 colaboradores com login e senha para publicar no portal da Agência, podendo fazer isso de qualquer lugar do mundo. A entrada de cada um se dá a partir do momento que a pessoa tem interesse em escrever, comunicar a sua realidade. Tem muitas pessoas que, embora não vivam o cotidiano das favelas, querem discorrer sobre as favelas e também é permitido porque são publicados artigos relevantes para a população, que gera troca e crescimento para os próprios colaboradores com a favela sempre protagonista.

Além da RACC, em andamento através de uma emenda parlamentar e de uma parceria firmada com a UFRJ, que vai durar os próximos meses, a ANF tem outros projetos atualmente: Em maio, acontece o Segundo Encontro Latino-americano de Comunicação Comunitária, o Segundo Prêmio ANF de Jornalismo e o Projeto de percussão no Morro do Turano, na Tijuca. Todos esses projetos acontecem via ISS, pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura da Prefeitura do Rio.

Mas no meio de uma pesquisa, tinha uma pandemia. Porque a vida não espera o nosso planejamento. Entre tantos projetos, em uma conversa com André, perguntei a ele sobre os impactos da pandemia na ANF. Ele então respondeu:

Olha, a pandemia foi muito difícil pra Agência. Nós estávamos com O jornal *A Voz da Favela* circulando com 50.000 exemplares em Salvador e 50.000 no Rio. Nós tivemos que parar. Com isso, os distribuidores passaram bastante dificuldade. A gente conseguiu cestas básicas e doações. Voltamos em outubro do ano de 2021, aqui no Rio de Janeiro, no meio da pandemia, porque nós tínhamos um patrocínio da Uber (o jornal *A Voz da Favela* aqui no Rio). Conseguimos manter todo mundo em casa por causa de uma emenda parlamentar que nós

tínhamos da Jandira Feghali, que está sendo executada. E corremos atrás pra poder manter tudo... a sede de Salvador, a sede daqui do Rio que são alugueis. Chegamos ao final de 2021 e início de 2022 com bastante dificuldade, nada fácil a situação que a gente nunca tinha vivido. Mas continuamos em frente com resiliência e correndo atrás que é a nossa característica. (FERNANDES, 2022)

Apesar de todas as dificuldades, a força de acreditar no amanhã não se acaba. Projetos para o futuro são reais. Nessa conversa com André, ele diz sobre o que almeja ao olhar para o futuro, sobre o lançamento de filmes e livros pela ANF Produções, sobre a Agência crescer de 800 para milhares de colaboradores, sobre o A Voz da Favela expandir internacionalmente de modo que em cada favela do mundo tenha alguém falando sobre a sua própria realidade.

Como transformar a própria realidade? É preciso teorizar a prática, discutir, falar sobre; é pensando sobre a própria realidade, já conscientes dela, que somos capazes de nos debruçar sobre nossas indignações de fato e lutar, assumindo lugar de protagonistas da própria vida. Na ANF essa troca acontece a cada reunião, a cada momento que um colaborador conta uma nova situação da favela onde mora ou comenta alguma reportagem sobre, por exemplo, violência policial que foi noticiada completamente diferente, mas que ele estava ali por morar ali. Então tem debate e tem o desejo de mudança, mas não sozinho. É aí que se percebe que é preciso criar uma nova pauta para as pessoas que moram ali – e as que não moram também – lerem e saberem que tem uma outra versão. Assim, no fazer e no produzir coletivo e dialógico, protagonizam a própria emancipação.

É preciso valorizar o conhecimento. Seja o conhecimento acadêmico, seja o conhecimento popular, o conhecimento cultural, o conhecimento das escolas, o conhecimento das ruas, das conversas, das ruas. É preciso legitimar o conhecimento não elitizado como saber também pela riqueza da prática social. Afinal, nas palavras de Paulo Freire (1996), -a leitura do mundo precede a leitura da palavra. A leitura do mundo, da realidade parte do concreto, do mundo como ele é para os sujeitos envolvidos; o ensino-aprendizagem é tecido processualmente, considerando a cultura popular e a participação da comunidade, como na educação popular comunitária, como na ANF. Mais importante que o resultado é o processo, o caminho, por isso a valorização do percurso e do que cada um tem a acrescentar na Agência.

A educação precisa funcionar como prática da liberdade, como produção (e não como transmissão) de conhecimento, como ato dialógico com mais linearidades e

menos hierarquias, que aceite o debate, a criação, a imaginação, o novo e que não vire as costas para as reais necessidades das pessoas em detrimento de atender um currículo engessado, principalmente quando se trata de olhar para as minorias. A educação popular comunitária é comprometida com a cidadania ativa e, portanto, estimula a participação política das classes populares como forma de combate às opressões sofridas.

É educar para transformar (WANDERLEY, 1984). Aí notamos a politicidade presente no ato educativo: Além de a educação não se submeter aos muros da escola porque vai muito além do formal ou não-formal, vai muito além do que comporta um espaço – e por isso o conceito de cidade educadora –, a educação prevê um projeto de sociedade, ela não é isenta, mas é um ato político. Afinal, a educação, além de tudo isso, também é um direito humano e por meio desse direito outros são promovidos, como o de se emancipar, conciliando teoria e prática, reflexão e ação, *conscientização, organização e transformação*.

Importante salientar que a educação popular não pertence a educação não se detém apenas a educação não formal. Assim bom seria se, no Brasil, o Ministério da Educação (MEC), se debruçasse mais a compreender o quanto essa educação, enquanto modelo conceituado e política pública em potencial, tem a contribuir à uma nação democrática.

Segundo Gohn (2009), a educação popular de hoje tem a cara dos movimentos sociais. Nesses coletivos, os sujeitos se fortalecem pelo encontro. Para a autora, –a categoria sujeito confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformam-nos de atores sociais, políticos e culturais em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade como ser humanos, político, sociall (GOHN, 2013, p. 33).

Quando se encontram e se fortalecem, os sujeitos se fazem portadores de esperança para os seus, haja vista que há outros como si que acreditam num mundo outro e mais: acreditam que dá pra fazer um mundo outro juntos. Nas subjetividades então, educam ao outro e educam a si, construindo cotidiana e democraticamente uma nova educação popular comunitária.

Por isso que, de acordo com Brandão (1985), a educação popular está diretamente relacionada a educação das classes populares: porque não realiza um trabalho direcionado a educar ao aluno, mas sim para que tanto os educadores quanto educandos aprendam e ensinem mutuamente. É uma educação em que busca que o

sujeito –não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país (BRANDÃO, 1982, p.71).

E através dessa educação construída coletiva e democraticamente almeja-se a transformação do mundo que, como coloca Gadotti, se dá num processo interligado, pois não é possível transformar o mundo sem antes transformar as pessoas e suas realidades:

Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados. Mudar o mundo depende de todos nós: é preciso que cada um tome consciência e se organize. Educar para outros mundos possíveis é educar para superar a lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual, para que haja justiça social e ambiental. (GADOTTI, 2012, p.32)

#### **4. A COMUNICAÇÃO QUE REVELA O “AVESSO DO MESMO LUGAR”**

##### **4.1 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**

Em um país que conta com mais de trezentos anos de período de escravidão em sua história e por isso possui uma herança escravocrata até os dias de hoje, o cotidiano é marcado por desigualdades. O acesso à educação, arte, cultura, lazer, moradia, saúde, saneamento básico e transporte, por exemplo, é dificultoso para grande parte da população. O acesso à comunicação e informação não seria diferente, também é desigual.

Nesse contexto, os meios de comunicação social operam como fortes mediadores das relações sociais e produtores de subjetividades. De acordo com Malerba, –Com a situação da oligopolização midiática no Brasil, fica claro um desequilíbrio nos locais de fala, com determinados grupos acionando seus sentidos de forma mais representativa que outros (MALERBA, 2008, p.152). Isto é, os sujeitos que encontram nos espaços midiáticos um lugar de fala, tem ali escuta para suas reivindicações, no caso, que podem ser levadas ao poder público com mais eco do que as dos indivíduos que não tem acesso a esses espaços. A Comunicação Comunitária

surge justamente da urgência da democratização da comunicação e da informação enquanto direito de todos.

Com a ditadura de 64, cresce nas camadas populares o número de iniciativas relacionadas à comunicação alternativa oriundas dos movimentos sociais. Mais do que o acesso a comunicação e a informação, essas iniciativas visavam a transformação social e a ampliação dos direitos dos excluídos socialmente. É a luta pelo direito à comunicação e informação, mas também, e principalmente, o direito à cidadania da livre expressão e da contrarresposta ao silenciamento que o não acesso promove.

Os meios alternativos de comunicação, então, dão voz as demandas das populações subalternas, no que resulta a comunicação popular. A comunicação comunitária surge como espaço de produção de novos sentidos, de voz e possibilidades outras àqueles que foram ao longo da história excluídos socialmente – o que abrange os processos comunicacionais, dos quais foram privados, impedidos de participar com suas vozes, reivindicações e contribuições.

Ou seja, a Comunicação Comunitária funciona como aparelho de participação e mobilização social, construída com a comunidade, para a comunidade e junto com a comunidade. Segundo Cicilia Peruzzo (2006), a Comunicação Comunitária se diferencia por ser tecida por processos comunicacionais que defendem princípios públicos, como exemplifica: –tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2006, p.9). Todavia, Peruzzo (2006) alerta sobre a importância da atenção quanto ao uso do termo comunitário, já que a mídia hegemônica também pode utilizar-se dele para se referir a suas produções. Feito adendo, voltemos a Comunicação, que é Comunitária.

Fazer a Comunicação Comunitária está para além de produzir jornais, folhetins, sites, rádio, televisão ou qualquer material multimídia alternativo: é destinar o processo comunicacional como ferramenta de transformação social, unindo a prática com a teoria. Que realidade? A realidade da comunidade na qual aquela comunicação está presente, e não tendo a pretensão de agir pelas pessoas, mas transformando com as pessoas, junto com elas, num processo coletivo e democrático. Paulo Freire (1988) fala sobre a educação modificadora e sobre a atuação transformadora da realidade do sujeito, em que o próprio sujeito é responsável pela sua emancipação. Assim ocorre na Comunicação Comunitária, visando modificar realidades, uma comunicação construída

coletivamente é construída, onde os sujeitos libertam a si mesmos a medida que produzem o novo. Nas palavras de Freire,

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. [...] Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. [...] Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, —envolvendo-o—, condiciona sua forma de atuar. [...] Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (FREIRE, 1988, p.17).

Alinhado com a pedagogia freireana, Mário Kaplún (1985) defende que os meios de comunicação funcionam para auxiliar a educação popular. Para Kaplún, a Comunicação Comunitária é -uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista (KAPLÚN, 1985, p.7). Assim, para solidificar a base conceitual da Comunicação Comunitária deste trabalho, além de Kaplún, as reflexões de pesquisadores como Peruzzo contribuíram muito.

Cicilia Peruzzo (2004) afirma Comunicação Comunitária como processo comunicacional que abrange um contexto de luta, um conteúdo crítico-emancipador, um espaço de expressão democrática, o povo como protagonista e funcione como instrumento das classes subalternas. Peruzzo divide então essa Comunicação em duas: Comunicação *Alternativa, Popular* – Conforme aponta Peruzzo (2006), embora tenham o mesmo sentido, desde o século XX, começou o emprego com maior frequência de Comunicação Comunitária ao invés de Comunicação Popular – e *Comunitária e Imprensa Alternativa*. Segundo a autora,

Nas experiências de caráter popular-comunitário, a finalidade, em última instância, é favorecer a auto-emancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência, etc., bem como avançar na equidade social. Contudo, há que se dizer que a Comunicação não faz nada sozinha. Trata-se de processo de mobilização e de vínculo local sintonizados a programas mais amplos de organização-ação que privilegiam a Educomunicação e o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade. No fundo, trata-se de um tipo de comunicação que se constitui em dinâmicas voltadas à mudança social – ampliação da cidadania – ou, em outros termos, de uma *Comunicação para Desenvolvimento* (PERUZZO, 2008, p.5)

A Comunicação Comunitária desponta com os movimentos sociais, movimentos

populares e ONGs entre os anos 70 e 80. Nasce, como explicado anteriormente, com objetivo de dar voz aos silenciados e excluídos socialmente, dando o direito àqueles que não tinham acesso a informação e comunicação de forma justa e igualitária, tornando assim a participação política desses indivíduos uma realidade na construção do processo comunicacional. Peruzzo diz que –A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. (PERUZZO, 2006, p.2). Uma comunicação que diferente que funciona como instrumento para denunciar e reivindicar mudanças e transformações sociais.

#### **4.2 A AGÊNCIA COMO LUGAR DE PROTAGONISMO: VISITANDO PAUTAS, CONHECENDO A FAVELA**

A Agência de Notícia das Favelas é um exemplo de Comunicação Comunitária. Ela não opera pensando em fins lucrativos e na lógica de mercado, mas com um propósito coletivo maior: democratizar a informação e a comunicação, e fazer a favela ser noticiada pelos que são da favela, trazendo assim os aspectos positivos de tudo que acontece nas favelas e com as pessoas das favelas.

Nos capítulos anteriores desse trabalho, ao fazer um breve comparativo com as grandes mídias, ficou claro que os colaboradores da Agência registram em seus canais tudo que é referente às favelas, o que inclui, por exemplo, os inúmeros episódios de violência policial. No entanto, a favela é mais do que isso; as pessoas são mais. Por isso na ANF é tão importante para cada um que seja mostrada a favela: a favela que produz vida, que tem projetos, que vibra por educação, que transborda arte.

A informação é primordial nesse processo. Tudo isso precisa ser visto. Pois só é conhecido se chegar até as pessoas – as de dentro da favela, as de fora e as que escrevem, afinal a cada texto é uma nova pauta, pesquisa, entrevista, troca. Nesse sentido, um texto que me chama a atenção tem como título –Minha identidade favelada e foi produzido por Nice Lira, colaboradora da ANF. Nice é jornalista, natural de Pernambuco e o primeiro lugar que morou no Rio de Janeiro foi o Complexo do Alemão. Ela mudou de Estado aos seis anos de idade com a mãe, já cansada do quadro

de violência doméstica. Ao falar sobre identidade, Nice afirma que somente passou a se perceber uma mulher preta após entrar para a faculdade, que não tinha noção quanto a sua origem. Em seu artigo para o portal, ela conta sua história, fala sobre a construção da identidade favelada, do medo e também do orgulho de ser favelada. Nas palavras de Nice,

Dizem que —quando você sai da favela, ela não sai de você!, acredito que isso é muito real. Favela é sinônimo de alegria, solidariedade e luta. Essas características te acompanham onde você for. Hoje, falo com orgulho que sou favelada, mas já fui julgada por isso. Os projetos sociais pelo qual passei, me fizeram entender a importância de lutar pelo meu território, pelo meu povo. Então, que julguem. Fazer parte da ANF é poder conhecer outras histórias como a minha, é poder contar essas histórias. Precisamos falar por nós, e espero aproveitar cada segundo dessa experiência. (LIRA, 2021)

Pensando na identidade favelada como um processo e tendo em vista que cada sujeito tenha orgulho de sua história, outras histórias são contadas. O objetivo é mostrar a força e o talento que a favela tem. Na matéria seguinte, de Mano George, isso fica evidente. George Fernando Coelho, ou Mano George, é jornalista, rapper, locutor nas rádios das comunidades do Lagartixa, Quitanda e Pedreira (Costa Barros, zona norte do Rio) e assessor de imprensa do Museu do Grafite.

Mano George conta que o dia 12 de dezembro do último ano foi especial para o Projeto Lutando por um Futuro Melhor, que faz parte da Associação Brasileira de Karatê Shobu-Ryu- ABKC. Na presença dos mestres, alunos, familiares e moradores da Favela do Lagartixa, foi realizada a graduação de três alunos ao nível de faixa preta. Após o exame e o período de avaliação, três jovens do Lagartixa deixam a faixa marrom e vão para a preta: Caio Nascimento, João Vitor Damasceno e Jully Damasceno, que tem 19, 16 e 18 anos respectivamente.

f @ !




HOME EDITORIAL INSTITUCIONAL NOTÍCIAS COLUNISTAS PARCEIROS COMERCIAL CONTATO ACESSO PODCAST

## karatecas da Favela do Lagartixa (RJ) se tornam faixas pretas

Por: **Mano George** - 22 de dezembro de 2021

f t p in o



Novas faixas pretas do Projeto Lutando por um Futuro Melhor (João, Caio e July). Crédito: Divulgação

Imagem 13 – Matéria *karatecas da Favela do Lagartixa (RJ) se tornam faixas pretas*

Como mencionado na matéria acima, os três jovens fazem parte de um projeto: Projeto Lutando por um Futuro Melhor. São inúmeros os projetos nas favelas cariocas. Mas, para que os sonhos saiam do papel, é preciso investimento. O patrocínio e as parcerias são de suma importância para a realização desses projetos e para a transformação de realidades através da educação e da arte. A seguir, a matéria -Investe Favela: projetos de periferias podem ganhar até R\$120 mil, que alerta sobre as inscrições, prazos, critérios e fases do Edital Morro Acima, do projeto *Investe Favela*, premiando nove empreendedores das periferias com até R\$ 120 mil.



Imagem 14 – Matéria *Investe Favela: projetos de periferias podem ganhar até R\$ 120 mil*

O Edital Morro Acima resulta de uma parceria: o projeto *Investe Favela* com o *Alicerce Educação*. O objetivo do Edital é expandir o empreendedorismo nas periferias brasileiras, gerando emprego e novas oportunidades nas favelas. Tão importante quanto a iniciativa é a informação. Existem Editais para novos projetos das favelas e existem tantos empreendedores precisando de patrocínio.

A ANF contribui à medida que, além de levar histórias que mostram o novo como possível, divulga oportunidades para quem tem ideias e projetos. Na matéria abaixo, *Favela Fashion busca ajuda para realizar desfile na Vila Cruzeiro*, é possível perceber que o caso do *Favela Fashion*, um dos inúmeros projetos que precisa de recursos financeiros para acontecer. O projeto criado em 2011 introduz jovens das favelas no mundo da moda por meio de desfiles, aulas teóricas e práticas de modelo e manequim, e ensaios fotográficos com os alunos, que tem entre 04 a 35 anos. Por conta da falta de patrocínio, o desfile não ocorreu por dois anos. Foi então realizada uma campanha de arrecadação a fim de que o desfile, no Complexo da Penha, se tornasse possível.



Imagem 15 – Matéria *Favela Fashion busca ajuda para realizar desfile na Vila Cruzeiro*

Outro projeto, já na favela Pereira da Silva, localizada em Laranjeiras, é noticiado na matéria –Favela Brass oferece aula de música gratuita para crianças e jovens. O projeto do trompetista britânico Tom Ashe começou em 2014 e visa ensinar instrumentos de sopro e percussão às crianças e aos jovens não só da Pereira da Silva como também das favelas vizinhas. Por meio de um repertório que inclui desde o jazz até o funk, o Favela Brass almeja promover a inclusão cultural e a transformação social por meio da educação musical. Atualmente, o projeto atende cerca de 150 crianças e jovens das favelas e de escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. Uma das conquistas mais marcantes para os membros do projeto foi tocar durante um mês no Boulevard Olímpico em homenagem aos Jogos Olímpicos Rio 2016.



Imagem 16 – Matéria *Favela Brass oferece aula de música gratuita para crianças e jovens*

Também alcançando as crianças e adolescentes de favelas, foi noticiado um projeto que democratiza o acesso a literatura. Na matéria –Bibliotecas comunitárias mostram a potência da mobilização cultural nas favelas e periferias, são divulgados projetos como a *Marginow*, instalada na favela Antares, em Santa Cruz, em maio de 2020. O projeto, que começou em uma banca de jornal e ocupa também um antigo posto policial disponibilizado pelo 27º Batalhão de Polícia Militar, tem cerca de 10 mil títulos literários e empresta aproximadamente 200 livros por mês.

A *Marginow*, idealizada pelo escritor Jessé Andarilho, é uma das bibliotecas comunitárias divulgadas na matéria. Além desse, há outros espaços literários em favelas, como em Antares, Complexo do Caju e Inhoaíba, por exemplo. Independente da localidade, o que todas essas iniciativas têm em comum é o objetivo de minimizar as desigualdades à medida que possibilitam o acesso e promovem a interação social. Mais uma vez, fica evidenciado que na ausência de patrocínio por Editais e, principalmente, na omissão das políticas públicas que abranjam a cultura nas periferias, a parceria e mobilização da comunidade são fundamentais para que essas bibliotecas funcionem. Sem o apoio da associação de moradores, dos vizinhos, dos doadores de livros essas bibliotecas comunitárias seriam apenas sonhos.



Imagem 17 – Matéria *Bibliotecas comunitárias mostram a potência da mobilização cultural nas favelas e periferias*

Além de destacar os projetos e tudo que vem acontecendo nas favelas e em torno das pessoas das favelas, os colaboradores da ANF se atentam também em noticiar o que é pertinente para a favela por mais duro que seja, como a fome enfrentada no Jacarezinho. Na matéria –Favela do Jacarezinho no enfrentamento à fome e à miséria reúne movimentos sociais‖ no entanto, fica claro que não é uma luta solitária.

No primeiro semestre de 2021 o Jacarezinho foi marcado por uma chacina, como resultado de uma operação policial. No dia 23 de outubro do mesmo ano, coletivos da favela, lideranças juntamente a comunicação comunitária se reuniram como forma de resposta às violências e ao cenário de desigualdade no evento que teve por nome: –Encontro de combate à fome e à miséria com movimentos negros e de favelas‖, realizado na quadra da Unidos do Jacarezinho.

No evento, os protagonistas foram os moradores locais: em roda de conversa, as companheiras das vítimas compartilharam da dor e do medo cotidiano. Em seguida, também teve mesa com representantes de movimentos sociais, das Associações de Moradores, de coletivos e representantes, dentre os quais estavam Benedita da Silva, Marcelo Freixo e Pastor Henrique Silveira. Dentre discursos de combate a fome, a miséria e o repúdio a violência, as falas sobre o futuro de um Rio promissor e igualitário tiveram como pré-requisito o respeito e a garantia de todos os direitos humanos.



Imagem 18 – Matéria *Encontro de combate à fome e à miséria com movimentos negros e de favelas*

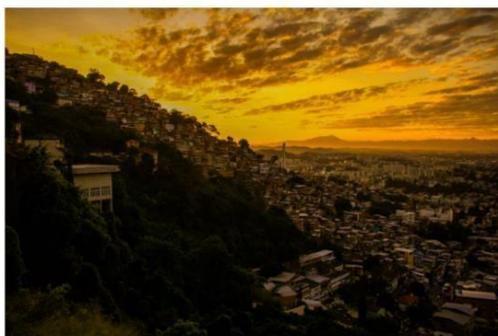
A chacina do Jacarezinho não foi algo pontual. Infelizmente esse tipo de violência ainda acontece em diferentes favelas. Como lidar com isso? Como viver em paz sabendo que a qualquer momento pode acontecer uma operação exatamente na favela onde você reside? E se atingir algum ente querido? Como controlar o que não está sob o nosso controle? E com a chegada da pandemia, que a recomendação é #fiqueemcasa, como famílias numerosas lidam com isso? Surgem então matérias como –Saúde mental dentro da favela, que conversa com o leitor sobre a delicadeza do contexto da pandemia e da necessidade de olhar para si e para o outro com atenção e cuidado. O texto alerta para doenças como a depressão, ainda pouco faladas. E expõe a vulnerabilidade do período em que vivemos mas ao mesmo tempo da sutileza necessária: em meio ao caos, a necessidade de se escutar, não silenciar, procurar recursos, buscar ajuda.



## Saúde mental dentro da favela

Aprendendo a sobreviver no caos

Por: **Jacson Lima** - 1 de novembro de 2021



O morro dos Prazeres, RJ, ao entardecer - Crédito: Jacson Lima/ANF

Imagem 19 – Matéria *Saúde mental dentro da favela*

Mas não só de luta vive a favela; de resistência e orgulho também! No dia 04 de novembro, é comemorado internacionalmente o Dia da Favela. Em 2021, lideranças de diversas favelas do Rio, membros de instituições, partidos, movimentos sociais, dentre outros fizeram a Caminhada das Favelas, entre a FAFERJ e ALERJ, como forma de mobilização e cobrança por melhorias para o povo das favelas. Além disso, no Complexo do Lins, por exemplo, aconteceu a Ação Social pelo Dia da Favela: moradores receberam orientações sobre saúde, cuidados de voltados para a estética, tiveram brincadeiras para as crianças, doações, almoço organizado pelos moradores e música.



Imagem 20 – Matéria *Marcha das Favelas e Ação Social marcam o Dia da Favela no Rio*

Após mais de um século do surgimento das favelas, se faz necessário compreender e debater o que compõe a favela, entender sua estrutura, denunciar as mazelas, investir nas potencialidades, tirar do papel os projetos, valorizar as pessoas. As favelas são lugares marcados por desigualdades e também por indignações, por isso também por encontros de mobilizações em busca da construção de um mundo outro.

Na matéria -Evento online e gratuito: A importância do pensamento sobre as favelas, é divulgado o encontro online – transmitido via Youtube e Facebook, às 18h do dia 29 de setembro de 2021 – que tem como objetivo debater a coletânea -Pensando as Favelas Cariocas: História e questões urbanas, que aborda temas como a permanência da favela como problema a ser solucionado, mas, antes, entendido.



Imagem 21 – Matéria *Evento online e gratuito: A importância do pensamento sobre as favelas*

Demandas, violências, desigualdades, carências, projetos, sonhos, oportunidades, destaques, reflexões, datas especiais, histórias... tudo aquilo que faz parte da favela. A favela é viva e está a todo vapor porque é feita de gente. As matérias do portal da ANF selecionadas indicam um pouco do que é a Comunicação Comunitária na Agência de Notícias das Favelas. A Agência leva informação sobre diversos temas e levanta debates das temáticas mais atuais. No entanto, enquanto Comunicação Comunitária e primeira agência de favelas do mundo, tem o objetivo de democratizar o acesso a informação e a comunicação, principalmente no que diz respeito ao que acontece nas favelas e com as pessoas das favelas. É proporcionado a quem vive a favela um novo olhar sobre ela: para aquele que lê a notícia e para aquele que a escreve. Assim é possível a conscientização de cada um sobre a própria realidade, que segue do exercício de reflexão e na organização para transformação dessa realidade. A mobilização que é o encontro da ANF planta sementes para novas mobilizações e emancipações. O futuro dessa semente não é crescer verticalmente, mas na horizontal; melhor do que subir é contagiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei o presente trabalho com um capítulo introdutório em que conto como se desenrolou a escolha da ANF como objeto de estudo. Nesse capítulo de abertura, fiz ainda uma análise do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2014), abordei a temática do encarceramento no Brasil como controle e punição, e problematizei os efeitos da produção de subjetividade em cima da criminalização da pobreza dos sujeitos favelados. O capítulo contextualiza sobre quais são as maiores vítimas de homicídios no Rio de Janeiro de acordo com os gráficos e tabelas apresentados pelo Mapa da Violência, que são, ao mesmo tempo, os mais encarcerados no Brasil, e os mesmos também que a grande mídia põe no lugar de *inimigo ficcional* também (MBEMBE, 2018). É o controle dos corpos de um grupo social específico: são jovens negros e favelados.

Fiz esse capítulo introdutório para em seguida desdobrar a Agência de Notícias das Favelas, que opera justamente na contramão do discurso hegemônico da comunicação midiática, denunciando desigualdades e opressões ao mesmo tempo em que anuncia um olhar diferenciado sobre as favelas, uma vez que se constitui pela coletividade, pela colaboração e pela compreensão de que a informação e a notícia devem ser tecidas e levadas de forma popular. Ao falar sobre –A fundação coletiva de um contradiscurso e as juventudes periferizadas, tive a oportunidade de contar a história que leva a Agência existir, alguns detalhes do cotidiano da ANF e principalmente como se deu minha experiência como pesquisadora-colaboradora na Agência.

Tendo em vista que o foco da pesquisa é a Agência de Notícias das Favelas, as próximas linhas do trabalho seguiram voltadas para a Agência em suas reflexões, relacionando-a primeiro em um debate com a Educação popular comunitária e em seguida adentrando a Comunicação comunitária.

No capítulo –ANF e Educação popular comunitária, faço uma explanação sobre a educação popular comunitária (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993), comentando inclusive a educação não formal e formal como lugares diferentes mas não necessariamente opostos. Com um campo de atuação próprio e diferente da educação popular universal, essa é uma educação que mais se dedica aos processos, aos sujeitos

envolvidos, do que às burocracias e hierarquias da educação mais formal. A coluna principal da educação popular comunitária é a *conscientização*.

A partir da prática e do exercício de reflexão a respeito dessa prática, outro pilar passa a ser adotado, que é o da *organização*: além de conscientes, é preciso que os sujeitos se organizem para transformar sua realidade. A educação popular comunitária entende a importância da junção da aprendizagem e com a produção – resultado da combinação entre *conscientização* e *organização*. As classes populares, segundo Gadotti e Gutiérrez (1993), têm de se educar enquanto lutam para sobreviver. Esse processo de *conscientização* e de *organização* acontecendo enquanto algo é produzido por esses mesmos sujeitos pode ser observado na ANF. Nos cursos de formação, na RACC, nas reuniões de pauta, nas elaborações de matérias, nos debates, ao pesquisar para escrever, ao entrevistar para escrever, ao revisar o que já foi escrito sobre sua própria realidade, os sujeitos participam de sua própria emancipação.

Posteriormente, há o tópico -Educação popular e educação antirracista, escrito a partir de reflexões de autores como Nilma Gomes e Silvio Almeida que nos ajudam a entender o caminho percorrido na história e na educação até aqui e as possibilidades para uma educação antirracista a partir daqui. Tendo em vista que se trata de um espaço de educação, por mais que não formal, e tendo em vista também que este é uma pesquisa que denuncia as mazelas que a população negra e das favelas sofre como consequência dos mais de trezentos anos de escravidão em nossa história e da herança escravocrata que carrega até hoje, é de suma importância não naturalizar o racismo maquiado cotidiano e inventar um novo: novo currículo, novo plano de aula, novas formas de se dirigir ao próximo, novas formas de contar a história, novos jeitos de ver a população negra, novas maneiras de trabalhar ancestralidade, novas formas de trabalhar aceitação e identidade. Por último nesse capítulo, há o tópico -Um diálogo entre Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Maria da Glória Gohn, em que faço uma análise sobre as contribuições da pedagogia freireana para a educação popular comunitária – o que inclui a educação funcionando como prática de liberdade, dentre outras coisas – a que se somam as considerações de Brandão e Gohn.

Em seguida, falando sobre a -Comunicação comunitária, desejei trazer para a pesquisa como, nesse trabalho coletivo feito a tantas mãos, a comunicação é construída em notícias a todo instante, por colaboradores de várias partes que compartilham o que

está acontecendo de forma plural. Para tanto, primeiramente fiz uma explanação acerca da Comunicação Comunitária com o embasamento teórico e conceitual de pesquisadores como Cicilia Peruzzo e Mário Kaplún, por exemplo. E, em seguida, chegou a vez do último tópico do capítulo e última parte dessa dissertação, intitulada –A Agência como lugar de protagonismo: visitando pautas, conhecendo a favela|. Aqui foi feita uma seleção de matérias retiradas do portal da ANF com algo em comum: a favela como tema. Expus textos e publicações de feitas por diferentes pessoas mas com algo em comum: o lugar de fala da favela e a visão de mundo inclusiva, democrática e comprometida com a luta pelo fim da desigualdade e pela dignidade do povo das favelas cariocas, a começar pela ordem do discurso e da palavra.

O objetivo ao falar de protagonismo foi resgatar pautas que ajudam a conhecer histórias, que ajudam a conhecer a favela, que revelam que lugar é esse, o que tem, quem está ali. Afinal, como é ser jovem no Rio de Janeiro e viver entre a desigualdade política e social, e se deparar com o protagonismo em poder noticiar/ser noticiado sob uma outra ótica, que leve ao mundo um novo olhar sobre a favela? A Comunicação Comunitária, como fica claro no capítulo, vem de um movimento que busca o acesso a informação e a comunicação, que torne os processos comunicativos democráticos, que faça disso espaço não mercadológico, mas, antes, coloque o bem comum como prioridade. Na Agência de Notícias das Favelas enquanto Comunicação Comunitária o objetivo é contar a história das favelas que a grande mídia não conta, gritar que –tem sangue retinto pisado|, se orgulhar de seus heróis e apresentar o –avesso do mesmo lugar|. Como cantou a Estação Primeira de Mangueira (2019), é –na luta que a gente se encontra!|. E é na luta que a gente se educa, se organiza, se emancipa, se transforma e se liberta.

## REFERÊNCIAS

A VOZ DA FAVELA. Editorial. Ed: zero, p. 2. Rio de Janeiro, 2009

ALMEIDA, Bruno. Bibliotecas comunitárias mostram a potência da mobilização cultural nas favelas e periferias, 13 mai. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/bibliotecas-comunitarias-mostram-a-potencia-da-mobilizacao->

[cultural-nas-favelas-e-periferias/](#).

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel. Aprendendo nas transgressões. In *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 9ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERINO, Aristóteles de Paula; VICTORIO FILHO, Aldo. Caveirão & Homem prostituto & Late que eu estou passando: o que vemos, o que nos olha no cotidiano escolar. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares (Impresso)*, v. 7, p. 225-232, 2010.

BERINO, Aristóteles de Paula. Currículos praticados e pedagogia da imagem. In: MACEDO, Roberto Sidnei; AMORIM, Antonio Carlos (orgs.). *Discurso, texto, narrativa nas pesquisas em currículo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2009.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In MICELI (org.): *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectivas, pp. 295-336. 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular. São Paulo: Brasiliense. 1982.

\_\_\_\_\_. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense. 2006

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da criança e do adolescente*. São Paulo: Cortez, 181p., 1990.

\_\_\_\_\_. *Indagações Sobre Currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007.

BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva. 1987.

CARIA, T. Perspectiva sociológica sobre o conceito de educação e a diversidade das pedagogias. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º12, pp.171-184. 1992.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. *Um olhar atento mais atento nas unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Relatório da Resolução 67/2011*. Brasília, 2015.

COIMBRA, Cecília. Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza. Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, em outubro de 2006.

Disponível

em:

[http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos\\_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto54.pdf](http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto54.pdf).

COIMBRA, Cecília.; NASCIMENTO, Maria Livia. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? Imagens sobre a juventude. In: Jovens, Revista de Estudos sobre Juventud. México. V.9, n. 22. Jan/Jun 2005. p. 338-355.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro: CEJIL; Suécia: Save the Children, 2004.

DAVIS, Angela. Angela Davis: An Autobiography. New York: Random House, 2011.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40-52, 2003.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, BA: Editora EDUFBA, 2008.

FERNANDES, André. Perseguindo um sonho: a história da fundação da primeira agência de notícias de favelas do mundo – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: ANF Produções, 2016.

FREIRE, Paulo. A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 32 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

\_\_\_\_\_. Educação e Participação Comunitária. In: CASTELLS, Manuel: Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 53-62.

\_\_\_\_\_. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. – 17ª Ed. Ver. E Atual. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. – 50ª Ed. Rev. E Atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo & Antonio Faundez, 1985. Por uma pedagogia da pergunta. São Paulo: Paz e Terra.

FREIXO, Marcelo (org. Mandato Estadual). Documentário –Brasil 8.069II. Direção Dafne Capella. Rio de Janeiro, Jul. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OZEG-JtK7ZY>. Acesso em: 21/04/2020.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GADOTTI, Moacir. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Instituto

Paulo Freire. 2009.

\_\_\_\_\_. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos, v. 18, p. 10-32, 2012.

GEORGE, Mano. Karatecas da Favela do Lagartixa (RJ) se tornam faixas pretas, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/um-dia-de-muita-emocao-para-karatecas-do-lagartixa/>.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política. São Paulo: Cortez. 1999.

\_\_\_\_\_. Educação Popular e movimentos sociais. In: STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (orgs.). Educação Popular: lugar de construção coletiva. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez. 2009.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília: MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P. 419-441.

\_\_\_\_\_. Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. In: Revista Brasileira de Educação, n. 21, 2002.

GOMES CARVALHO, R. G.. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. In: Revista Iberoamericana de Educación. 2006.

GROPPO, Luís Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. Última década. 2010.

\_\_\_\_\_. Sentidos da juventude na Sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. Rev. Políticas Públicas, São Luís, v. 20, n. 01, p. 383-402, 2016.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo, Petrópolis, Ed. Vozes, 1996.

KRAMER, Sonia. Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Jacson. Saúde mental dentro da favela, 01 nov. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/saude-mental-dentro-da-favela/>.

LIRA, Nice. Favela Brass oferece aula de música gratuita para crianças e jovens, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/favela-brass-oferece-aula-de-musica-gratuita-para-criancas-e-jovens/>.

\_\_\_\_\_. Favela Fashion busca ajuda para realizar desfile na Vila Cruzeiro, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/favela-fashion-busca-ajuda-para-realizar-desfile-na-vila-cruzeiro/>.

\_\_\_\_\_. Minha identidade favelada, 07 out. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/minha-identidade-favelada/>.

LUME, Vaga. Samba-Enredo 2019 - Histórias Para Ninar Gente Grande. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/mangueira/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande.html>>. Acesso em: 14 de mar de 2020.

MACEDO, Elizabeth; MACEDO, Roberto Sidnei; AMORIM, Antonio Carlos (org) Discurso, texto, narrativa nas pesquisas em currículo – Campinas, SP: E/UNICAMP, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso? In: Revista da ABPN, v. 4, n. 8, 2012.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro, 2003.

PADILHA, Paulo Roberto, 2004. Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.

PASSOS, Joana Celia dos. Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008.

\_\_\_\_\_. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006.

POSTER, Cyril; ZIMMER, Jürgen (org.). Educação comunitária no Terceiro Mundo. Campinas: Papirus (Série Educação Internacional do Instituto Paulo Freire). 1995.

REDAÇÃO. Evento online e gratuito: A importância do pensamento sobre as favelas, 27 set. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/evento-online-e-gratuito-a-importancia-do-pensamento-sobre-as-favelas/>.

\_\_\_\_\_. Investe Favela: projetos de periferias podem ganhar até R\$ 120 mil, 21 nov. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/investe-favela-projetos-de-periferias-podem-ganhar-ate-r-120-mil/>.

\_\_\_\_\_. Marcha das Favelas e Ação Social marcam o Dia da Favela no Rio, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/marcha-das-favelas-e-acao-social-marcam-o-dia-da-favela-no-rio/>.

ROCHA, Carla. A miséria encaixotada há uma década. O Globo, 04/05/1997.

SILVA, Jair Militão da. Educação comunitária: estudos e propostas. São Paulo: SENAC. 1996.

SOUZA, T. L.. Favela in Rio. Agência de Notícias das Favelas, 15 out. 2019. Disponível em: <http://www.anf.org.br/favela-in-rio/>.

SOTERO, E. C., PEREIRA, I. D., & SANTOS, S. B. dos. (2021). PEDAGOGIAS NEGRAS: O ANTIRRACISMO, O BEM VIVER E A CORPOREIDADE. *Revista Inter Ação*, 46(3), 1314–1329. 2021.

TORRES, Rosa Maria (org.). Educação popular: um encontro com Paulo Freire. São Paulo: Loyola. 1987

WASELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Brasília (DF): Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes. 1984.

XAVIER, Monica. Favela do Jacarezinho no enfrentamento à fome e à miséria reúne movimentos sociais, 24 out. 2021. Disponível em: <https://www.anf.org.br/favela-do-jacarezinho-no-enfrentamento-a-fome-e-a-miseria-reune-movimentos-sociais/>.

## ANEXO 1

Editorial do jornal A Voz da Favela, edição número zero, ano 1.

Não é de hoje que os moradores das favelas esperam por um momento de se manifestar. Suas vozes e falas sempre ficaram presas nas redações das grandes mídias por conta do interesse da elite dominante que deseja se perpetuar no poder. Por esse motivo, que também não é de agora, a intenção de nossa organização – Agência de Notícias das Favelas – é colocar nas páginas de um jornal impresso, e não somente na internet, como já vínhamos fazendo, as mazelas, dificuldades, alegrias, discussões e tudo mais que permeia o universo de quase metade da população que sobrevive nas favelas do Rio. O jornal A VOZ DA FAVELA, como o próprio nome diz, não pretende ser mais um de fora para dentro, pelo contrário, pretende que o que estiver em suas páginas seja a expressão de um povo que estava com o grito preso há mais de um século, sendo explorado e massacrado por uma política de estado omissa que só –sobe a favela para trazer alguns poucos benefícios em período eleitoral. O perfil de nossos correspondentes é a juventude das favelas, que conseguiu chegar à universidade, e que terá aqui o seu espaço para mostrar não só o que o mundo inteiro já viu mas, principalmente, o que muitos ainda não viram, ou seja, que somos capazes de virar o jogo. Convidamos você, nosso(a) leitor(a), para fazer a diferença, passando adiante esse impresso e o indicando para tantos quanto seja possível. Agradecemos sua atenção. Seja bem-vindo ao nosso time!